



PUBLICIDADE LEGAL



SLC AGRÍCOLA S.A.
 Companhia Aberta
 CNPJ/ME: 89.096.457/0001-55 - NIRE 43300047521



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Senhores Acionistas da SLC Agrícola S.A. ("Companhia"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), a se reunirem em Assembleia Geral, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 11h ("AG"), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting ("Plataforma"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81/22 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, assim como o Parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e a distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração; e 3. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Rerratificar o item "c" das deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária de 2008, na qual constou a destinação de R\$5.628.170,87 (cinco milhões, seiscentos e vinte e oito mil, cento e setenta reais e oitenta e sete centavos) para a Reserva de Retenção de Lucros, quando deveria ter sido destinado para Reserva de Expansão. 2. Rerratificar as Assembleias Gerais Ordinárias de 2020, 2021, 2022 e 2023 para ajustar os valores nas contas de reserva específicas para as quais o lucro foi destinado. 3. Deliberar sobre o acréscimo de atividade ao objeto social da Companhia. 4. Em decorrência do acréscimo de atividade ao objeto social, alterar a redação do artigo 3º Estatuto Social da Companhia. 5. Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas ou procuradores que desejarem participar remotamente, por meio da Plataforma, deverão realizar seu pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia **27 de abril de 2024 (inclusive)**, mediante acesso ao link: <https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CixW0jdnQS4JAgUx1hlBxTh6QcTACL50f uGnbjz87NFWQLkxNSTIKpLxCLQsB20>. Os detalhes e informações relevantes e necessárias à orientação do Acionista estão contidas na Proposta de Administração e no Manual de Participação da AG, disponíveis nos sites de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.slcagricola.com.br) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br>). A Companhia solicita, além do documento de identificação e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso, a seguinte documentação: - Comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias antes da data da realização da AG; - Instrumento de mandato; - Relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido. Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia disponibilizará um e-mail contendo novas informações para acesso à Plataforma que transmitirá a AG, devendo o acionista que não receber tal informação até 24 horas antes da data de realização da AG, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail ri@slcagricola.com.br, com cópia para juridico@slcagricola.com.br. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AG, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarialização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. A Companhia adotará para esta AG o procedimento de voto a distância, conforme previsto na Resolução CVM 81. Assim, o acionista que optar por exercer direito de voto a distância por meio do Boletim de Voto a Distância, poderá preenchê-lo observadas as orientações e enviá-lo, conforme orientações abaixo: (1) À COMPANHIA: juntamente com o Boletim, o Acionista deve enviar os seguintes documentos: (i) Pessoa Física - documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional. (ii) Pessoa Jurídica (PJ) e Fundos de Investimento (FI) - a) documento de identidade com foto do seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional; b) contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (no caso de PJ), ou regulamento consolidado e atualizado do fundo (no caso de FI); e c) documento que comprove os poderes de representação. (2) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. (3) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A., que é o banco escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital, uma solução segura onde é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.itaubr.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/>. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto a Distância deverá ser recebido pela Companhia em até, no máximo, 7 (sete) dias corridos antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ou seja, até as 23h59min do dia 22 de abril de 2024. Os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, bem como os previstos na Resolução CVM 81 e no Manual para Participação de Acionistas - Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, na unidade descrita no preâmbulo deste edital e nos sites: (www.cvm.com.br, www.b3.com.br e www.slcagricola.com.br/ri). Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim a cada uma das opções mencionadas acima encontram-se na Proposta de Administração e Manual de Participação em Assembleias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.slcagricola.com.br) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br>). Porto Alegre, 26 de março de 2024. Eduardo Silva Logemann - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

SETAPAR S.A. - CNPJ nº 93.138.204/0001-74 - NIRE 43300030482 - **Edital de Convocação:** Ficam convocados os Srs. Acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 11:00 horas do dia 30/04/2024, na Av. 1º de Maio, nº 1109, em Estância Velha, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1) Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; 2) Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e 3) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes serão publicados conforme previsto no art. 133, § 3º, da Lei nº 6.404/76. Estância Velha, RS, 25/03/2024. A Diretoria Ascol

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ nº 94.813.102/0001-70 NIRE 43300053504

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Acionistas da Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Três Tentos" ou "Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia **25 de abril de 2024**, às **10h00**, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma digital TEN Meetings ("Plataforma Digital"), que será considerada realizada na sua sede social, situada na Avenida Principal, n.º 187, Distrito Industrial, CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul (RS), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) Apreciar as contas dos administradores, o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Destinação dos resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (iii) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) No contexto da incorporação, pela Companhia, de sua subsidiária integral FWA 158 Geração de Bioenergia S.A. ("FWA 158" e "Incorporação", respectivamente), aprovar: (a) ratificação da nomeação da Allianssa Auditores Associados S/S, como empresa avaliadora responsável pela elaboração do laudo de avaliação da na data-base de em 15 de março de 2024 ("Laudo de Avaliação"); (b) o "Protocolo e Justificação de Incorporação da FWA 158 Geração de Bioenergia S.A. pela Três Tentos Agroindustrial S.A." ("Protocolo e Justificação"); (c) o Laudo de Avaliação; e (d) a Incorporação da FWA 158 pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação; (ii) Aprovar a complementação do objeto social da Companhia, para incluir atividades complementares, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia; (iii) Aprovar a alteração dos incisos "xv", "xvi" e "xx" do artigo 19º do Estatuto Social da Companhia, para ajustar limites de alçadas do Conselho de Administração; e (iv) Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as alterações propostas nos itens "ii" e "iii" acima. **Instruções Gerais:** (a) **Representação:** Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, poderão participar da AGOE ora convocada os Acionistas, por si, ou por seus representantes legais ou procuradores. Os Acionistas que optarem por participar da AGOE, diretamente ou por procurador devidamente constituído, deverão encaminhar à Companhia, até o dia **23 de abril de 2024**, comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante (o qual deverá estar datado de até 5 (cinco) dias anteriores à data da entrega do documento para a Companhia, bem como os seguintes documentos: (i) **Pessoa Física:** documento de identidade com foto (i.e., RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecida) e, se for o caso, instrumento de procuração; (ii) **Pessoa Jurídica:** (a) cópia do estatuto social ou contrato social vigente; (b) documentos comprobatórios da regularidade da representação (i.e., ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e (c) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto (i.e., RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); e (iii) **Fundo de Investimento:** (a) cópia do regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto ou contrato social vigente do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração); e (b) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto (i.e., RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas). Quando o Acionista for representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Os documentos relacionados neste item deverão ser encaminhados pelos Acionistas à Companhia, de forma digitalizada, por meio do link: <https://assembleia.ten.com.br/063287506/auth>, sendo dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro (desde que redigidos na língua inglesa ou espanhola), bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado. Para evitar dúvidas, a Companhia esclarece que documentos redigidos em outras línguas que não a inglesa ou espanhola deverão ser encaminhados acompanhados de tradução juramentada, não sendo necessária a notarização e consularização ou apostilamento, conforme aplicável. (b) **Participação e votação:** Os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da AGOE por qualquer das formas abaixo: (i) **Boletim de voto a distância ("BVD"):** os Acionistas poderão, a partir desta data e até o dia 18 de abril de 2024 (inclusive), manifestar suas intenções de voto mediante a entrega do BVD; (i) ao escriturador das ações da Companhia, por meio da Rede de Agências Bradesco; (ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos Acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente à Companhia, para o e-mail ri@3tentos.com.br, não sendo necessário o envio posterior da via física para o endereço postal. O Acionista deve observar as regras previstas na Resolução CVM 81 e os procedimentos descritos no BVD disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na AGOE. (ii) **Digitalmente:** os Acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente por meio do sistema eletrônico de participação à distância na AGOE, até o dia **23 de abril de 2024**, com acesso pelo link <https://assembleia.ten.com.br/063287506/auth>. Neste caso, o Acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o BVD; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD serão desconsideradas. Após envio de todos os documentos comprobatórios de habilitação para participação digital, o Acionista ou seu procurador, conforme o caso, receberá a confirmação da habilitação para participação na AGOE. Nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81, a Companhia esclarece que, caso não seja manifestado interesse pelo Acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) em participar da AGOE até o dia **23 de abril de 2024** ou caso não sejam atendidas as solicitações de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais referidas no parágrafo anterior de forma a atestar a regularidade de representação do Acionista, **não será permitida a participação do Acionista na AGOE.** (c) **Informações complementares e documentos relativos à AGOE:** O Manual para Participação dos Acionistas com a Proposta da Administração, o BVD, informações complementares e orientações detalhadas para a participação dos Acionistas estão à disposição na sede da Companhia e nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, <https://ri.3tentos.com.br/>, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), <https://www.gov.br/cvm/pt-br> e da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, <https://www.b3.com.br/pt-br>. Estão disponíveis nos mesmos endereços, todos os documentos relativos às matérias constantes da Ordem do Dia deste Edital. (d) **Esclarecimentos:** Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@3tentos.com.br ou do telefone (55) 3372-3700.

Santa Bárbara do Sul/RS, 26 de março de 2024
João Marcelo Dumoncel
 Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 4330002799 COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2024, ÀS 14 HORAS

Ficam convocados os senhores acionistas da IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 26 de abril de 2024, às 14 horas, de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital"), nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023;
- II) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2023, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2024 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;
- III) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado) para o exercício social de 2024;
- IV) Instalar o Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2024, com funcionamento até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia; e
- V) Caso aprovada a matéria do item "IV" acima, eleger 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- I) Eleger, nos termos do artigo 150, caput, da Lei das Sociedades por Ações, 1 (um) novo membro para o Conselho de Administração, até o término do mandato em curso;
- II) Conduzir, nos termos do artigo 10, caput, do estatuto social da Companhia, o Sr. Paulo Isehard, eleito como membro independente do Conselho de Administração da Companhia em 24 de abril de 2023, ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia até o término do mandato em curso;
- III) Alterar o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o número de ações em que se divide o capital social da Companhia, em razão do cancelamento de ações em tesouraria, aprovado na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 05 de fevereiro de 2024; e
- IV) Consolidar o Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir a alteração do Artigo 5º, objeto da deliberação descrita no item "III" acima.

Instruções Gerais:

Nos termos do §1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na assembleia geral: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), ou (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A participação do acionista poderá ser:

- (i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (www.irani.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração divulgada em 26 de março de 2024 ("Proposta da Administração"); ou
- (ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas.

O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na AGOE, deverão acessar o site da Companhia, no endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/007566261>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGOE descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até o dia 24 de abril de 2024. Nos termos do §3º do art. 6º da Resolução CVM 81, os acionistas que não realizarem o procedimento de cadastro para participação no prazo acima mencionado, contendo todos os documentos necessários, não poderão participar da AGOE. A Companhia esclarece que dispensará a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o *upload* de cópia simples das vias originais de tais documentos quando do cadastramento do acionista, bem como da tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

As demais orientações e informações para a participação virtual na AGOE, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.irani.com.br/ri). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@irani.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303-3893 (ramal 1071).

Porto Alegre, 26 de março de 2024.
IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
Péricles Pereira Druck
 Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

RECRUSUL S/A - Companhia Aberta - CNPJ n. 91.333.666/0001-17 - NIRE 43.300.005.003
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Luiz Pasteur n° 1020, em Sapucaia do Sul, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em regime ordinário** (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (2) eleger os membros do Conselho de Administração, bem como o Presidente e Vice-Presidente do órgão, e (3) fixar o montante da remuneração dos administradores. **Em regime extraordinário** (1) deliberar o Grupamento de Ações conforme Ofício 124/2024 – SLS B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão.

INFORMAÇÕES GERAIS:

A) Participação Presencial: Para participar e votar na Assembleia os acionistas deverão observar o seguinte: (a) apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária, ou, se for o caso, pelo custodiante, em ambos os casos nos últimos 5 (cinco) dias; (b) caso o acionista seja representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos; (c) apresentar os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destas pelos signatários das procurações; **B)** Informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). **C)** Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e no site da Comissão de Valores Mobiliários na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br), todos os documentos exigidos por lei e pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia. **D) Boletim de Voto à Distância:** a Companhia adotará para a Assembleia Geral o procedimento de voto a distância, conforme previsto na Resolução CVM n° 81/22, permitindo que seus Acionistas enviem, diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia (Itaú Corretora de Valores S/A), o Boletim de Voto a Distância, o qual se encontra à disposição dos Acionistas junto aos demais documentos referentes à Assembleia Geral. A Companhia informa que instruções adicionais sobre o procedimento de votação a distância poderão ser consultadas no próprio Boletim de Voto a Distância. Sapucaia do Sul, RS, 25 de março de 2024.

BERNARDO FLORES - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA INTERNACIONAL S. A.

CNPJ nº 04.693.723/0001-74 – NIRE: 43300043231 – Carlos Barbosa – RS.

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Av. Ivo Tramontina nº 1.024, Triângulo, Carlos Barbosa, RS, CEP 95180-000, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Carlos Barbosa, RS, em 26 de março de 2024.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TERMOLAR S/A

CNPJ/MF 92.780.634/0001-22 - NIRE 433.00002942

AVISO AOS AÇIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram a disposição, na sede social, à Rua Tamandaré, nº 500, Bairro Camaquã, CEP 91900-790, em Porto Alegre/RS, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2023.

Porto Alegre/RS, 28 de março de 2024.

Natalie Ardizzo - Diretora

NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial	(51) 3213 1333
Atendimento ao assinante	(51) 3213 1300
Vendas de assinaturas	(51) 3213 1326
Redação	(51) 3213 1362

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS



Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A.
 CNPJ - 12.181.987/0001-77 Nire - 43.3.0005288.5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023
 Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("Companhia" ou "MELK3"), submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

DESEMPENHO OPERACIONAL
LANÇAMENTOS
 No ano de 2023, a Melnick lançou 8 empreendimentos, totalizando R\$ 1,2 bilhão de VGV bruto (R\$ 731,8 milhões no % Melnick). Destacamos que o VGV de lançamentos na participação da companhia já superou em 20% o do mesmo período de 2022.
 Vendas brutas, líquidas e VSOs
 No ano, as vendas brutas e líquidas correntes somaram, respectivamente, R\$ 923 milhões e R\$ 809 milhões (% Melnick), um crescimento de 25% no total de vendas líquidas e de 26% nas vendas de estoques em relação ao ano de 2022. As VSOs encerram o ano em 50% VSO de estoques, 44% VSO consolidada e 36% VSO de lançamentos, representado crescimento respectivamente de 22%, 14% e 2%.
 Estoques
 Encerramos o ano de 2023 com R\$ 953,2 milhões em estoques (% Melnick), representando uma redução de 12% em relação ao ano de 2022. Do total do estoque, 69% se referem a unidades em construção e 31% a unidades concluídas. Segregamos o estoque pronto em dois grupos, estoque pronto de comercialização que representa 47% do estoque concluído, que depende de iniciativas e de esforço comercial para comercialização e em estoque de locação que representa 53% do estoque concluído, onde oferecemos aos nossos clientes um modelo de locação com opção de compra. Neste modelo as unidades

em estoque rentabilizam a carteira com receitas de aluguel e, caso o locatário opte em exercer a opção, ele pode utilizar os valores pagos em caráter de aluguel como entrada no momento da compra. Landbank
 O land bank encerrou o ano de 2023 com R\$ 3,6 bilhões em VGV potencial (% Melnick), sendo R\$ 1,4 bilhões de projetos já aprovados, correspondentes a 37%. Durante o ano foram adquiridos 7 novos terrenos com VGV potencial de R\$ 634 milhões (%Melnick).
 Entregas e execução de empreendimentos
 No ano de 2023 foram entregues sete empreendimentos, representando R\$ 686,3 milhões de VGV bruto (R\$ 544,2 milhões no % Melnick). Encerramos o ano de 2023 com 17 canteiros ativos sendo 12 da incorporadora, 3 da urbanizadora e 2 da marca open.
 Repasse e recebimento
 No ano de 2023, o total de recebimento de clientes foi de R\$ 767,7 milhões, dos quais R\$ 529 milhões ou 69% referentes às unidades em construção e R\$ 238 milhões ou 31% referentes às unidades concluídas. Os recebimentos ao final de 2023 representaram 9% de crescimento em relação ao ano de 2022.
DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO
RECEITA LÍQUIDA
 No ano, a receita líquida acumulada totalizou R\$ 1,2 bilhão, com um crescimento de 15% em relação ao ano de 2022.
 Lucro bruto e margem bruta
 No ano de 2023 o lucro bruto foi de R\$ 244 milhões, 4% de crescimento em relação a 2022. Encerramos o ano de 2023 com margem bruta de 23%, representando uma redução de 1 p.p. em relação ao ano de 2022.
 Despesas comerciais, gerais e administrativas e outras despesas
 Em 2023 as despesas operacionais totalizaram R\$ 154,9 milhões, representando uma redução de 4% em relação ao ano de 2023. No ano de 2023 as despesas comerciais totalizaram R\$ 79 milhões ou 51% das despesas operacionais, as despesas administrativas totalizaram R\$ 68 milhões ou 44% das despesas operacionais e a rubrica de outras despesas líquidas totalizou R\$ 8 milhões ou 5% das despesas operacionais. Vale destacar que as despesas administrativas representaram um crescimento de 25% em relação ao ano de 2022, que deve-se principalmente a provisões de incentivos de longo prazo, estas provisões são contabilizadas a fair value e corrigidas pelo dividend yield do período. No ano a Melnick realizou R\$ 124,6 milhões em pagamento de dividendos, influenciando tais provisões.
 Resultado financeiro
 No ano de 2023, o resultado financeiro da Companhia totalizou resultado líquido de R\$ 59,3 milhões. O resultado financeiro representou uma redução de 10% em relação ao ano de 2022 e deve-se principalmente aos encargos financeiros apropriados ao custo referentes aos contratos de SFH.
Ebitda
 Em 2023, o EBITDA da Companhia alcançou R\$ 128 milhões, crescimento de 98% em relação a 2022. A margem EBITDA atingiu 11%, o que evidencia um crescimento de 72% quando comparado com a margem registrada no ano de 2022.
 Lucro líquido e margem líquida
 No ano de 2023 o lucro líquido foi de R\$ 104 milhões e a margem líquida antes dos minoritários no ano foi de 13%. O lucro líquido representou um crescimento de 23% e a margem líquida antes dos minoritários de 5% em relação ao ano de 2022.

ANÁLISE BALANÇO PATRIMONIAL
 Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazos. A geração de caixa da Companhia, juntamente às linhas de crédito disponíveis, são suficientes para financiar as atividades da Companhia, bem como para fazer frente à execução do seu plano de negócios.
 Índices de liquidez
 O índice de liquidez geral e corrente da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, era de 2,2x e 2,9x, respectivamente.
 Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários
 Ao final do ano de 2023, a posição de Caixa da Companhia, incluindo títulos e valores mobiliários, era de R\$ 400 milhões, representando uma redução de 11% em relação ao ano de 2022.
 Contas a receber
 Encerramos o ano de 2023 com saldo de Contas a Receber totalizando R\$ 1,7 bilhão dos quais, R\$ 1,6 bilhão estão a vencer. O Contas a Receber de unidades concluídas encerrou o ano de 2023 totalizando R\$ 331 milhões.
 Endividamento
 Com dívida bruta de R\$ 285 milhões e posição de caixa e equivalentes de R\$ 400 milhões, a Companhia registrou saldo de caixa líquido positivo de R\$ 115 milhões em 2023, ante caixa líquido positivo de R\$ 188 milhões em 2022.
CÂMARA DE ARBITRAGEM
 A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES
 Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 e ao Ofício Circular SNC/SEP nº 01/2007, a Companhia informa que os auditores independentes (Deloitte Auditores Independentes S/S Ltda, "Deloitte") foram contratados apenas para realização dos serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais. A Companhia não contratou nenhum outro trabalho não relacionado à auditoria até 31 de dezembro de 2023.
 A Companhia e suas controladas, por meio dos órgãos de governança, adotam procedimento de consultar os auditores independentes no sentido de assegurar-se que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar a independência e objetividade requeridas aos serviços de auditoria independente, destacadamente para que o auditor não audite seu próprio trabalho, não exerça funções gerenciais na Companhia e suas controladas, bem como não as represente legalmente. A Deloitte declarou que todos os serviços prestados à Companhia e suas controladas observaram de forma estrita as normas contábeis e de auditoria que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não identificaram nenhuma situação que afeta a independência e objetividade do desempenho dos serviços de auditoria externa.
 Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os serviços de auditoria independente na Companhia, realizados pela Deloitte Auditores Independentes S/S Ltda, contemplaram o exame das demonstrações financeiras e a asseguarado do Relatório Anual da Companhia. O montante de honorários incorridos com os auditores independentes no exercício de 2023 foi de R\$ 392 mil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)					
ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	138	910	1.580	16.058
Títulos e valores mobiliários	5	151.311	146.357	397.595	336.366
Contas a receber	6	5.161	-	709.843	419.707
Imóveis a comercializar	7	657	35.111	853.518	1.038.295
Demais contas a receber		22.188	17.543	28.901	33.809
		179.455	199.921	1.991.437	1.844.235
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	5	57.202	39.484	1.039	270
Contas a receber	6	-	-	309.560	331.612
Imóveis a comercializar	7	20.455	-	71.000	94.962
Adiantam. para futuros investimentos	20.a	102.159	115.514	674	663
Partes relacionadas	20.a	135.920	124.911	222	236
Demais contas a receber		8.801	363	12.841	3.868
Investimentos	8.a	749.837	803.530	23.386	12.422
Direito de uso		242	1.896	1.666	4.118
Imobilizado		7.443	7.287	9.420	8.486
Intangível		121	237	128	249
		1.082.180	1.093.222	429.936	456.886
TOTAL DO ATIVO		1.261.635	1.293.143	2.421.373	2.301.121

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTES	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fornecedores					
Contas a pagar por aquisição de imóveis	9	1.694	1.481	53.465	27.915
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	68.511	66.910
Impostos e contribuições a recolher		1.291	476	9.493	8.232
Contribuições sociais diferidas		-	-	18.460	13.022
Adiantamentos de clientes	11	681	1.085	235.536	343.114
Provisão para perdas em sociedades controladas	8.a	31.629	32.423	-	-
Dividendos propostos		-	11.000	-	11.000
Provisões	12	4.737	6.209	58.757	67.587
Partes relacionadas	20.a	6.025	7.847	43.406	1.539
Demais contas a pagar		4.100	3.445	52.674	16.151
		50.157	63.966	685.825	601.828
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos de clientes	11	-	-	78.795	169.379
Contas a pagar por aquisição de imóveis	9	-	-	141.713	72.730
Provisões	12	6.281	23.076	33.793	31.543
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	139.736	118.641
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	16.807	11.787
		6.281	23.076	410.844	404.080
		56.438	87.042	1.096.669	1.005.908
Total dos passivos					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social atrib. aos acionistas da	14.a	1.109.029	1.109.029	1.109.029	1.109.029
Ações restritas e em tesouraria	14.b	(19.453)	(31.692)	(19.453)	(31.692)
Plano de opção de ações	14.c	14.812	8.946	14.812	8.946
Reservas de lucros	14.d.e.	59.398	63.518	59.398	63.518
Dividendos adicionais propostos	14.f	41.411	56.300	41.411	56.300
		1.205.197	1.206.101	1.205.197	1.206.101
Participação dos não controladores		-	-	119.507	89.112
Total do patrimônio líquido		1.205.197	1.206.101	1.324.704	1.295.213
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.261.635	1.293.143	2.421.373	2.301.121

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 - (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
OPERAÇÕES					
Receita	15	21.881	11.659	1.183.709	1.029.568
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	16.a	(20.052)	(19.504)	(939.962)	(794.633)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		1.829	(7.845)	243.747	234.935
DESPESAS OPERACIONAIS					
Comerciais	16.b	(68)	(15)	(79.211)	(82.328)
Gerais e administrativas	16.b	(42.855)	(36.930)	(52.322)	(43.293)
Remuneração da Administração	20.c	(15.550)	(10.852)	(15.550)	(10.852)
Provisões	12.e	16.835	(6.260)	(6.423)	(20.461)
Outras despesas operacionais, líquidas	18	(10.253)	(7.152)	(1.468)	(4.689)
		(51.891)	(61.209)	(154.974)	(161.623)
		(50.062)	(69.054)	88.773	73.312
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL					
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES					
SOCIETÁRIAS					
Equivalência patrimonial	8	(116.156)	(127.289)	7.941	(564)
		116.156	127.289	7.941	(564)
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	17	(168)	(52)	(4.458)	(2.896)
Receitas financeiras	17	37.959	26.195	90.080	78.899
		37.791	26.143	85.622	76.003
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social					
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19	-	-	(25.367)	(22.403)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19	-	-	(5.020)	(7.553)
LUCRO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS					
LUCRO DOS EXERCÍCIOS ATRIBUÍVEL A					
ACIONISTAS					
Participação dos não controladores		-	-	103.885	84.378
		-	-	48.064	41.215
		-	-	151.949	125.593
LUCRO POR AÇÃO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA COMPANHIA DURANTE OS EXERCÍCIOS - R\$					
Lucro básico por ação	14.g	0,513	0,417	-	-
Lucro diluído por ação	14.g	0,499	0,411	-	-

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)											
	Nota	Atribuível aos acionistas da controladora									
		Ações restritas e em tesouraria		Reserva de Lucros		Lucros acumulados		Dividendos adicionais propostos		Participação dos não controladores	
		Capital social	Ações em tesouraria	Opção de ações	Legal	Retenção de lucros	Total	Total	controladores	controladores	líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.109.029	(31.692)	8.946	27.607	31.692	1.155.000	18.364	1.155.000	44.022	1.199.022
Ações em tesouraria:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apropriação do plano de opção - Stock options	14.c	-	-	8.946	-	-	8.946	-	-	-	8.946
Operações com não controladores:		-	-	-	-	-	-	-	3.875	3.875	3.875
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação de lucros:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	84.378	84.378	-	41.215	125.593	125.593
Apropriação da reserva legal		-	-	-	4.219	(4.219)	-	-	-	-	-
Dividendos pagos	14.f	-	-	-	-	(13.000)	(13.000)	(18.364)	(31.364)	-	(31.364)
Dividendos intercalares	14.f	-	-	-	-	(11.000)	(11.000)	-	-	-	(11.000)
Transações entre sócios (nota 8.a)		-	-	-	-	141	141	-	-	-	141
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(56.300)	(56.300)	-	-	-	(56.300)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.109.029	(31.692)	8.946	31.826	31.692	1.206.101	56.300	89.112	1.295.213	
Ações em tesouraria:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apropriação do plano de opção - Stock options	14.c	-	-	8.791	-	-	8.791	-	-	-	8.791
Concessão de ações - Stock options	14.c	-	2.925	-	-	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria	14.b	-	9.314	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação de lucros:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	103.885	103.885	-	48.064	151.949	151.949
Absorção de reserva legal		-	-	-	5.194	(5.194)	-	-	-	-	-
Dividendos pagos	14.f	-	-	-	-	(56.300)	(56.300)	(17.669)	(73.969)	-	(73.969)
Dividendos intercalares	14.f	-	-	-	-	(57.280)	(57.280)	-	-	-	(57.280)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(41.411)	(41.411)	-	-	-	(41.411)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.109.029	(19.453)	14.812	37.020	22.378	1.205.197	41.411	119.507	1.324.704	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A., ("Companhia" ou "Controladora" ou "Grupo" quando em conjunto com as empresas controladas) é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Porto Alegre, sendo suas ações comercializadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo – Brasil Bolsa Balcão – B3 – sob a sigla MELK3. Tem por atividade preponderante o desenvolvimento da atividade de incorporação imobiliária em empreendimentos residenciais, comerciais e em condomínio de lotes urbanos na região Sul do Brasil, por meio da participação societária em sociedades de propósito específico. A Companhia é o veículo de parceria iniciada em 4 de março de 20

clívisos em títulos e valores mobiliários são consolidados. Transações entre a Companhia e as controladas e entre estas, bem como os saldos e ganhos não realizados nessas transações, são eliminados. As práticas contábeis das controladas são alteradas e suas demonstrações financeiras individuais são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados, com as práticas adotadas pela Companhia. A Companhia mantém participação em coligadas e em sociedades nas quais a Companhia não exerce a atividade preponderante para definição de controle. A Companhia apresenta suas participações em não controladas, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial. A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. a) Procedimentos de consolidação: Os principais procedimentos de consolidação foram: • Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas e companhia consolidadas; • Eliminação da participação no capital, reservas e lucros acumulados das empresas e companhia consolidadas; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas entre as empresas e companhia consolidadas. A descrição das entidades controladas e informações correlatas estão divulgadas na nota 8. 2.3. Moeda funcional: As empresas do Grupo atuam em um mesmo ambiente econômico, usando o real (R\$) como moeda funcional, que também é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. 2.5. Ativos financeiros: 2.5.1 Classificação: A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais do fluxo de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas são registrados no resultado. 2.5.2 Reconhecimento e mensuração: Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesa no resultado. 2.5.3 Impairment de ativos financeiros: A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Para o cálculo da provisão para distratos, a Companhia incorpora a previsão de distratos futuros (esperados para os próximos 12 meses), levando em consideração, entre outros, as experiências passadas, conforme detalhamos a seguir na nota 3.1. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. 2.5.4 Classificação dos instrumentos financeiros: Abaixo demonstramos a classificação dos ativos e passivos:

Ativo/passivo financeiro	Classificação pelo CPC 48
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Demais contas a receber	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Contas a pagar por aquisição de imóveis	Custo amortizado
Contas a pagar (partes relacionadas)	Custo amortizado
Demais contas a pagar	Custo amortizado

2.6. Contas a receber: A comercialização das unidades é efetuada, substancialmente, durante as fases de lançamento e construção dos empreendimentos. As contas a receber de clientes, nestes casos, são constituídas aplicando-se o percentual de evolução da obra (POC) sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda (acrescido da variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC); sendo assim, o valor das contas a receber é determinado pelo montante das receitas acumuladas reconhecidas, deduzidas das parcelas recebidas de cada contrato. Caso o montante das parcelas recebidas de cada contrato seja superior ao da receita acumulada reconhecida, o saldo é classificado como “adiantamento de clientes”, no passivo. As contas a receber de clientes correspondem, portanto, aos valores a receber das atividades de incorporação imobiliária e loteamento urbano. A Companhia e suas controladas mantêm as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, assim, são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para impairment de ativos financeiros (nota 2.5.3). Quando concluída a construção, sobre as contas a receber incidem juros e variação monetária segundo índices contratuais, os quais, no caso de vendas financiadas pelo Grupo aos clientes, passam a ser apropriados ao resultado financeiro quando auferidos, obedecendo ao regime de competência de exercícios. Com base na carteira total das contas a receber de cada empreendimento, é estabelecido o montante previsto para ser recebido em período de até um ano, sendo o saldo contábil das contas a receber, no limite desse valor, classificado no ativo circulante. A parcela das contas a receber que exceda os recebimentos previstos no período de até um ano, é apresentada no ativo não circulante. 2.7. Imóveis a comercializar: Os imóveis pronto a comercializar estão demonstrados ao custo de construção ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo compreende o custo de aquisição/permuta do terreno, gastos com projeto e legalização do empreendimento, materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de financiamento, incorridos durante o período de construção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e as despesas estimadas para efetuar a venda. Os terrenos estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos eventuais encargos financeiros gerados pelo seu correspondente contas a pagar. No caso de aquisição de terrenos por meio de permuta por unidades a serem construídas, seu custo corresponde ao preço de venda à vista previsto para as unidades a serem construídas e entregues em permuta. O registro do terreno é efetuado apenas por ocasião da lavratura da escritura do imóvel, não sendo reconhecido nas demonstrações financeiras enquanto em fase de negociação, independentemente da probabilidade de sucesso ou do estágio de andamento desta. Os terrenos destinados à venda são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda da propriedade. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata na sua condição atual e a possibilidade da venda esteja dentro de um ano a partir da data de classificação. Os terrenos destinados à venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor de venda, líquido dos custos de alienação (valor recuperável). 2.8. Contas a pagar a fornecedores e por aquisição de imóveis: As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. As contas a pagar por aquisição de imóveis são relacionadas à aquisição de terrenos para o desenvolvimento de projetos de incorporação imobiliária. Contas a pagar a fornecedores e por aquisição de imóveis são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente, acrescido dos encargos contratuais incorridos. 2.9. Empréstimos e financiamentos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo em construção), ou na demonstração do resultado. São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços. 2.10. Provisões: Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando há uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa atenuada dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: O encargo de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas nas datas dos balanços. A Companhia adota o regime de tributação pelo Lucro Real. As sociedades controladas, que possuem como atividade a incorporação imobiliária, adotam o sistema de tributação pelo Regime Especial de Tributação - RET, adotando o patrimônio de afetação, segundo o qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados à razão de 1,92% sobre as receitas brutas (4% também considerando a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e o Programa de Integração Social – PIS sobre as receitas). Determinadas controladas que realizam operação de loteamento urbano, adotam o regime de tributação pelo Lucro Presumido. 2.12. Benefícios a funcionários e dirigentes: A Companhia e suas sociedades controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios pós sua saída da companhia. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta um plano de atendimento de metas financeiras e operacionais. A Companhia reconhece provisão ao longo do exercício, a medida que os indicadores das metas a serem atendidas mostrem que é provável que será efetuado pagamento a esse título e o valor possa ser estimado com segurança. Também é oferecido plano de remuneração com base em ações, o qual está previsto para ser liquidado com ações da própria controladora. 2.13. Capital social: Está representado exclusivamente por ações ordinárias, classificadas como patrimônio líquido. 2.14. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de imposto, dos contratos de venda com evidências objetivas que poderão vir a ser distratados, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de transações entre empresas do Grupo. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo dos contratos de venda firmados quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir: a) Receita de venda de incorporação imobiliária: Na venda de unidades dos empreendimentos lançados que não mais estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva constante em seu memorial de incorporação, foram observados os procedimentos e normas estabelecidas pela CVM (nota 2.1), segundo os quais os seguintes procedimentos foram adotados para o reconhecimento da receita de vendas de unidades em construção: (i) O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente as unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado (nota 2.7). (ii) É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado (POC), o qual é aplicado sobre o valor justo da receita das unidades vendidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), atualizada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante da receita de venda reconhecida. (iii) Os montantes das receitas de vendas reconhecidas, incluindo a atualização monetária do contas a receber com base na variação do INCC, li-

quido das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável a cada um dos contratos. (iv) O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para a entrega das chaves do imóvel pronto ao promitente comprador. (v) O encargo relacionado com a comissão de venda é de responsabilidade do adquirente do imóvel, não incorporando o preço da venda. (vi) Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado no período em que a administração toma conhecimento das circunstâncias que originam a revisão. (vii) Os valores recebidos por vendas de unidades não concluídas dos empreendimentos lançados que ainda estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva, constante em seu memorial de incorporação, são classificados como adiantamento de clientes. Após a obtenção do habite-se, emitido pelos órgãos públicos municipais, e instalação do condomínio, a atualização monetária das contas a receber passa a ser calculada pela variação do IPCA e passam a incidir juros de 12% a.a., apropriados de forma “pro rata temporis”. Após essa fase, para as vendas com financiamento direto, a atualização monetária e os juros passam a ser registrados como receita financeira pelo método da taxa efetiva de juros e não mais integram a base para determinação da receita de vendas. b) Receita de venda de loteamento imobiliário: As vendas de lotes urbanizados também obedecem ao critério do POC, como acima descrito no item 2.14 (a). c) Receita de serviços: A controladora presta serviços de administração de obra para determinadas controladas, controladas em conjunto e coligadas. A receita remanescente na demonstração do resultado consolidada corresponde a serviços prestados a controladas em conjunto e a coligadas. d) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Sobre as contas a receber de financiamento direto, após a conclusão da unidade, passa a incidir atualização monetária acrescida de juros, os quais são apropriados à medida que o tempo passa, em contrapartida de receita financeira. 2.15. Distribuição de dividendos: A obrigação relacionada a distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício social, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório só é provisionado, caso aplicável, na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. 2.16. Reserva de lucros: A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. A Reserva de retenção de lucros, corresponde a proposta da Administração refletida em orçamento de capital a ser encaminhado para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, em conjunto com as demonstrações financeiras, nos termos estabelecidos pelo Estatuto Social e pela Lei das Sociedades por Ações. 2.17. Resultado básico e diluído por ação: O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajuste de desdobramento. 2.18. Demonstração do valor adicionado (DVA): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.19. Apresentação de informações por segmento: A Companhia elabora relatórios em que suas atividades de negócio são apresentadas de vários modos, os quais são utilizados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração para avaliação do desempenho da Companhia e tomada de decisões. A Companhia reporta a informação por segmento operacional levando em consideração a atividade da operação, as quais possuem gestor responsável por reportar diretamente ao principal gestor das operações e com este mantêm contato regular para discutir sobre as atividades operacionais, os resultados financeiros, as previsões e os planos para o segmento. 2.20. Normas e interpretações novas e alteradas em vigor no exercício corrente: No exercício corrente as IFRSs abaixo relacionadas são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A adoção dos pronunciamentos abaixo, quando aplicável, não teve nenhum impacto material nas demonstrações da Controladora e suas controladas.

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IFRS 17	Contratos de seguros	01/01/2023
Alterações à IAS 1 - IFRS		
Declarações das práticas contábeis 2	Divulgação de políticas contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 12	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de única transação	01/01/2023

2.21. Normas contábeis novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e relacionadas abaixo:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou Joint Venture	Sem definição
Alterações à IAS 1	Classificação do passivo com circulante ou não circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo não circulante com covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01/01/2024

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem não ser iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas e premissas que apresentam risco significativo com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão relacionadas com os temas a seguir: 3.1. Estimativas contábeis da Companhia: a) Reconhecimento de receita: A Companhia e suas controladas usam o método de POC para apropriar as receitas de seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária, loteamento urbano e na prestação de serviço. O uso desse método requer que se estime os custos a serem incorridos até o término da construção, constituição do condomínio e entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária, e os revise a cada data de preparação de seus relatórios de informações financeiras, para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos, definindo assim a proporção de receita contratual a ser reconhecida. Impairment de contas a receber e provisão para distratos: As vendas de unidades são realizadas durante o período de construção, ao final da qual ocorre a liquidação do saldo pelo cliente através da obtenção de financiamento junto às instituições financeiras ou, em alguns casos, efetuada a alienação fiduciária do bem como garantia do saldo a receber, não havendo expectativa de perda que requeira a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando se observa deterioração do crédito por parte dos compradores entre a data da venda e a data de obtenção do financiamento, determinados contratos são objeto de cancelamento (“distratos”), motivo pelo qual uma provisão pode ser necessária para fazer face a margem de lucro apropriada de contratos firmados que: (i) por ocasião do reconhecimento da receita: a Companhia e suas controladas monitoram a inadimplência de 100% de seus contratos e, para aqueles que apresentam evidências objetivas de impairment, reconhece a provisão para distratos, afetando as rubricas (i) no resultado de Receita, Custo das vendas realizadas; (ii) no ativo de Contas a receber de clientes e Estoques; e (iii) no passivo, de provisão para distratos (na rubrica de Provisões), correspondente ao eventual passivo financeiro devido para devolução de parcela dos valores recebidos; e (ii) sobre o ativo financeiro registrado por ocasião do reconhecimento da receita: a provisão é constituída para distratos que, muito embora não apresentem evidências objetivas de impairment por ocasião do reconhecimento da receita, são esperados para os próximos 12 meses, levando em consideração, entre outros, as experiências passadas, afetando a rubrica no resultado de “Despesas operacionais” e no ativo de “Contas a receber de clientes”. b) Provisões: A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios à investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária, direito do consumidor, dentre outras. O Grupo reconhece provisões e a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, as sociedades controladas estão sujeitas a determinação do imposto de renda e das contribuições: (i) social sobre o faturamento; (ii) ao Programa de Integração Social (PIS) e (iii) ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), tendo como base de cálculo as receitas, como definido na legislação tributária correspondente. Em alguns casos, é necessário um julgamento significativo para determinar a receita tributável, já que a mesma não coincide com a mesma reconhecida de acordo com as práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração da Companhia efetua os julgamentos, quando aplicável, apoiado em opiniões de seus consultores jurídicos. c) Redução ao valor recuperável do saldo de imóveis a comercializar: No mínimo ao final de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus imóveis a comercializar para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado. 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e contas correntes	138	910	1.379	11.274
Aplicações financeiras (i)	-	-	201	4.784
	138	910	1.580	16.058

(i) Corresponde, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), remunerados à taxa média de 99,73% em variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (em 31 de dezembro de 2022 – remunerados à taxa média de 102%). 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Certificado de depósito bancário - CDB (i)	16.247	22.293	26.357	22.805
Fundos de investimento (ii)	-	-	352.383	297.930
Fundo exclusivo (ii)	176.121	147.647	-	-
Títulos do Tesouro Nacional (iii)	16.145	15.631	19.894	15.631
Outros títulos e valores mobiliários	-	270	-	270
	208.513	185.841	398.634	336.636
Circulante	151.311	146.357	393.846	336.366
Não circulante	57.202	39.484	4.788	270

(i) Corresponde, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), remunerados à taxa média de 99,73% em variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (em 31 de dezembro de 2022 – remunerados à taxa média de 100%). (ii) Refere-se ao: a) Fundo Melk Blue RF CP FI de renda fixa com crédito privado que possui liquidez diária e baixo risco de crédito. Sua carteira possui

exposição em títulos públicos pós-fixados atrelados à Selic (cerca de 76%), e em títulos privados (cerca de 24% da carteira). A parcela de ativos de crédito privado é composta apenas por títulos emitidos por instituições financeiras de baixo risco de crédito (como Letras Financeiras de grandes bancos), havendo diversificação entre os emissores selecionados. O fundo não opera ativamente com risco de mercado e não permite alavancagem. Em 31 de dezembro de 2023, o fundo acumulou rentabilidade de 101,59% do CDI e, em 31 de dezembro de 2022, 102,61% do CDI; (b) Fundo de Investimento em Renda Fixa FIC Caixa Turquesa Corp RF CP na Caixa Econômica Federal, composição de 99,97% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, rentabilidade acumulada 9,82%, média anual 9,41%; e (c) Fundo exclusivo na Planner Investimentos MLK Capital FIM CP com rentabilidade média 66% do CDI, aplicado 100% em títulos do Fundo Planner FI Renda Fixa CP, composto por títulos públicos federais e financiamento de operações e termos de ações. (iii) Aplicações em títulos do Tesouro Nacional, indexados à SELIC. A controladora e determinadas sociedades controladas aplicam parcela de seus recursos no Fundo Melk Blue RF CP FI, Fundo exclusivo na Planner Investimento MLK Capital FIM CP e Fundo Volpi Mortgage 1 FI, os quais também são apresentados de forma consolidada. A gestão de tesouraria do Grupo, que inclui a gestão dos Fundos exclusivos, leva em consideração o fluxo de caixa das atividades da Companhia e de suas sociedades controladas para efetuar a seleção de suas aplicações, não havendo intenção de resgate em períodos inferiores a 90 dias no momento em que são efetuadas, motivo pelo qual essas aplicações não foram classificadas na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa”, adicionalmente às considerações feitas para cada tipo de título. Consequentemente, na demonstração dos fluxos de caixa estão apresentados na rubrica “Atividades de investimento” como parte das variações do capital circulante. As aplicações financeiras em CDBs estão classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado e a carteira dos Fundos Exclusivos a valor de mercado, sendo as variações dos valores justos registradas no resultado na rubrica “Receitas financeiras”. 6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Em repasse bancário	-	-	146.546	28.216
Financiamento próprio	-	-	199.417	120.116
Provisão para distratos (nota 12)	-	-	(14.582)	(11.750)
Empreendimentos concluídos	-	-	331.381	136.582
Receita apropriada	-	-	1.612.258	2.142.568
Parcelas recebidas	-	-	(1.076.543)	(1.668.642)
Reclassificação para adiantamentos de clientes (nota 11)	-	-	137.441	176.764
Contas a receber pela venda de imóveis	-	-	673.156	650.690
Provisão para distratos (nota 12)	-	-	(8.899)	(14.328)
Ajuste a valor presente	-	-	(21.289)	(11.376)
Empreendimentos em construção	-	-	642.968	624.986
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e IFRS 9 (nota 12)	-	-	(30.738)	(61.656)
Contas a receber pela venda de imóveis (concluídos em construção)	-	-	943.611	699.912
Outras contas a receber	5.161	-	75.792	51.408
Contas a receber apropriadas	5.161	-	1.019.403	751.319
Circulante	5.161	-	709.843	419.707
Não circulante	-	-	309.560	331.612

As contas a receber dos empreendimentos concluídos e as contas a receber apropriadas dos empreendimentos em construção estão deduzidos do ajuste a valor presente, a taxa de 5,64% (5,95% em 31 de dezembro 2022). A análise de vencimentos do total das parcelas a receber dos contratos de venda das unidades concluídas e não concluídas, sem considerar os efeitos de ajuste a valor presente, pode ser demonstrada conforme segue, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas	-	-	99.886	58.918
A vencer:				
2023	-	-	-	489.654
2024	5.161	-	689.793	398.820
2025	-	-	430.922	214.223
2026	-	-	233.821	43.501
2027	-	-	57.992	55.464
2028 em diante	-	-	187.509	74.743
	5.161	-	1.699.922	1.335.223

Contas a receber apropriado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber a apropriar	-	-	881.677	622.258
	-	-	818.246	713.065

As contas a receber apropriadas estão líquidas das parcelas classificadas em adiantamentos de clientes. Adicionalmente, não considera os efeitos da provisão para distratos e de ajuste a valor presente. Os valores referentes a “receita apropriada” e “parcelas recebidas”, anteriormente demonstradas, consideram as operações de terrenos obtidos em permuta por unidades imobiliárias dos empreendimentos. A análise do saldo contábil vencido de contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas:				
Até três meses	-	-	36.383	6.960
De três a seis meses	-	-	4.479	2.018
Acima de seis meses	-	-	18.374	18.145
Imóveis concluídos	-	-	59.236	27.123

Vencidas:

Até três meses	-	-	32.954	21.431
De três a seis meses	-	-	1.265	3.021
Acima de seis meses	-	-	6.431	7.343
Imóveis em construção	-	-	40.650	31.795
	-	-	99.886	58.918

7. IMÓVEIS A COMERCIALIZAR: Representado pelos terrenos para futuras incorporações e pelos custos incorridos das unidades imobiliárias a comercializar (imóveis prontos e em construção), como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores	-	-	14.689	10.229
Terrenos	21.112	35.111	227.097	349.684
Imóveis em construção (i)	-	-	412.438	549.553
Imóveis concluídos (i)	-	-	240.658	184.933
Imóveis para revenda (ii)	-	-	36.539	48.467

continuação

c) Principais informações das participações societárias em controladas:

Nome	Participação (%)		Valor da Participação		Equivalência		Lucro Líquido	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ponta da Figueira Empreendimentos Imobiliários S.A.	25%	25%	896	1.064	(1.68)	331	(571)	1.323
Melnick Even Apus Empreendimento Imobiliário Ltda.	86%	86%	4.558	5.331	7.993	9.405	9.338	10.988
SPE Melnick Marcelo Dias Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	13.311	7.033	5.339	7.433	5.339	7.433
Melnick Even Urucum Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	11.747	31.802	1.636	16.840	1.636	16.840
Melnick Even Biribá Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	379	1.165	(496)	73	(496)	73
Melnick Even Andiroba Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	26.913	21.426	13.487	11.069	13.487	11.069
Melnick Even Jaborandi Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	20.380	10.533	5.450	10.820	5.450	10.820
Melnick Even Cambuí Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	4.113	4.185	(73)	(87)	(73)	(87)
Melnick Even Guaritá Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	9.658	8.526	4.931	9.089	4.931	9.089
Melnick Even Aurora Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	877	3.452	1.575	5.381	1.575	5.381
Prion Participações S.A.	100%	100%	(14.824)	-	(15.675)	(9.564)	(15.675)	(9.564)
Melnick Even Aquarius Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	11.477	12.300	9.175	6.741	9.175	6.741
Melnick Even Crux Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	10.103	9.589	5.795	1.380	5.795	1.380
Melnick Even Lynx Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	8.176	10.600	5.076	4.185	5.076	4.185
Melnick Even Scorpius Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	10.302	8.060	4.242	5.800	4.242	5.800
Melnick Arcádia Urbanizadora S.A.	50%	50%	46.826	43.069	7.201	16.710	14.402	33.419
Melnick Even Cepheus Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	2.626	2.337	-	2.483	3.639	2.483
Melnick Even Octans Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	(3.796)	-	10.003	(13.926)	10.003	(13.926)
Melnick Even Pavo Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	4.587	1.689	2.777	(1)	2.777	(1)
Melnick Aries Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	7.307	8.318	(1.033)	(1.330)	(1.033)	(1.330)
Melnick Even Hematta Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	111	727	(817)	522	(817)	522
Melnick Even Safira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	7.544	7.606	188	408	188	408
Canoas Coral Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	16.041	18.527	1.814	4.305	1.814	4.305
Melnick Even Diamante Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	4.535	3.676	2	2	2	2
Melnick Even Água Marinha Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	3.124	2.514	(186)	(3.080)	(186)	(3.080)
Melnick Even Zuchhan Campos Sales Empreend Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	2.445	2.022	323	218	323	218
Melnick Even Berilo Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	3.846	8.897	(902)	(1.991)	(902)	(1.991)
Melnick Even Jaspé Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	1.631	2.257	175	188	175	188
Melnick Even Madreperola Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	2.097	5.321	97	316	97	316
Melnick Even Marmore Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	6.564	11.233	941	308	941	308
Melnick Even Peridoto Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	1.983	4.469	(786)	472	(786)	472
Melnick Even Brita Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	2.108	2.395	(387)	106	(387)	106
Melnick Even Opala Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	11.813	25.670	(3.591)	1.468	(3.591)	1.468
Melnick Even Jacarandá Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	33	258	(90)	16	(90)	16
Melnick Even Figueira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	4.226	4.021	795	652	795	652
Melnick Even Castanheira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	26.923	63.047	(5.894)	11.138	(5.894)	11.138
Melnick Even Cerejeira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	902	951	(78)	550	(78)	550
Melnick Even Acácia Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	21.907	33.283	1.974	530	1.974	530
Melnick Even Ipê Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	49.755	56.003	(831)	(4.842)	(831)	(4.842)
Melnick Even Angico Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	11.183	17.062	4.221	4.241	4.221	4.241
Melnick Even Urbanizadora Ltda.	60%	60%	90.199	103.026	(1.629)	16.971	(1.629)	28.285
Melnick Even Pinheiro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	10.201	6.856	(1.914)	9.694	(1.914)	9.694
Melnick Even Mangueira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	4.843	5.129	(368)	(1.719)	(368)	(1.719)
Melnick Even Pinus Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	5.979	7.237	(2.179)	(248)	(2.179)	(248)
Melnick Even Parreira Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	960	1.489	361	(209)	361	(209)
Melnick Even Araçá Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	613	2.100	313	(2)	313	(2)
Melnick Even Ingá Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	850	543	646	807	646	807
Melnick Even Platano Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	12.685	10.519	5.166	5.490	5.166	5.490
Melnick Even Carvalho Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	11.030	10.623	2.906	2.027	2.906	2.027
Melnick Even Limoeiro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	56.747	43.754	2.918	(8.267)	2.918	(8.267)
Melnick Even Cedro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	73.367	86.139	13.228	6.950	13.228	6.950
Melnick Even Coqueiro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	34.593	37.094	24.554	7.641	24.554	7.641
Themis Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	11.747	(30)	(6.314)	(30)	(6.314)	(30)
Melnick Leo Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	9.803	(972)	10.702	(972)	10.702	(972)
Apolo Empreendimento Imobiliário Ltda.	65%	100%	6.616	(121)	4.082	(121)	6.280	(121)
Athena Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	5.617	4.584	4	-	4	-
Melnick Hercules Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	5.484	(2.703)	(5.425)	(2.757)	(5.425)	(2.757)
MEGC Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	5.347	5.331	1	1	1	1
Melnick Even Gemini Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	3.129	(348)	3.477	(773)	3.477	(773)
Melnick Even Jequitibá Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	1.483	(1.041)	3.803	(574)	3.803	(574)
Melnick Even Angelim Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	1.466	1.921	45	67	45	67
Melnick Even Cajuero Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	973	(14)	(133)	(15)	(133)	(15)
Melnick Even Canela Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	818	2.198	173	458	173	458
Melnick Even Granada Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	(699)	(340)	(559)	(153)	(559)	(153)
Otto Tecnologia e Desenvolvimento de Software Ltda.	100%	100%	(894)	(856)	(1.058)	(15)	(1.058)	(15)
Melnick Even Honoré Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100%	100%	(1.989)	14	(2.003)	(3)	(2.003)	(3)
Melnick Even Sagittarius Empreendimento Imobiliário Ltda.	100%	100%	(5.896)	(3.061)	(3.614)	(3.034)	(3.614)	(3.034)
Eixo-M Engenharia Ltda.	100%	100%	(2.407)	(375)	(2.152)	(227)	(2.152)	(227)
Outras investidas (i)	-	-	2.756	(16.073)	(5.084)	(1.24)	(5.548)	(1.231)
Em sociedades controladas	-	-	699.808	763.401	107.947	127.052	117.724	157.512
Em sociedades não controladas	-	-	18.400	7.706	8.208	238	16.383	693
Investimentos	-	-	749.837	803.530	-	-	-	-
Provisão para perdas em sociedades controladas	-	-	(31.629)	(32.423)	-	-	-	-
Total	-	-	718.208	771.107	116.156	127.289	134.107	158.205

(i) Investidas cujo saldo individual de cada investimento representa menos do que 0,7% (0,7% em 31 de dezembro de 2022) do saldo total.

9. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS: São compromissos assumidos na compra de terrenos, objeto das incorporações imobiliárias, como assim demonstrados:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar em moeda corrente, sujeitas a:		
Varição do INCC - permuta financeira	147.382	66.503
Varição do INCC	62.842	73.137
Circulante	210.224	139.640
Não circulante	68.511	66.910

O saldo a pagar das operações de permuta financeira é inicialmente estabelecido com base em percentual fixado contratualmente sobre a estimativa do valor das vendas das unidades do empreendimento e ajustado ao efetivo valor a ser liquidado na medida em que ocorrem as vendas das unidades do empreendimento realizado no terreno. O pagamento é realizado por ocasião do recebimento das vendas das referidas unidades, estando sujeitas a variação da estimativa de preço e o valor efetivo das vendas, bem como do INCC entre a data da venda até a conclusão da construção do empreendimento.

A movimentação das contas a pagar por aquisição de imóveis pode ser demonstrada como segue:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	139.640	91.719
Aquisições ocorridas	142.494	171.465
Atualização do principal	6.991	14.046
Pagamento do principal	(78.901)	(137.590)
Saldo final	210.224	139.640

Os montantes têm a seguinte composição, por ano previsto para pagamento:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	66.910
2024	68.511	32.163
2025	46.388	22.402
2026	37.280	4.549
2027	13.171	13.616
2028 em diante	44.874	-
Total	210.224	139.640

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Poupança + 2,55% a 3,15% a.a. e TR (Taxa Referencial) + 6,90% a 8,75% a.a. e CDI + 2,56% (crédito imobiliário)	278.000	163.664
IPCA + 12% a.a. (desconto de recebíveis)	7.259	1.335
Circulante	285.259	164.999
Não circulante	145.523	46.358
Total	430.782	211.357

Cláusulas restritivas contratuais (covenants): Os contratos de operações de crédito imobiliário possuem cláusulas restritivas que podem impactar a liberação dos recursos pelas instituições financeiras, verificáveis trimestralmente, tais como: (i) aplicação dos recursos no objeto do contrato; (ii) registro de hipoteca do empreendimento; (iii) cumprimento de cronograma das obras e outros. Os compromissos assumidos vêm sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas nos termos contratados. **Garantias e avais:** Os empréstimos e financiamentos são garantidos por imóveis destinados a venda concluídos e em construção (nota 7), no montante de R\$125.352 (R\$326.750 saldo em 31 de dezembro de 2022). **Movimentação dos empréstimos e financiamentos:**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	164.999	12.434
Captações	222.292	175.726
Juros	25.301	10.134
Pagamento de principal	(107.132)	(23.266)
Pagamento de juros	(20.201)	(10.029)
Saldo final	285.259	164.999

Composição por ano de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	46.358
2024	145.523	78.721
2025	113.519	39.920
2026 em diante	26.217	-
Total	285.259	164.999

11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES: Os adiantamentos de clientes estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contratos de permuta	-	486.797	187.661	187.661
Recicla apropriada	-	-	(323.053)	(486.792)
Permutas a apropriar (i)	-	-	163.744	329.969
Valores recebidos por adiantamento de clientes (ii) (nota 6)	-	-	137.441	176.764
Valores recebidos de adiantamentos de contratos	681	1.085	13.146	5.760
Circulante	681	1.085	314.331	512.493
Não circulante	-	-	235.536	343.114
Total	681	1.085	569.379	861.367

(i) Corresponde ao saldo da receita a apropriar das unidades em construção a serem dadas em permuta pelos terrenos onde estão sendo desenvolvidos empreendimentos imobiliários. Os critérios de apropriação são os mesmos aplicados para o resultado de incorporação imobiliária em seu todo. Em garantia da entrega das unidades, objeto da permuta, foi firmado termo de confissão de dívida, garantido por fiança bancária. (ii) Quando as parcelas recebidas excedem a receita apropriada, a diferença é classificada como adiantamento de clientes. 12. PROVISÕES

(i) A provisão para distratos constituída no momento do reconhecimento da receita está refletida no lucro bruto, sendo reconhecida nas despesas operacionais apenas a parcela correspondente ao IFRS 9 (PCLD), a qual é revertida por ocasião em que os distratos são efetivados, passando então a afetar diretamente o lucro bruto. 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS: A Companhia possui as seguintes obrigações a tributar: a) Lucro real: Considerando o atual contexto das operações da controladora, que se constitui substancialmente na participação em outras sociedades, não foi calculado crédito tributário sobre: (i) A totalidade do saldo acumulado de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social; (ii) O saldo de despesas não dedutíveis temporariamente na determinação do lucro tributável; As bases de cálculo em relação aos tópicos acima são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Créditos de prejuízos fiscais	60.829	39.486	105.461	67.364
Despesas temporariamente não dedutíveis	20.690	24.448	20.021	22.552
Prejuízo fiscal	81.519	63.934	125.482	

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA: a) Custos dos imóveis vendidos e serviços prestados: A rubrica "Obra" compreende o custo com materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção.

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2023	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2022
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Terrenos	-	-	(507.115)	(427.121)
Obra	-	-	(342.656)	(288.605)
Incorporação	-	-	(42.899)	(36.132)
Manutenção em garantia	-	-	(6.777)	(5.708)
Gerenciamento de obras	(20.052)	(19.504)	(15.174)	(12.781)
Despesa financeira incorrida (nota 7)	-	-	(26.330)	(10.134)
Provisão (reversão) para distratos	-	-	989	(14.152)
	<u>(20.052)</u>	<u>(19.504)</u>	<u>(939.962)</u>	<u>(794.633)</u>

b) Despesas comerciais, gerais e administrativas e remuneração dos administradores:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2023	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2022
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Benefícios a empregados (nota 16.c)	(21.217)	(15.678)	(25.878)	(19.047)
Remuneração dos administradores (nota 20.c)	(15.550)	(10.852)	(15.550)	(10.852)
Consultorias	(11.129)	(8.606)	(12.937)	(9.987)
Viagens e deslocamentos	(929)	(1.013)	(960)	(1.061)
Consumos diversos	(6.905)	(7.543)	(8.804)	(8.474)
Bônus	(2.675)	(4.090)	(3.743)	(4.724)
Despesas com vendas	(68)	(15)	(65.300)	(60.351)
Despesas com estandes de venda	-	-	-	(21.708)
Outras despesas comerciais	-	-	-	(259)
	<u>(58.473)</u>	<u>(47.797)</u>	<u>(147.083)</u>	<u>(136.473)</u>
Despesas comerciais	(68)	(15)	(79.211)	(82.328)
Despesas gerais e administrativas	(42.855)	(36.930)	(52.322)	(43.293)
Remuneração dos administradores	(15.550)	(10.852)	(15.550)	(10.852)
	<u>(58.473)</u>	<u>(47.797)</u>	<u>(147.083)</u>	<u>(136.473)</u>

c) Benefícios a empregados:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2023	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2022
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários	(15.486)	(10.320)	(17.885)	(12.858)
Encargos	(2.385)	(2.197)	(4.078)	(4.078)
Outros benefícios	(3.346)	(3.161)	(3.915)	(3.625)
	<u>(21.217)</u>	<u>(15.678)</u>	<u>(25.878)</u>	<u>(19.047)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2023	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2022
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Juros	(42)	(18)	(92)	(76)
Desconto	-	-	(2.307)	(1.682)
Despesas bancárias, comissão e fiança	(126)	(34)	(2.059)	(1.138)
	<u>(168)</u>	<u>(52)</u>	<u>(4.458)</u>	<u>(2.896)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	25.021	14.250	53.907	40.292
Atualização monetária das contas a receber	-	10	34.379	36.961
Outras receitas financeiras	148	160	562	473
Juros recebido	-	-	1.232	1.173
Receitas de mútuo	12.790	11.775	-	-
	<u>37.959</u>	<u>26.195</u>	<u>90.080</u>	<u>78.899</u>
Resultado financeiro	<u>37.791</u>	<u>26.143</u>	<u>85.622</u>	<u>76.003</u>

18. OUTRAS DESPESAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2023	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2022
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas manutenção de obras	(6.999)	(6.451)	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	(3.254)	(7.01)	(1.468)	(4.689)
	<u>(10.253)</u>	<u>(7.152)</u>	<u>(1.468)</u>	<u>(4.689)</u>

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2023	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2022
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas manutenção de obras	(6.999)	(6.451)	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	(3.254)	(7.01)	(1.468)	(4.689)
	<u>(10.253)</u>	<u>(7.152)</u>	<u>(1.468)</u>	<u>(4.689)</u>

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2023	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2022
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários	7.319	5.514	7.319	5.514
Salários	7.246	5.446	7.246	5.446
Benefícios	73	68	73	68
Bônus	8.231	5.338	8.231	5.338
Incentivos a curto prazo	484	2.156	484	2.156
Incentivos a longo prazo (i)	7.747	3.182	7.747	3.182
	<u>15.550</u>	<u>10.852</u>	<u>15.550</u>	<u>10.852</u>

(i) A despesa de IP por corresponde ao Plano de Opção de Ações de R\$5.606 distribuído em R\$5.349 corresponde a parcela conversível em ações e R\$257 a ser pago em caixa.

21. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO: a) Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos de crédito imobiliário, riscos de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço de determinados ativos avaliados ao valor justo), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia está concentrado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não tem como prática utilizar instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, a qual identifica e avalia os riscos e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as sociedades controladas. b) Risco de mercado: (i) Risco cambial: Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos sujeitos a variação de moeda estrangeira e nem depender significativamente de materiais importados em sua cadeia produtiva.

19. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2023	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2022
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	103.885	84.378	182.336	148.751
Alíquota - 34%	(35.321)	(28.689)	(61.994)	(50.575)
Efeito sobre exclusões (equivalência patrimonial)	39.493	43.278	2.700	(192)
Efeito sobre adições	5.724	(2.128)	(2.183)	(6.957)
Efeito no resultado de controladas entre a tributação pelo lucro real e a tributação pelo lucro presumido/ regime especial de tributação	-	-	47.480	47.026
Crédito fiscal não constituído sobre prejuízos fiscais (i)	(9.896)	(12.461)	(16.390)	(12.461)
	<u>(9.896)</u>	<u>(12.461)</u>	<u>(16.390)</u>	<u>(12.461)</u>

Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2023	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2022
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	(5.020)	(755)
Total	-	-	(30.387)	(23.158)

(i) A controladora adota o sistema de apuração pelo lucro real e não registra os créditos tributários em virtude de nao ser provável, neste momento, a geração de lucros tributáveis futuros.

20. PARTES RELACIONADAS: a) Saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento para futuro investimento (i)	102.006	114.851	-	-
Sociedades controladas	153	663	674	663
Sociedades controladas em conjunto	102.159	115.514	674	663

Mútuos com partes relacionadas (ii)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Sociedades controladas	69.213	116.947	-	-
Sociedades controladas em conjunto	69.213	116.947	-	-

Débitos com redução de capital (iii)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Sociedades controladas	66.598	6.450	-	-
Sociedades controladas em conjunto	66.598	6.450	-	-

Outras partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Não circulante:	-	-	-	-
Partes relacionadas	238.079	240.425	896	899

(i) Adiantamentos para futuros investimentos: Não existem termos fixados de conversão dos adiantamentos para futuro aumento de capital em cotas que considerem um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de cotas, motivo pelo qual os saldos estão classificados como ativo financeiro no ativo não circulante. (ii) Mútuos com partes relacionadas: Os mútuos imobiliários são destinados principalmente para viabilizar a fase inicial dos empreendimentos, possuem correção monetária de CDI + 1% a.a., com prazo estabelecido de 12 meses. (iii) Débitos com redução de capital: Os débitos com redução de capital referem-se as movimentações financeiras ainda não ocorridas e com as devidas formalizações dos atos societários correspondentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo				
Aluguéis a pagar	129	1.167	129	1.167
Mútuos com parte relacionadas	-	-	-	-
Sociedades controladas	5.896	6.680	-	372
Outras partes relacionadas (a)	-	-	43.277	-
Circulante:				
Partes relacionadas	6.025	7.847	43.406	1.539

(i) Referem-se substancialmente a mútuos com partes relacionadas na SPE Melnick Even Hércules, realizadas entre 19 de junho de 2023 e 28 de julho de 2023, com vencimento em até 12 meses, atualização de INCC + 1% a.m. e serão pagos mediante compensação com créditos advindo de operações de vendas de unidades imobiliárias de empreendimento a ser lançado. Os mutuantes poderão exigir o pagamento dos mútuos caso não seja levado a registro o Memorial de Incorporação do empreendimento no prazo de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2023	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2022
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas bancárias, comissão e fiança	(126)	(34)	(2.059)	(1.138)
	<u>(168)</u>	<u>(52)</u>	<u>(4.458)</u>	<u>(2.896)</u>

Adicionalmente, a Companhia não efetua vendas indexadas em moeda estrangeira. (ii) Risco de fluxo de caixa: A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários, levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Os passivos sujeitos a taxas variáveis de juros são: (i) crédito imobiliário, o qual está sujeito à variação da TR de juros, cujo risco de volatilidade é considerado baixo pela Administração; (ii) empréstimos e financiamentos, os quais estão parcialmente sujeitos à variação do IPCA e para os quais existe uma proteção natural nas contas a receber de clientes de unidades concluídas, que estão indexadas pelo mesmo índice de atualização, minimizando impactos relacionados com o risco de volatilidade; e (iii) contas a pagar na aquisição de imóveis, as quais estão sujeitas à variação do INCC e para as quais existe uma proteção natural nas contas a receber de clientes de unidades em construção, que estão indexadas pelo mesmo índice de atualização. (iii) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de contas a receber de clientes, aplicações financeiras e depósitos em bancos. (iv) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Diretoria Financeira, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis, a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leve em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e o cumprimento de cláusulas contratuais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o fundo exclusivo mantido pelo Grupo, o qual investe parcela significativa em Títulos do Tesouro Nacional remunerados, substancialmente, pela variação da taxa SELIC ou é aplicado em CDBs. Na tabela a seguir demonstra a análise dos passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	Até 31 de dezembro de 2024	Até 31 de dezembro de 2025	A partir de 1º de janeiro de 2026	
Crédito imobiliário	138.264	113.519	26.217	-
Desconto de recebíveis	7.259	-	-	-

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2023	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2022
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários	7.319	5.514	7.319	5.514
Salários	7.246	5.446	7.246	5.446
Benefícios	73	68	73	68
Bônus	8.231	5.338	8.231	5.338
Incentivos a curto prazo	484	2.156	484	2.156
Incentivos a longo prazo (i)	7.747	3.182	7.747	3.182
	<u>15.550</u>	<u>10.852</u>	<u>15.550</u>	<u>10.852</u>

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e à Diretoria da Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A. e suas controladas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Imobiliários - CVM. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase Práticas contábeis aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da norma brasileira NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento de receitas A Companhia reconhece a receita com venda de imóveis durante a execução das obras como previsto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2.14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos utilizados pela Companhia envolvem o uso de estimativas para o cálculo de a apropriação imobiliária, por exemplo, prever os custos a serem incorridos até o final das obras e a medição da evolução destas por meio dos custos incorridos, para determinação do custo orçado e assim percentual de evolução da obra ("POC"). Consequentemente, o assunto foi foco de nossa auditoria devido ao risco de tais estimativas relacionadas ao custo orçado utilizarem pressupostos subjetivos que podem ou não se concretizar, bem como pela relevância dos valores envolvidos. Dessa forma, dentre outros, efetuamos procedimentos de auditoria, que incluem: (i) Entendimento e avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionado ao processo de custo orçado e reconhecimento de receita; (ii) Obtenção de estimativas do custo orçado aprovadas pelo Departamento de Engenharia e pelo Comitê estabelecido pela Companhia com tal propósito; (iii) Atualização independente das projeções de custos orçados a incorrer para os empreendimentos em construção e comparação com o custo orçado atualizado pela Administração; (iv) Análise histórica da evolução do custo orçado. (v) Obtenção do custo a incorrer de forma analítica e realização de teste, em base amostral para avaliação da acuracidade dos valores; (vi) Teste, em base amostral, para avaliação da documentação-suporte dos custos incorridos, valor geral de venda, recebimentos e distratos, contidos no mapa de apropriação, base para a receita contabilizada do exercício; (vii) Recálculo da receita com base no percentual de evolução das obras ("POC"); e (viii) Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras. No decorrer da nossa auditoria,

continuação

demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações

financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2024
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Roberto Torres dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 219663/O-7

Deloitte

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO

CNPJ nº 92.685.833/0001-51

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	2023	2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	535.328	454.999
Contas a receber	6	319.838	280.125
Estoques	7	72.834	65.671
Outros ativos		6.766	5.031
Total do ativo circulante		934.766	805.826
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	14	35.002	32.198
Propriedades para investimento	8	13.229	12.729
		48.231	44.927
Investimentos		238	44
Imobilizado	11	500.063	407.060
Intangível	10	12.087	11.471
Ativos de direito de uso	9	4.055	6.652
		516.443	425.227
Total do ativo não circulante		564.674	470.154
Total do ativo		1.499.440	1.275.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022
Receita líquida	18	1.347.776	1.230.366
Custo do serviço prestado	19	(1.120.298)	(998.390)
Superávit bruto		227.478	231.976
Despesas com vendas, gerais e administrativas	19	(119.784)	(111.684)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(21.516)	(24.693)
Superávit operacional		86.178	95.599
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		62.926	52.978
Despesas financeiras		(28.634)	(34.426)
Resultado financeiro, líquido		34.292	18.552
Superávit do exercício		120.470	114.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022
Superávit do exercício		120.470	114.151
Outros resultados abrangentes	17(b)	3.766	5.149
Superávit do exercício		124.236	119.300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)				
	Patrimônio social	Outros resultados abrangentes	Superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2022	468.113	(6.777)	80.754	542.090
Incorporação ao patrimônio social	80.754	-	(80.754)	-
Remensuração do benefício de saúde pós-emprego	-	5.149	-	5.149
Superávit do exercício	-	-	114.151	114.151
Em 31 de dezembro de 2022	548.867	(1.628)	114.151	661.390
Incorporação ao patrimônio social	114.151	-	(114.151)	-
Remensuração do benefício de saúde pós-emprego	-	3.766	-	3.766
Superávit do exercício	-	-	120.470	120.470
Em 31 de dezembro de 2023	663.018	2.138	120.470	785.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		120.470	114.151
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	9, 10 e 11	51.707	49.388
Resultado na baixa de imobilizado		121	283
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	6	(689)	4.281
Provisões para contingências constituídas (revertidas), líquidas	14	28.309	25.740
Varição no valor justo do benefício de saúde pós-emprego	16	1.449	1.139
Despesas de juros, variações monetárias e cambiais	22	29.237	33.468
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber	6	(39.024)	(25.682)
Estoques	7	(7.163)	(14.171)
Depósitos judiciais, investimentos e outros ativos	14	(4.733)	(7.722)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores	13	180	43.472
Obrigações trabalhistas	15	2.732	13.720
Assistência social (projetos de apoio ao SUS)	15	(9.957)	3.786
Provisão para contingências	14	(16.741)	(9.087)
Impostos e contribuições sociais e outros passivos		6.544	4.556
Caixa gerado pelas operações		162.442	237.322
Juros pagos	22	(26.896)	(22.413)
Caixa líquido gerado pelas operações		135.546	214.909
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	11	(124.141)	(83.539)
Aquisição de propriedades para investimento	8	(500)	-
Aquisição de ativo intangível	10	(3.779)	(6.909)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(128.420)	(90.448)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	22	150.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	22	(73.655)	(45.748)
Pagamento de arrendamentos	22	(3.142)	(4.391)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		73.203	(50.139)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa, líquidos		80.329	74.322
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	454.999	380.677
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	535.328	454.999
Aumento do caixa e equivalentes de caixa, líquidos		80.329	74.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seção A - Informações gerais

1.1 Contexto operacional
A Associação Hospitalar Moinhos de Vento ("Entidade") é uma associação civil, sem fins lucrativos, beneficente, assistencial e educacional, cuja sede está localizada em Porto Alegre - RS. A Entidade assume responsabilidade social junto à comunidade e desenvolve em Porto Alegre projetos sociais, ambientais e culturais que buscam atender a demandas comunitárias com a mesma competência técnica que caracteriza sua atividade principal. De acordo com o Estatuto Social, os principais objetivos da Entidade são:

- Prestar serviços na área de saúde, sem distinção de condições sociais, nacionalidade ou credo religioso;
- Promover a melhoria da qualidade de vida e a satisfação das pessoas, mediante a prática da melhor medicina, através de uma organização hospitalar autossustentável;
- Investir no conhecimento humano e nas mais avançadas tecnologias, bem como promover, participar, incentivar e subsidiar encontros científicos e publicações conexas às atividades antes referidas;
- Criar e manter unidades de ensino técnico-hospitalares e/ou de graduação, pós-graduação, extensão, escolas de enfermagem e outros departamentos ou outras iniciativas de educação e/ou pesquisa que julgue convenientes para melhor atendimento de sua finalidade;
- Prestar auxílio a comunidades carentes integradas aos esforços da sociedade, mediante assistência hospitalar e comunitária, de educação básica e educação infantil, creches, combate ao câncer e clínica psiquiátrica;
- Promover e participar de programas de parceria escola e empresa;
- Defender, preservar e conservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável;
- Promover o desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- Promover o voluntariado;
- Promover a assistência social;
- Promover consultoria na área médica, assistencial, de educação, de pesquisa, de gestão hospitalar e de saúde;
- Desenvolver, importar, exportar e distribuir tecnologia, produtos, serviços e equipamentos, inclusive ferramentas digitais, relacionados às suas finalidades, podendo, para tanto, firmar acordos ou associar-se a pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, para a comercialização de produtos e serviços resultantes das referidas parcerias;
- Promover, de forma complementar aos demais objetivos, a comercialização de artigos com sua marca para fins de reverter o produto das vendas em ações de qualidade de vida, saúde, educação, meio-ambiente, assistência social e demais atividades previstas em seu Estatuto Social;
- Investir em instituições, empresas e/ou sociedades de propósitos semelhantes aos da Associação visando expandir, diversificar, qualificar, aprimorar e tornar mais ágil e eficiente a execução das atividades previstas em seu Estatuto Social, conforme legislação aplicável.

Como associação civil sem fins lucrativos, a Entidade é imune às contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal, Código Tributário Nacional e legislação aplicável às entidades beneficentes e sem fins lucrativos. Desde o ano de 2008, a Associação Hospitalar Moinhos de Vento integra o Grupo de Hospitais Estratégicos de Excelência definidos pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria nº 393/GM/MS, de 03 de março de 2008. A Portaria nº 2.235/GM/MS, publicada no Diário Oficial da União em 27 de agosto de 2020, renovou o reconhecimento de excelência da Entidade por 3 anos, a contar da data de sua publicação. Em outubro de 2022 a Entidade solicitou renovação do reconhecimento de Excelência ao Ministério da Saúde, sendo que, enquanto este pedido estiver em análise, mantém-se válido o reconhecimento, conforme § 3º do artigo 2º do Anexo à Portaria nº 3.362/GM/MS de 2017. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Comitê Executivo, em 26 de fevereiro de 2024.

1.2 Base de preparação
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 24. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso do passivo de benefício pós-emprego, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

1.3 Reclassificação das cifras comparativas
Buscando aprimorar as informações apresentadas na demonstração do superávit do exercício, a administração da Entidade efetuou a reclassificação das informações apresentadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme demonstrado abaixo:

	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Receita líquida	1.230.366	-	1.230.366
Custo do serviço prestado	-	(998.390)	(998.390)
Superávit bruto	1.230.366	(998.390)	231.976
Total dos custos e despesas operacionais	(1.134.767)	1.134.767	-
Despesas com vendas, gerais e administrativas	-	(111.684)	(111.684)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	(24.693)	(24.693)
Superávit operacional	95.599	-	95.599
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	52.978	-	52.978
Despesas financeiras	(34.426)	-	(34.426)
Resultado financeiro, líquido	18.552	-	18.552
Superávit do exercício	114.151	-	114.151

O superávit do exercício não foi objeto de alteração e a abertura dos custos e despesas por natureza está apresentada na Nota 19.

Seção B - Riscos

2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticos
Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Risco de crédito para a determinação da perda esperada decorrente da provisão

para devedores duvidosos (Nota 6)
A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios utilizados para as estimativas são as taxas de perdas históricas e a análise individual dos saldos das contas a receber com risco de inadimplência, levando em consideração as condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.

(b) Critérios de rateio dos custos indiretos nos projetos do PROADI-SUS (Nota 15)
A Entidade contabiliza o custo indireto apropriado aos projetos do PROADI-SUS. Esta apropriação ocorre mediante o método de custeio por absorção com alocação recíproca entre as áreas e utilização de critérios de rateios específicos que retratam os esforços despendidos pelas áreas de apoio e administrativas no atendimento aos projetos.

(c) Provisão para contingências (Nota 14)
A Entidade é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

(a) Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Entidade e é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e dos descontos concedidos, quando aplicáveis. A Entidade reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Entidade não possui receitas baseadas em estimativas ou resultados históricos.

As principais receitas operacionais reconhecidas pela Entidade referem-se aos serviços hospitalares de internação, serviços ambulatoriais, serviços auxiliares de diagnóstico e terapia e serviços educacionais. A receita financeira é decorrente, principalmente, das aplicações financeiras e é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

(b) Determinação dos prazos de arrendamentos
Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

3.1.1 Fatores de risco financeiro
As atividades da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Entidade, segundo as políticas vigentes. A tesouraria identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. A administração estabelece princípios para a gestão de risco global.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial
A Entidade está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Entidade. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em decorrência de sua atividade, a Entidade não realizou transações relevantes em moeda diferente de sua moeda funcional.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros
O principal risco de taxa de juros da Entidade decorre de empréstimos de longo prazo com taxas variáveis, expondo a Entidade ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante 2023 e 2022, os empréstimos da Entidade às taxas variáveis eram mantidos em reais. A Entidade analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos.

(b) Risco de crédito
O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As contas a receber geradas pelos serviços prestados pela Entidade são liquidadas em dinheiro, transferências bancárias e outros meios de pagamento. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Impairment de ativos financeiros
Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Entidade estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- contas a receber de clientes pela prestação de serviços hospitalares; e
- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram identificados indicadores da necessidade de impairment para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Contas a receber de clientes e ativos de contratos
A Entidade aplica a abordagem simplificada CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes e os ativos de contratos foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas de serviços realizados em um período de 36 meses antes de 31 de dezembro de 2023 ou 31 de dezembro de 2022, respectivamente, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. A provisão para perdas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi determinada para contas a receber de clientes e ativos de contratos e está apresentada na Nota 6.

As contas a receber de clientes e os ativos de contratos são baixados quando não há

expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 90 dias. Quando aplicável, as perdas por impairment em contas a receber de clientes e ativos de contratos são apresentadas como perdas por impairment líquidas, no superávit operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

(c) Risco de liquidez
A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria, a qual monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais.

	Nota	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
31 de dezembro de 2023					
Fornecedores		155.241	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	12	82.318	76.364	66.371	90.361
Obrigações de arrendamento	9	1.773	440	1.749	220
31 de dezembro de 2022					
Fornecedores		138.061	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	12	89.185	97.356	28.022	22.165
Obrigações de arrendamento	9	3.213	1.681	1.385	615

As garantias financeiras representam garantias de passivos e são os valores máximos. Não é esperada nenhuma perda com essas garantias.

3.2 Gestão de capital
Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua continuidade operacional, garantindo a manutenção dos objetivos listados na Nota 1. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Entidade, a administração pode, ou propõe, nos casos em que é necessária a aprovação por parte do Conselho de Administração, ajustes em sua estrutura de endividamento. Condizente com outras entidades do setor, a Entidade monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio social, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	12	315.414	236.728
Obrigações de arrendamento	9	4.182	6.894
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(535.328)	(454.999)
Dívida líquida		(215.732)	(211.377)
Total do patrimônio social	17	785.626	661.390
Total do capital		569.894	450.013
Índice de alavancagem financeira		-37,9%	-47,0%

O capital é administrado no nível de todas as unidades geradoras ou consumidoras de caixa da Entidade.

Cláusulas restritivas - covenants
Sob os termos das principais linhas de crédito, a Entidade é obrigada a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras:

- Manutenção do índice de liquidez corrente igual ou superior a 1,2;
- Cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,3;
- Relação entre a dívida líquida e o EBITDA igual ou inferior a 2; e
- Relação entre a dívida bruta e o patrimônio social igual ou inferior a 1,2.

A Entidade cumpriu todos os covenants durante o exercício.

3.3 Estimativa de valor justo
Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.



ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO

CNPJ nº 92.685.833/0001-51

- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:
 • O valor justo dos swaps de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis.
 • O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço.
 O valor justo dos demais instrumentos financeiros (classificados como Nível 3) é determinado pela análise de fluxo de caixa descontado. Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o exercício.

Seção C – Notas explicativas relevantes e selecionadas

4 Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	Em 31 de dezembro de 2023		
		Custo amortizado	Valor justo (*)	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	5	535.328	-	535.328
Contas a receber	6	319.838	-	319.838
Depósitos judiciais	14	35.002	-	35.002
Outros ativos		6.766	-	6.766
		<u>896.934</u>	<u>-</u>	<u>896.934</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Fornecedores		155.241	-	155.241
Empréstimos e financiamentos	12	315.414	-	315.414
Obrigações trabalhistas	13	72.714	-	72.714
Impostos e contribuições sociais		8.246	-	8.246
Obrigações de arrendamento	9	4.182	-	4.182
Benefício de saúde pós-emprego	16	-	9.399	9.399
Outros passivos		33.846	-	33.846
		<u>589.643</u>	<u>9.399</u>	<u>599.042</u>
Em 31 de dezembro de 2022				
	Nota	Custo amortizado	Valor justo (*)	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	5	454.999	-	454.999
Contas a receber	6	280.125	-	280.125
Depósitos judiciais	14	32.198	-	32.198
Outros ativos		5.031	-	5.031
		<u>772.353</u>	<u>-</u>	<u>772.353</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Fornecedores		138.061	-	138.061
Empréstimos e financiamentos	12	236.728	-	236.728
Obrigações trabalhistas	13	69.982	-	69.982
Impostos e contribuições sociais		8.357	-	8.357
Obrigações de arrendamento	9	6.894	-	6.894
Benefício de saúde pós-emprego	16	-	11.716	11.716
Outros passivos		27.191	-	27.191
		<u>487.213</u>	<u>11.716</u>	<u>498.929</u>

(*) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários a vista	503	561
Aplicações financeiras	534.825	454.438
	<u>535.328</u>	<u>454.999</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações pós-fixadas lastreadas, na média, a 101,7% do rendimento do CDI (2022 – 101,9%), podendo ser resgatadas a qualquer tempo, a preços e taxas de mercado. Estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de negociação.

6 Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é apresentada abaixo:

	2023	2022
Pacientes	200.489	206.715
Contas em formação	123.786	84.879
Cartão de crédito	9.878	7.703
Ensino e pesquisa	12.572	8.227
Outras	2.849	3.026
	<u>349.574</u>	<u>310.550</u>
	<u>(29.736)</u>	<u>(30.425)</u>
	<u>319.838</u>	<u>280.125</u>

(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber em formação correspondem a serviços médicos e hospitalares já realizados de atendimentos não concluídos ou ainda não faturados até o encerramento do exercício.

A composição do vencimento do contas a receber está apresentada a seguir:

	2023	2022
A vencer	286.718	255.746
Vencidos:		
Entre 1 e 30 dias	12.359	10.809
Entre 31 e 60 dias	7.368	8.355
Entre 61 e 90 dias	3.411	2.459
Acima de 90 dias	39.718	32.581
	<u>349.574</u>	<u>310.550</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2023	2022
Em 1º de janeiro	(30.425)	(26.144)
Aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.741)	(6.154)
Baixas da provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.430	1.873
Em 31 de dezembro	<u>(29.736)</u>	<u>(30.425)</u>

7 Estoques

	2023	2022
Medicamentos	32.049	28.505
Materiais médico-hospitalares	11.478	10.375
Estoque de terceiros em nosso poder	14.099	8.857
Material de enfermagem	5.596	5.358
Instrumental cirúrgico	1.293	5.242
Insumos de laboratório	2.128	2.787
Outros	6.191	4.547
	<u>72.834</u>	<u>65.671</u>

8 Propriedades para investimento

	Terrenos	Salas Comerciais	Total
Em 1º de janeiro de 2022			
Custo	18.414	9.983	28.397
Depreciação acumulada	-	(9.942)	(9.942)
Saldo contábil, líquido	<u>18.414</u>	<u>41</u>	<u>18.455</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022			
Saldo inicial	18.414	41	18.455
Transferências (custo)	(5.685)	(9.983)	(15.668)
Transferências (depreciação)	-	9.942	9.942
Saldo contábil, líquido	<u>12.729</u>	<u>-</u>	<u>12.729</u>
Em 31 de dezembro de 2022			
Custo	12.729	-	12.729
Saldo contábil, líquido	<u>12.729</u>	<u>-</u>	<u>12.729</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023			
Saldo inicial	12.729	-	12.729
Adições	500	-	500
Saldo contábil, líquido	<u>13.229</u>	<u>-</u>	<u>13.229</u>
Em 31 de dezembro de 2023			
Custo	13.229	-	13.229
Saldo contábil, líquido	<u>13.229</u>	<u>-</u>	<u>13.229</u>

9 Arrendamentos

(a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

	2023	2022
Ativos de direito de uso		
Imóveis	4.055	5.972
Aparelhos médicos	-	680
	<u>4.055</u>	<u>6.652</u>
Obrigações de arrendamentos		
Passivo circulante	1.773	3.213
Passivo não circulante	2.409	3.681
	<u>4.182</u>	<u>6.894</u>

(b) Movimentação dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos estão apresentadas abaixo:

(i) Ativos de direito de uso

	Imóveis	Aparelhos médicos	Total
Em 1º de janeiro de 2022			
Custo	14.585	5.091	19.676
Depreciação acumulada	(5.951)	(4.416)	(10.367)
Saldo contábil, líquido	<u>8.634</u>	<u>675</u>	<u>9.309</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022			
Saldo inicial	8.634	675	9.309
Adições	205	1.632	1.837
Depreciação	(2.867)	(1.627)	(4.494)
Saldo contábil, líquido	<u>5.972</u>	<u>680</u>	<u>6.652</u>
Em 31 de dezembro de 2022			
Custo	14.790	6.723	21.513
Depreciação acumulada	(8.818)	(6.043)	(14.861)
Saldo contábil, líquido	<u>5.972</u>	<u>680</u>	<u>6.652</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023			
Saldo inicial	5.972	680	6.652
Adições	430	-	430
Baixas (custo)	(3.015)	(6.723)	(9.738)
Baixas (depreciação)	3.015	6.723	9.738
Depreciação	(2.347)	(680)	(3.027)
Saldo contábil, líquido	<u>4.055</u>	<u>-</u>	<u>4.055</u>
Em 31 de dezembro de 2023			
Custo	12.205	-	12.205
Depreciação acumulada	(8.150)	-	(8.150)
Saldo contábil, líquido	<u>4.055</u>	<u>-</u>	<u>4.055</u>

(ii) Passivos de arrendamento

	2023	2022
Em 1º de janeiro	6.894	9.448
Novos contratos e aditivos	-	1.632
Remensuração de contratos	430	205
Juros provisionados	594	445
Pagamentos	(3.066)	(4.176)
Descontos	(76)	(215)
Juros pagos	(594)	(445)
Em 31 de dezembro	<u>4.182</u>	<u>6.894</u>

(c) Maturidade dos contratos

	2023	2022
Até um ano	1.773	3.213
Entre um e dois anos	440	1.681
Entre dois e cinco anos	1.749	1.385
Acima de cinco anos	220	615
	<u>4.182</u>	<u>6.894</u>

10 Intangível

	2023	2022
Em 1º de janeiro de 2022		
Custo	24.103	-
Amortização acumulada	-	(17.910)
Saldo contábil, líquido	<u>24.103</u>	<u>(17.910)</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022		
Saldo inicial	6.193	6.193
Adições	6.909	(887)
Baixas (custo)	-	851
Baixas (amortização)	-	1.209
Transferências do Imobilizado	-	(2.804)
Amortização	-	11.471
Saldo contábil, líquido	<u>11.471</u>	<u>11.471</u>
Em 31 de dezembro de 2023		
Custo	31.334	31.334
Amortização acumulada	-	(19.863)
Saldo contábil, líquido	<u>11.471</u>	<u>11.471</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023		
Saldo inicial	11.471	11.471
Adições	3.779	3.779
Transferências do Imobilizado (custo)	576	576
Transferências do Imobilizado (amortização)	-	(240)
Amortização	-	(3.499)
Saldo contábil, líquido	<u>12.087</u>	<u>12.087</u>
Em 31 de dezembro de 2023		
Custo	35.689	35.689
Amortização acumulada	-	(23.602)
Saldo contábil, líquido	<u>12.087</u>	<u>12.087</u>

As taxas de amortização dos ativos intangíveis estão apresentadas na Nota 24.7.

11 Imobilizado

	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e aparelhos médicos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação e comunicação	Veículos	Instrumental cirúrgico	Imobilizado em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2022								
Custo	429.994	209.264	39.919	50.503	81	3.012	10.905	743.678
Depreciação acumulada	(186.010)	(122.362)	(27.771)	(41.372)	(81)	(2.978)	-	(380.574)
Saldo contábil, líquido	<u>243.984</u>	<u>86.902</u>	<u>12.148</u>	<u>9.131</u>	<u>-</u>	<u>34</u>	<u>10.905</u>	<u>363.104</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022								
Saldo inicial	243.984	86.902	12.148	9.131	-	34	10.905	363.104
Adições	14.703	22.258	1.137	7.171	-	-	38.270	83.539
Baixas (custo)	(174)	(3.436)	(114)	(68)	-	-	-	(3.792)
Baixas (depreciação)	172	3.226	99	48	-	-	-	3.545
Transferências (custo)	15.668	1.652	3.170	2.220	-	-	(8.251)	14.459
Transferências (depreciação)	(9.942)	-	-	-	-	-	-	(9.942)
Investimentos em projetos PROADI-SUS (Nota 15)	-	(1.147)	(33)	(583)	-	-	-	(1.763)
Depreciação	(18.679)	(17.171)	(2.343)	(3.880)	-	(17)	-	(42.090)
Saldo contábil, líquido	<u>245.732</u>	<u>92.284</u>	<u>14.064</u>	<u>14.039</u>	<u>-</u>	<u>17</u>	<u>40.924</u>	<u>407.060</u>
Em 31 de dezembro de 2022								
Custo	460.191	228.591	44.079	59.243	81	3.012	40.924	836.121
Depreciação acumulada	(214.459)	(136.307)	(30.015)	(45.204)	(81)	(2.995)	-	(429.061)
Saldo contábil, líquido	<u>245.732</u>	<u>92.284</u>	<u>14.064</u>	<u>14.039</u>	<u>-</u>	<u>17</u>	<u>40.924</u>	<u>407.060</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023								
Saldo inicial	245.732	92.284	14.064	14.039	-	17	40.924	407.060
Adições	4.128	32.021	1.069	8.396	-	-	95.527	141.141
Baixas (custo)	(19)	(1.376)	(15)	(39)	-	-	(2)	(1.451)
Baixas (depreciação)	1	1.281	10	38	-	-	-	1.330
Transferências (custo)	43.425	961	2.827	2.263	-	-	(50.052)	(576)
Transferências (depreciação)	(146)	(108)	225	269	-	-	-	240
Investimentos em projetos PROADI-SUS (Nota 15)	-	(2.131)	(6)	(363)	-	-	-	(2.500)
Depreciação	(18.727)	(18.043)	(2.673)	(5.724)	-	(14)	-	(45.181)
Sal								



ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO

CNPJ nº 92.685.833/0001-51

A probabilidade de saída de recursos financeiros, quando de eventual desfecho desfavorável em relação a esta demanda foi considerada como remota pelos nossos consultores jurídicos, uma vez que este processo é ilíquido e não possui consequência econômica ou tributária direta e/ou foi atingido pela decadência.

15 Assistência social - projetos de apoio ao SUS

Desde 2008, em razão da publicação da Portaria nº 393/GM/MS, de 3 de março de 2008, do Decreto nº 5.895/2006, que deu nova redação ao art. 3º do Decreto nº 2.536/1998, a Entidade passou a ser habilitada pelo Ministério da Saúde como Hospital Estratégico de Excelência. A Portaria nº 2.235/GM/MS, publicada no Diário Oficial da União em 27 de agosto de 2020, renovou o reconhecimento de excelência da Entidade por 3 anos, a contar da data de sua publicação. Em outubro de 2022 a Entidade solicitou renovação do reconhecimento de Excelência ao Ministério da Saúde, sendo que, enquanto este pedido estiver em análise, mantém-se válido o reconhecimento, conforme § 3º do artigo 2º do Anexo à Portaria nº 3.362/GM/MS de 2017. Ainda no ano de 2008, foi firmado Termo de Ajuste com o Ministério da Saúde para a realização de projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS. Desde 2009, em cumprimento à Lei nº 12.101/2009 e suas alterações, a Lei Complementar nº 187/2021, ao Decreto nº 8.242/2014, que deu nova redação ao Decreto nº 5.895/2006 e à Portaria nº 3.362/GM/MS de 2017, a Entidade vem aplicando em projetos de apoio ao SUS, no mínimo, os valores que obtive de contribuições imunes, seguindo o cronograma de execução firmado com o Ministério da Saúde através de termos de ajuste. Em 19 de outubro de 2020, a Entidade celebrou, junto ao Ministério da Saúde, o Termo de Ajuste nº 03/2020 para o triênio 2021 - 2023, conforme extrato publicado no Diário Oficial da União em 03 de novembro de 2020. Em 23 de março de 2023, a Entidade celebrou, junto ao Ministério da Saúde, o Termo de Ajustamento nº 11/2023, atualizando o valor estimado de gastos com os projetos de apoio ao SUS para o triênio 2021 - 2023 para R\$ 204.317. Em 29 de novembro de 2023, a Entidade celebrou, junto ao Ministério da Saúde, o Termo de Ajuste nº 3/2023 para o triênio 2024 - 2026, conforme extrato publicado no Diário Oficial da União em 04 de dezembro de 2023. O montante estimado de aplicações nos projetos de apoio ao SUS para o triênio 2024 - 2026 foi de R\$ 292.342.

A Entidade obteve a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na área de saúde, através da Portaria nº 803, de 10 de agosto de 2021. Este certificado abrange o período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020. Em dezembro de 2020, a Entidade solicitou pedido de renovação do CEBAS para o triênio 2021 - 2023, o qual encontra-se em tramitação no Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde (DCEBAS), sendo que, enquanto este pedido estiver em análise, mantém-se válida a certificação, conforme § 2º do artigo 24 da Lei nº 12.101/2009 e § 2º do artigo 37 da Lei Complementar nº 187/2021.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Entidade aplicou recursos em 29 projetos de apoio ao SUS aprovados pelo Ministério da Saúde, totalizando R\$ 92.395 (2022 - R\$ 62.392), conforme demonstrado a seguir:

Total dos custos e despesas (a)	Imunidades registradas no ano corrente (b)	Projetos de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI - SUS)							Custos e despesas alocados nos projetos	Total dos custos e despesas (j)
		HPV (c)	ONCO-GENOMAS (d)	HTLV (e)	TBPEDE (f)	TELEUTI (g)	ECR (h)	Outros projetos (i)		
Impostos sobre a receita (Nota 16)	(1.066)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.066)
Custos e despesas operacionais										
Pessoal e encargos	(513.417)	(76.887)	5.385	1.988	3.836	3.228	4.302	1.545	40.900	61.184 (529.120)
Medicamentos e materiais médicos	(432.731)	-	1.358	12	682	395	5	2.057	260	4.769 (427.962)
Serviços médicos e técnicos contratados	(194.264)	-	291	4.166	698	1.200	773	1.186	10.201	18.515 (175.749)
Utilidades	(16.935)	-	5	71	23	8	4	72	324	507 (16.428)
Depreciações e amortizações	(52.105)	-	34	26	27	25	23	21	242	398 (51.707)
Materiais e serviços de manutenção	(25.751)	-	70	-	47	410	3	5	177	712 (25.039)
Valor justo do trabalho voluntário	(1.690)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.690)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(37.713)	-	442	584	763	245	110	35	1.631	3.810 (33.903)
Aquisição de imobilizado para os projetos do PROADI (Nota 11)	(2.500)	-	61	-	4	9	-	15	2.411	2.500
Total	(1.277.106)	(77.953)	7.646	6.847	6.080	5.520	5.220	4.936	56.146	92.395 (1.262.664)

20 Resultado financeiro

Receitas financeiras
 Rendimentos sobre aplicações financeiras
 Variação cambial ativa
 Outras receitas financeiras

Despesas financeiras
 Juros sobre empréstimos e financiamentos
 Juros sobre arrendamentos
 Variação cambial passiva
 Outras despesas financeiras

21 Partes relacionadas (remuneração dos administradores)

	2023	2022
Pessoal e encargos	529.120	466.138
Medicamentos e materiais médicos	427.962	374.964
Serviços médicos e técnicos contratados	175.749	165.970
Utilidades	16.428	15.009
Depreciações e amortizações	51.707	49.388
Materiais e serviços de manutenção	25.039	25.997
Valor justo do trabalho voluntário	1.690	1.617
Outras	33.903	35.684
	<u>1.261.598</u>	<u>1.134.767</u>
Custo do serviço prestado	1.120.298	998.390
Despesas com vendas, gerais e administrativas	119.784	111.684
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>21.516</u>	<u>24.693</u>
	<u>1.261.598</u>	<u>1.134.767</u>

	2023	2022
Receitas financeiras	53.487	48.826
Rendimentos sobre aplicações financeiras	491	431
Variação cambial ativa	8.948	3.721
Outras receitas financeiras	<u>62.926</u>	<u>52.978</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(24.517)	(30.602)
Juros sobre arrendamentos	(594)	(442)
Variação cambial passiva	(1.672)	(1.477)
Outras despesas financeiras	(1.851)	(1.905)
	<u>(28.634)</u>	<u>(34.426)</u>
	<u>34.292</u>	<u>18.552</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a administração da Entidade estava composta pelo presidente da Associação Hospitalar Moinhos de Vento e oito superintendentes (executivo, médico, assistencial e de educação, administrativo, responsabilidade social e gestão de riscos, operações, estratégia e mercado e financeiro). Em 31 de dezembro de 2023 a despesa com remuneração e benefícios do pessoal-chave, representado pelo presidente e superintendentes, foi de R\$ 15.171 (2022 - R\$ 11.519). A Entidade não possui remuneração em outras categorias de: (i) benefícios pós-emprego; (ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (iii) remuneração baseada em ações. O Estatuto Social da Entidade estabelece que os membros do Conselho de Administração não devem receber qualquer tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

22 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	315.414	236.728
Obrigações de arrendamento	4.182	6.894
Total da dívida	<u>319.596</u>	<u>243.622</u>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(535.328)	(454.999)
Dívida líquida	<u>(215.732)</u>	<u>(211.371)</u>

A movimentação da dívida líquida é demonstrada a seguir:

	Empréstimos e financiamentos	Obrigações de arrendamento	Dívida total	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida
Em 1º de janeiro de 2022	271.421	9.448	280.869	(380.677)	(99.808)
Movimentações que afetaram os fluxos de caixa					
Captação de dívida bancária e novos arrendamentos (principal)	-	1.837	1.837	-	1.837
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (principal)	(45.748)	(4.176)	(49.924)	-	(49.924)
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (juros)	(21.968)	(445)	(22.413)	-	(22.413)
Movimentações do caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(74.322)	(74.322)
	(67.716)	(2.784)	(70.500)	(74.322)	(144.822)
Movimentações que não afetaram os fluxos de caixa					
Despesa de juros	33.023	445	33.468	-	33.468
Outras variações	-	(215)	(215)	-	(215)
	33.023	230	33.253	-	33.253
Em 31 de dezembro de 2022	236.728	6.894	243.622	(454.999)	(211.371)
Movimentações que afetaram os fluxos de caixa					
Captação de dívida bancária e novos arrendamentos (principal)	150.000	430	150.430	-	150.430
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (principal)	(73.655)	(3.066)	(76.721)	-	(76.721)
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (juros)	(26.302)	(594)	(26.896)	-	(26.896)
Movimentações do caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(80.329)	(80.329)
	50.043	(3.230)	46.813	(80.329)	(33.516)
Movimentações que não afetaram os fluxos de caixa					
Despesa de juros	28.643	594	29.237	-	29.237
Outras variações	-	(76)	(76)	-	(76)
	28.643	518	29.161	-	29.161
Em 31 de dezembro de 2023	315.414	4.182	319.596	(535.328)	(215.732)

(b) Transações que não afetaram o caixa

	2023	2022
Aquisição de ativo imobilizado a pagar	17.000	-

23 Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas abaixo:

Incêndio, raios, explosão e outros riscos	Responsabilidade civil geral e administradores	Seção D - Políticas contábeis	2023	2022
			500.000	55.000

24 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

24.1 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
 Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

(b) Transações e saldos
 As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais, quando aplicável, relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

24.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

24.3 Ativos financeiros

24.3.1 Classificação
 A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

24.3.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Entidade tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

24.3.3 Mensuração

Quando aplicável, o reconhecimento inicial, a Entidade mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

24.3.4 Impairment

A Entidade avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Entidade aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

24.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem substancialmente aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A Entidade mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas e glosas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

24.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende basicamente os custos dos insumos e materiais que serão utilizados na prestação dos serviços dentro do curso normal das atividades da Entidade.

24.6 Arrendamentos

A Entidade aluga locais e equipamentos para a prestação dos seus serviços. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Entidade aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Entidade é o arrendatário, a Entidade optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

16 Benefício de saúde pós-emprego

A constituição do passivo atuarial de pós-emprego se faz necessária em função do direito a benefícios a serem pagos no futuro para empregados e ex-empregados decorrentes do plano de saúde. Este passivo está atrelado ao formato contributivo vigente até 31 de março de 2017, de acordo com a Lei nº 9.656/1998.

Em abril de 2017, a Entidade alterou o formato, passando as contribuições dos beneficiários titulares em atividade a serem integralmente subsidiadas pela Entidade e cessando, desta forma, o aumento da base de empregados com direito a esse benefício no futuro. As principais premissas utilizadas para a determinação do passivo foram:

- Taxa real de desconto atuarial - 5,49%
- Retorno esperado sobre os ativos - 5,49%
- Health Care Cost Trend Rate - 4,10%
- Aging Factor - variação anual conforme a idade
- Análise de permanência - 92,00%

Em 2023, a Entidade reconheceu no resultado do exercício o valor de R\$ 1.449 (2022 - R\$ 1.139) correspondente aos custos esperados do período, atualizado anualmente de acordo com laudo de especialista externo.

17 Patrimônio social

(a) Patrimônio social
 O patrimônio social é constituído por todos os bens e direitos que a Entidade possui, sendo alterado em função dos resultados superavitários ou deficitários de suas operações, incorporados no final de cada exercício subsequente.

(b) Outros resultados abrangentes
 Refere-se às perdas atuariais pela mensuração do valor justo da obrigação correspondente ao benefício de saúde pós-emprego (Nota 16).

(c) Superávit de exercício
 Por se tratar de uma entidade sem a finalidade de lucros, o resultado auferido no exercício é revertido em sua integralidade para as suas atividades institucionais por meio da transferência do saldo apurado para o patrimônio social (Nota 17(a)).

18 Receita líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Serviços hospitalares	1.282.076	1.180.589
Serviços de ensino e pesquisa	26.225	22.111
Valor justo do trabalho voluntário	1.690	1.617
Outras receitas	47.820	38.025
	<u>1.357.811</u>	<u>1.242.342</u>
Deduções da receita bruta		
COFINS	(1.066)	(828)
ICMS	(197)	(170)
Descontos concedidos	(8.772)	(10.978)
	<u>(10.035)</u>	<u>(11.976)</u>
	<u>1.347.776</u>	<u>1.230.366</u>



ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO

CNPJ nº 92.685.833/0001-51

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. A Entidade está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Entidade estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos.

(ii) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos.

24.7 Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Entidade, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Quando aplicável, os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. A taxa anual de amortização utilizada pela Entidade é de 20%.

24.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, o qual inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil (em anos)	Taxa de depreciação (anual)
Prédio	40	2,50%
Máquinas, equipamentos e aparelhos médicos	10	10,00%
Móveis e utensílios	10	10,00%
Instrumental cirúrgico	10	10,00%
Equipamentos de computação e comunicação	5	20,00%
Veículos	5	20,00%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas relacionados a baixa do ativo imobilizado são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

24.9 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mensuradas pelo custo e estão representadas por terrenos mantidos para ampliações futuras.

24.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

24.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Entidade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

24.12 Provisões

(a) Geral

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

(b) Provisão para contingências

A Entidade é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As

provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

24.13 Benefícios a empregados

Obrigações de pós-emprego

A Entidade reconhece o passivo atuarial de pós-emprego decorrente do plano de saúde. A obrigação é calculada por atuários independentes, sendo que os ganhos e perdas atuariais do valor presente da obrigação decorrentes da atualização das premissas são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes.

24.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Entidade e é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e dos descontos concedidos, quando aplicáveis. A Entidade reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Prestação de serviços hospitalares, ensino e pesquisa

Nas atividades hospitalares e de educação a receita é reconhecida quando o paciente ou aluno recebe o serviço e não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevantes. As glosas efetuadas pelos convênios estão contempladas nas provisões para perdas no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando aplicável, a receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

(c) Receita de arrendamentos

A receita com arrendamentos de arrendamentos operacionais quando a Entidade atua como arrendadora, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período do arrendamento.

24.15 Valor justo do trabalho voluntário

Corresponde à mensuração e reconhecimento como receita e despesa no mesmo valor e, portanto, sem impacto no superávit do exercício, das horas incorridas pelas pessoas que dedicam o seu tempo para as atividades voluntárias da Entidade.

24.16 Tributação

Conforme mencionado na Nota 1, como Associação Civil sem fins lucrativos, a Associação Hospitalar Moinhos de Vento é imune às contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal em seus artigos 150, inciso VI, alínea "c" e 195, §7º.

Dessa forma, a Entidade cumpre os requisitos trazidos pelo Código Tributário Nacional em seu artigo nº 14 e pelas Leis nº 9.532/1997, nº 8.742/1993, nº 12.101/2009 e Lei Complementar nº 187/2021.

(a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL)

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de imunidade do pagamento do IRPJ incidente sobre as operações, de acordo com o artigo 150 da Constituição Federal, e da CSLL, nos termos do artigo 195 da Constituição Federal e do artigo 15 da Lei nº 9.532/1997.

(b) Contribuição Patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em razão da obtenção do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) e reconhecimento como Hospital Estratégico de Excelência, a Entidade aplica os valores das contribuições imunes (INSS e COFINS sobre as receitas não próprias) em projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS (Sistema Único de Saúde), os quais são homologados pelo Ministério da Saúde, conforme detalhado na Nota 15.

Adicionalmente, a Entidade usufrui de isenção da COFINS sobre suas receitas próprias nos termos do artigo 14, inciso X da MP 2.158-35/2001, artigo 15 da Lei nº 9.532/1997 e artigos 23 e 24 da IN SRFB 1.911/2019.

(c) Programa para Integração Social (PIS)

A Entidade, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, aplica os valores da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de pagamento à alíquota de 1%, em projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS (Sistema Único de Saúde), conforme detalhado na Nota 15.

24.17 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

24.18 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

- Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

- A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020.

- Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alteração ao IFRS 16 – "Arrendamentos"**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

- A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

- A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Entidade. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

MOHAMED PARRINI MUTLAQ Superintendente Executivo	MARCO ANTÔNIO DE MODESTI Superintendente Financeiro	RENATO FADANELLI Gerente de Controladoria e Contabilidade Contador CRC RS 089786/O	MARINÉS MATTÉ RUBIM Contadora CRC RS 053694/O
--	---	---	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores
Associação Hospitalar Moinhos de Vento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Hospitalar Moinhos de Vento ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições contidas na ITG 2002 - "Entidades Sem Finalidade de Lucros".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições contidas na ITG 2002 - "Entidades Sem Finalidade de Lucros" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação

da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de

expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Rafael Biedermann Mariante
Contador CRC 1SP243373/O-0

Jornalismo sério e de credibilidade
No impresso, no digital e aonde mais o futuro nos levar!
Acompanhe nossos conteúdos pelas nossas redes sociais:

Instagram, Twitter, LinkedIn, Facebook

PUBLICIDADE LEGAL

TAURUS ARMAS S.A. TASA3 TASA4
 Companhia Aberta
 CNPJ/MF nº 92.781.335/0001-02 - NIRE 43300007391
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária
30 de Abril de 2024, às 14:00 Horas

São convocados os senhores acionistas da Taurus Armas S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida São Borja, nº 2.181, Prédio "A", Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Extraordinária:** (i) Aumento do capital social, sem modificação do número de ações, na forma do art. 169, §1º da Lei nº 6.404/76, mediante capitalização de parcela da reserva estatutária; e (ii) Em caso de aprovação do item (i), reforma do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo valor do capital social, com a respectiva consolidação do documento. **Em Assembleia Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração, relatório dos auditores independentes, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal; (ii) Examinar, discutir e votar a destinação de resultados e distribuição de dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal; (iv) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria para o exercício social de 2024; e (v) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024. **Instruções Gerais:** Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta da administração e demais informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, encontram-se nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br). Tais documentos encontram-se disponíveis também, desde a referida data, na sede da Companhia, conforme exigido pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Para participar da Assembleia, nos termos do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas, por si ou por seus representantes/procuradores legalmente constituídos, conforme o caso, deverão apresentar: (i) documento de identidade da pessoa natural presente; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia ou na forma digital, desde que validado pelo Sistema ICP Brasil. A representação dos acionistas pessoas jurídicas ou fundos de investimento dependem da apresentação, ainda, dos documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do regulamento e/ou do estatuto social ou do contrato social atualizado, conforme o caso, e do ato que investe o representante de poderes suficientes). Para facilitar a participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até 02 (dois) dias úteis da data de realização da Assembleia (até 26/04/2024, às 14:00h), o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos em atenção à área de relações com investidores por e-mail para agoe@taurus.com.br, ou para a sede da Companhia no seguinte endereço: Avenida do São Borja, nº 2181, Prédio "A", CEP 93035-411, São Leopoldo, RS - Brasil aos cuidados da área de relações com investidores. Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em Assembleia Geral por meio de voto a distância, usando o "Boletim de Voto a Distância", que pode ser obtido nos sites de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

BAIXE O APP JC

DISPONÍVEL NO **Google play** DISPONÍVEL NA **App Store**

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA MADEIRAS S. A.

CNPJ. 93682854/0001-86 – NIRE: 43300042588 – Encruzilhada do Sul – RS.

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Rodovia Prefeito Hercio Alves Rodrigues, RST 471, Km 233 em Encruzilhada do Sul, RS, CEP 96610-000, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Encruzilhada do Sul, RS, em 27 de março de 2024.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.


NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial	(51) 3213 1333
Atendimento ao assinante	(51) 3213 1300
Vendas de assinaturas	(51) 3213 1326
Redação	(51) 3213 1362

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL



LOJAS QUERO-QUERO S.A.
Companhia Aberta
CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4

LJQQ3
B3 LISTED

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Lojas Queró-Queró S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 9:00 horas, no Auditório da Companhia, localizado na Rua Tapajós nº 15, sala 201, cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul ("Auditório"), endereço distinto daquele da sede social da Companhia, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório anual da administração, dos pareceres dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia; (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) Fixar o número de membros do Conselho de Administração em 7 (sete) membros; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração; e (v) Fixar o limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2024, conforme proposta da administração. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar a alteração do caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o aumento do capital social da Companhia, conforme aprovado e homologado pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 22 de dezembro de 2023 e 5 de março de 2024, respectivamente; (ii) Aprovar a alteração do parágrafo único do Artigo 8º do Estatuto Social, de forma a refletir o prazo para convocação de assembleia geral de acionistas previsto na Lei das Sociedades por Ações, em razão da alteração decorrente da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021; (iii) Aprovar o ajuste formal na numeração do Artigo 26, Parágrafo 1º do Estatuto Social para Artigo 26, Parágrafo Único; e (iv) Consolidar Estatuto Social da Companhia. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar na Assembleia (incluindo instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto a distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada nesta data pela Companhia.

Instruções Gerais - Local da Assembleia. A administração esclarece que optou pela realização da Assembleia no Auditório da Companhia, no mesmo município da sua sede, para maior comodidade e conforto de seus acionistas, tendo em vista não possuir um espaço físico adequado para comportar muitos acionistas em sua sede. **Participação na Assembleia.** Nos termos do artigo 6º, §1º da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas que pretendem participar da Assembleia deverão enviar e-mail ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia (ri@quero-queró.com.br) até 2 (dois) dias antes da Assembleia (i.e. até o dia 26 de abril de 2024), apresentando os seguintes documentos à Companhia, conforme aplicáveis:

Documentação a ser encaminhada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador	X	X	X
Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal ⁽¹⁾	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista ⁽²⁾	-	X	X
Regulamento consolidado do fundo ⁽²⁾	-	-	X

⁽¹⁾ Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.
⁽²⁾ Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia ainda que não apresentem previamente os documentos acima referidos, bastando que compareçam à Assembleia munidos de tais documentos até a abertura dos trabalhos, conforme o art. 6º, §2º da Resolução CVM nº 81/22. Nesse caso, solicita-se que os acionistas compareçam com antecedência de modo que a conferência dos documentos possa ser realizada em tempo hábil para a sua participação. Os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa, exceto os documentos elaborados em inglês ou espanhol. Ainda, a Companhia informa que não serão exigidos autenticação de cópias, reconhecimento de firma, notariação ou consularização/apostilamento. A Companhia ressalta, que não será necessário o envio físico dos documentos que já tenham sido enviados de maneira eletrônica caso estes tenham sido produzidos e assinados com uso da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia adotará, também, o sistema de votação a distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto a distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelo do boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia. Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia informa que o percentual mínimo para adoção do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é 5%, conforme estabelecido pelo art. 3º da Resolução CVM nº 70/22. A Companhia informa que se encontram a disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.quero-queró.com.br/>), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 81/22 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre a matéria a ser deliberada deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito, à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia.

Cachoeirinha, 28 de março de 2024.
Flávio Benício Jansen Ferreira - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

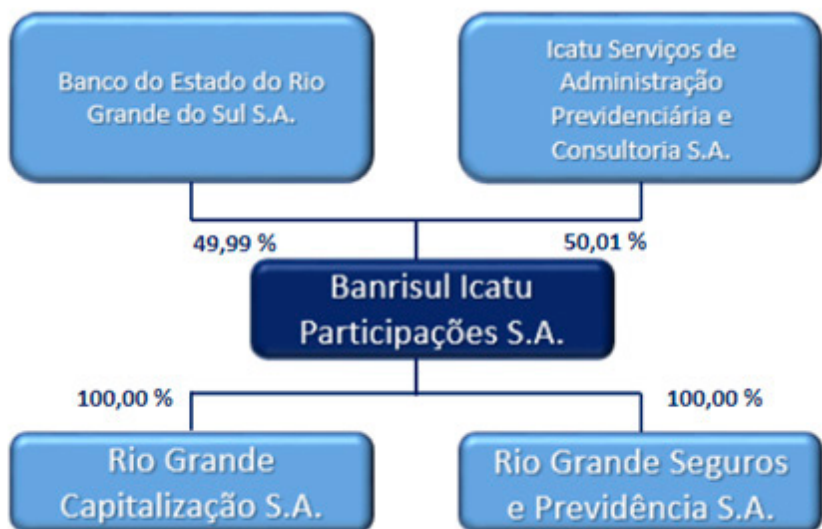
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras consolidadas (Demonstrações) da Banrisul Icatu Participações S.A. e Controladas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas conforme os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), homologadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia está emitindo suas demonstrações financeiras com base no conjunto completo de normas internacionais em vigor (IFRS) enquanto suas controladas operacionais (Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A.) são obrigadas a emitir as suas demonstrações financeiras com base nas normas homologadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendadas pelo órgão regulador Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Com isso, essas demonstrações financeiras apresentam os impactos da norma IFRS 17/CPC 50 nos números da regulada de seguros, que divergem das informações reportadas ao órgão regulador, uma vez que a SUSEP ainda não adotou o IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguros e manteve o IFRS 4/CPC 11 vigente.

Nessas Demonstrações, a Banrisul Icatu Participações S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "BIPAR" é usado para tratar o conjunto formado pela Banrisul Icatu Participações S.A. e suas controladas.

Em 1º de outubro de 2023, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., controladora da Companhia, foi incorporada à Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A..

A Companhia é controlada direta da Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%. A Companhia controla as empresas que operam majoritariamente no canal bancário do Banrisul com vida, previdência e capitalização, como apresentado a seguir:



A Companhia, por intermédio de entidades controladas está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, planos de capitalização.

Esse é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo, no qual o IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguros e o IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. As mudanças relacionadas as políticas contábeis estão descritas na nota "3.13. Adoção de novas normas e interpretações".

2. Desempenho nas Operações e Patrimonial

No ano de 2023, o resultado operacional de seguros e capitalização alcançou R\$369.249 (R\$243.274 em 2022), sendo R\$259.835 (R\$164.945 em 2022) em seguros e R\$109.414 (R\$78.329 em 2022) em capitalização. O resultado em cada segmento é apresentado em detalhes, a seguir:

No ano de 2023, para a controladora, o resultado patrimonial, foi de R\$167.075 (R\$129.859 em 2022).

Em seguros, em 2023, as receitas líquidas para os contratos de seguros mensurados pelo modelo de mensuração geral (BBA) foram de R\$246.596 (R\$159.405 em 2022). Para os contratos de seguros mensurados pelo modelo de taxa variável (VFA), as receitas líquidas foram de R\$17.433 (R\$4.622 em 2022). Em contrapartida, o resultado líquido com contratos de resseguros em 2023 foi uma perda de R\$4.194 (ganho de R\$918 em 2022). Esses montantes juntos proporcionaram uma receita total de seguros de R\$259.835 em 2023 (R\$164.945 em 2022).

As receitas de capitalização, em 2023, foram de R\$109.414 (R\$78.329 em 2022).

2.1. Operação e Patrimônio

2.1.1. Seguros e Patrimônio

No ano de 2023, as expectativas de sinistros e outras despesas incorridas totalizaram R\$349.944 (R\$335.229 em 2022) sendo R\$344.370 (R\$331.078 em 2022) para os contratos mensurados pelo BBA e R\$5.574 (R\$4.151 em 2022) para os contratos mensurados pelo VFA.

As variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido, em 2023, foram de R\$12.253 (R\$ 20.084 em 2022), sendo R\$ 12.183 (R\$ 20.025 em 2022) para os contratos mensurados pelo BBA e R\$ 71 (R\$ 59 em 2022) para os contratos mensurados pelo VFA.

A margem de seguros (CSM), em 2023, foi de R\$ 145.795 (R\$ 120.497 em 2022), sendo R\$127.208 (R\$ 115.978 em 2022) para os contratos mensurados pelo BBA e R\$ 18.587 (R\$ 4.519 em 2022) para os contratos mensurados pelo VFA.

Detalhes podem ser vistos na nota explicativa 22.

2.1.2. Capitalização

Durante o ano 2023, a arrecadação da controlada Rio Grande Capitalização S.A. foi de R\$738.601 (R\$558.164 em 2022), representando um aumento de 32,3%.

As receitas líquidas da Companhia, em 2023, foram de R\$140.161 (R\$109.941 em 2022), representando um aumento de 27,5%.

Os sorteios representaram, em 2023, R\$19.313 (R\$17.974 em 2022) e os custos de aquisição foram de R\$30.766 (R\$28.235 em 2022). As outras receitas operacionais líquidas, em 2023, foram de R\$ 19.332 (R\$14.597 em 2022).

Detalhes podem ser vistos na nota explicativa 24.

2.2. Despesas Administrativas e Resultado Financeiro

Durante o ano de 2023, as despesas administrativas da Companhia foram de R\$1.389 (R\$988 em 2022). Já no consolidado, em 2023, as despesas administrativas foram de R\$133.935 (R\$90.160 em 2022), representando um aumento de 48,6%, referente ao efeito no crescimento das operações das controladas.

O Grupo vem exercendo o constante monitoramento de suas despesas, não obstante o investimento no aprimoramento de seus processos.

As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, em 2023, na Companhia, foram de R\$361 (R\$1.696 em 2022). No consolidado, esse montante foi de R\$54.498 (R\$79.587 em 2022), correspondendo uma redução de 31,5%.

2.3. Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atingiu um ativo total de R\$346.488 (R\$329.258 em 2022), representando um aumento de 5,2%, impactada por não haver dividendos a receber registrados na rubrica "Títulos e créditos a receber".

O consolidado, em 2023, atingiu um ativo total de R\$ 7.210.711 (R\$5.039.782 em 2022), representando um aumento de 43,1%.

O patrimônio líquido da Companhia, em 2023, atingiu o montante de R\$346.369 (R\$306.125 em 2022), representando um aumento de 13,1%. Não havia, nessas datas, diferenças entre os patrimônios líquidos da Companhia e do consolidado.

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do ano	166.047	130.409
Constituição de reserva legal	-	(5.462)
Ajuste efeito IFRS 17/CPC 50	4.641	1.253
Base para a distribuição de dividendos	170.688	131.662
Dividendo declarados e pagos no exercício	100.000	106.411
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	58,59%	80,82%

A Companhia é uma holding de duas empresas operacionais, reguladas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que impõem restrições ao mercado regulado de forma que a adoção das normas IFRS são apenas para aquelas aprovadas pelo regulador. No caso do IFRS 17/CPC 50, a SUSEP ainda não aprovou seu uso. Além disso, há uma gestão de capital e solvência que requer um controle maior de liquidez, não praticado em outros mercados.

Diante desse cenário, a base de cálculo das destinações do resultado, segue as normas contábeis aplicáveis as seguradoras considerando as diretrizes do órgão regulador SUSEP, uma vez que a Companhia não possui outro fluxo de caixa relevante além daquele proveniente das empresas reguladas por tal órgão.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2023 e de 2022.

4. Troca do acionista controlador

Em 1º de outubro de 2023, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., controladora da Companhia, foi incorporada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A..

5. ASG - Ambiental, Social e Governança

O desenvolvimento sustentável é um dos nossos direcionadores estratégicos. Acreditamos que a governança, a gestão e o engajamento em aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) são fundamentais para o nosso crescimento e perenidade, gerando valor de longo prazo para todos os nossos stakeholders. Assim, nossa Estratégia de Sustentabilidade está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em sua contribuição à sociedade, o Grupo retornou, em 2023, R\$126.754 em sinistros pagos (R\$180.112 em 2022), R\$160.000 em pagamentos de dividendos (R\$135.257 em 2022) aos acionistas, R\$205.793 pagos à serviços de terceiros (R\$182.983 em 2022), R\$ 31.366 em tributos indiretos (R\$37.813 em 2022) e R\$148.621 em tributos diretos (R\$87.462 em 2022).

O sustentável resultado da Companhia e suas controladas é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia e suas controladas possuem uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

6. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para o Grupo e os valores contratuais no ano de 2023, brutos de tributos, totalizam R\$640, referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguaração limitada, requeridos pelo órgão regulador.

7. Agradecimento

A Banrisul Icatu Participações S.A. e suas controladas aproveitam a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança.

Porto Alegre, 28 de março de 2024.

A Administração.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
	Notas					
Ativo						
Circulante	2.403	27.673	31.930	6.421.293	4.598.941	3.021.157
Disponível:	54	11	20	42.840	26.571	48.538
Caixa e bancos	54	11	20	8.053	13.934	4.523
Equivalentes de caixa	5	-	-	34.787	12.637	44.015
Aplicações financeiras	5	1.585	2.799	32	6.320.191	2.882.834
Ativos de contratos de resseguro	7	-	-	14.684	17.196	16.125
Ativos financeiros - capitalização	-	-	-	53	34	17
Outros créditos operacionais	9	-	-	36.599	13.131	66.450
Títulos e créditos a receber:	764	24.863	31.878	6.925	6.692	7.191
Títulos e créditos a receber	10	24.193	31.666	4.938	2.188	1.803
Créditos tributários e previdenciários	11.1.	764	670	212	1.987	4.222
Outros créditos a receber	-	-	-	-	82	-
Despesas antecipadas	-	-	-	1	826	2
Não circulante	344.045	301.585	310.177	789.418	440.841	776.202
Aplicações financeiras	5	-	-	764.667	410.106	748.770
Títulos e créditos a receber:	-	-	13	23.970	30.386	26.744
Créditos tributários e previdenciários	11.3.1.	-	13	10.246	16.757	15.294
Depósitos judiciais e fiscais	12	-	-	13.724	13.629	11.450
Outros valores e bens	-	-	-	210	-	448
Investimentos	13	343.951	301.585	310.164	-	-
Imobilizado	-	-	-	326	278	231
Intangível	94	-	-	245	71	9
Total do ativo	346.448	329.258	342.107	7.210.711	5.039.782	3.797.359

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
	Notas					
Passivo						
Circulante	79	23.133	29.044	2.371.848	1.939.432	1.662.213
Contas a pagar:	79	23.133	29.044	61.438	47.652	73.963
Obrigações a pagar	14	63	23.116	29.003	48.663	35.982
Impostos e encargos sociais a recolher	15	16	41	4.054	3.184	3.111
Impostos e contribuições	11.2.	1	1	-	8.202	8.033
Outras contas a pagar	-	-	-	519	453	-
Passivos de contratos de seguro	6	-	-	1.154.307	837.014	592.070
Passivos financeiros - capitalização	15	-	-	2.147	2.500	826
Depósitos de terceiros	16	-	-	173	44	1.471
Passivos financeiros atuariais - capitalização	17	-	-	1.153.603	1.052.222	993.201
Outros débitos	-	-	-	180	-	682
Não circulante	-	-	-	4.492.494	2.794.225	1.822.083
Contas a pagar:	-	-	-	11.971	10.934	9.351
Outras contas a pagar - obrigações fiscais	18.3.	-	-	11.971	10.934	9.351
Passivos de contratos de seguro	6	-	-	4.437.861	2.738.965	1.767.552
Outros débitos - provisões judiciais	18.2.	-	-	1.834	403	421
Tributos diferidos	11.3.2.	-	-	40.828	43.923	44.759
Patrimônio líquido	19	346.369	306.125	313.063	346.369	306.125
Capital social	118.334	118.334	91.024	118.334	118.334	91.024
Reserva de lucros	230.854	202.759	229.171	230.854	202.759	229.171
Ajuste de avaliação patrimonial	(2.819)	(14.968)	(7.132)	(2.819)	(14.968)	(7.132)
Total do passivo e patrimônio líquido	346.448	329.258	342.107	7.210.711	5.039.782	3.797.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	Consolidado							Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Outras Reservas (IFRS17/CPC50)	Reserva para dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021 como previamente divulgado	91.024	18.205	127.428	-	16.400	(7.132)	-	245.925
Adoção do IFRS17/CPC 50	-	-	-	67.138	-	-	-	67.138
Saldo em 1º de janeiro de 2022 (Reapresentado)	91.024	18.205	127.428	67.138	16.400	(7.132)	-	313.063
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	-	-	-	-	-	(6.784)	-	(6.784)
Outros resultados abrangentes - IFRS 17/CPC 50	-	-	-	-	-	(1.052)	-	(1.052)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(11)	-	(16.400)	-	-	(16.411)
Aumento de capital social (AGE 31/03/2022)	27.310	-	(27.310)	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e pagos (AGE 25/07/2022)	-	-	(50.000)	-	-	-	-	(50.000)
Dividendos intermediários e pagos (AGE 30/11/2022)	-	-	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	130.409	130.409
Destinação do lucro líquido								
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(23.100)	(23.100)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	36.900	-	(36.900)	-
Constituição de reserva legal	-	5.462	-	-	-	-	(5.462)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	26.200	-	-	-	(26.200)	-
Constituição de outras reservas – IFRS 17/CPC 50	-	-	-	(1.253)	-	-	1.253	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	118.334	23.667	76.307	65.885	36.900	(14.968)	-	306.125
Reversão ajustes de outros resultados abrangentes - IFRS 17/CPC 50	-	-	-	(1.052)	-	1.052	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	-	-	-	-	-	9.748	-	9.748
Outros resultados abrangentes - IFRS 17/CPC 50	-	-	-	-	-	1.349	-	1.349
Dividendos declarados e pagos antecipadamente (AGOE 30/04/2023)	-	-	-	-	(36.900)	-	-	(36.900)
Dividendos declarados e pagos antecipadamente (AGE 31/08/2023)	-	-	(24.798)	-	-	-	(75.202)	(100.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	166.047	166.047
Destinação do lucro líquido								
Constituição de reserva estatutária	-	-	95.486	-	-	-	(95.486)	-
Constituição de outras reservas – IFRS 17/CPC 50	-	-	-	(4.641)	-	-	4.641	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	118.334	23.667	146.995	60.192	-	(2.819)	-	346.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de contratos de seguro	22	-	643.380	660.565
Despesas de contratos de seguro	23	-	(379.351)	(496.538)
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	22 e 23	-	(4.194)	918
Resultado de contratos de seguro e resseguro	-	-	259.835	164.945
Receita líquida com títulos de capitalização	-	-	140.161	109.941
Resultado com sorteios	-	-	(19.313)	(17.974)
Custo de aquisição	-	-	(30.766)	(28.235)
Outras receitas/(despesas) operacionais de capitalização	-	-	19.332	14.597
Resultado com operações de capitalização	24	-	109.414	78.329
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de seguro	-	-	(30.107)	4.196
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	-	-	(2.904)	(1.872)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas	361	1.696	87.509	77.263
Resultado financeiro líquido	25	361	1.696	54.498
Despesas administrativas	26	(1.389)	(988)	(133.935)
Outras receitas/(despesas) operacionais	27	-	(15.244)	(15.973)
Resultado patrimonial	13	167.075	129.859	-
Resultado operacional	166.047	130.567	274.568	216.728
Ganhos/(perdas) com ativos não correntes	-	-	-	307
Resultado antes dos tributos	166.047	130.567	274.568	217.035
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	-	(158)	(111.616)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	3.095	836
Lucro líquido do exercício	166.047	130.409	166.047	130.409
Lucro básico por ação	29.1.	1,87	1,47	1,87
Lucro diluído por ação	29.1.	1,87	1,47	1,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	166.047	130.409	166.047	130.409
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas e controladas	16.247	(11.307)	16.247	(11.307)
Outros resultados abrangentes (VJORA) - IFRS 17/CPC 50	2.401	(1.052)	2.401	(1.052)
Efeito dos tributos	(6.499)	4.523	(6.499)	4.523
Total do resultado abrangente	178.196	122.573	178.196	122.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais				
Lucro líquido do período	166.047	130.409	166.047	130.409
Ajustes para:				
Depreciações e amortizações	-	-	281	364
Constituição/(reversão) ao valor recuperável (impairment) dos ativos	-	-	-	307
Resultado de equivalência patrimonial	167.075	129.859	-	-
Despesas com juros	-	-	6	-
Varição dos passivos de contratos de seguro	-	-	741.395	590.465
Varição dos passivos financeiros atuariais de capitalização	-	-	554.782	446.005
Varição dos tributos sobre o lucro	172	173	111.204	83.012
Variações nas contas patrimoniais:				
Ativos financeiros	1.214	(2.767)	(2.140.261)	(1.312.993)
Ativos financeiros - capitalização	-	-	(19)	(17)
Outros créditos operacionais	-	-	(23.468)	53.319
Ativos de contratos de resseguro	-	-	2.512	(1.071)
Créditos fiscais e previdenciários	(94)	(458)	2.434	966
Ativo fiscal diferido	-	13	6.511	(1.463)
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	(95)	(2.179)
Despesas antecipadas	-	-	826	(824)
Outros ativos	(369.535)	(259.277)	(160.503)	(138.777)
Títulos e créditos a receber	24.193	7.473	(2.668)	(467)
Outros valores e bens - direito de uso	-	-	(210)	448
Impostos e encargos sociais a recolher	(173)	(25)	870	73
Outras contas a pagar	(23.053)	(5.887)	13.784	(29.153)
Passivos financeiros - capitalização	-	-	(353)	1.674
Depósitos de terceiros	-	-	129	(1.427)
Passivos de contratos de seguro	-	-	1.274.794	625.892
Passivos financeiros atuariais - capitalização	-	-	(453.401)	(386.984)
Provisões judiciais	-	-	1.431	(18)
Tributos diferidos	-	-	(3.095)	(836)
Outros passivos	34.197	(2.090)	34.371	(2.772)
Passivo de arrendamento	-	-	258	-
Caixa das operações	43	(2.577)	127.562	53.953
Recebimento de dividendos	160.000	137.997	160.000	137.997
Tributos sobre o lucro pagos	-	(172)	(111.035)	(78.660)
Caixa líquido das atividades operacionais	160.043	135.248	176.527	113.290
Atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos	(160.000)	(135.257)	(160.000)	(135.257)
Pagamento de passivo por arrendamento	-	-	(258)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(160.000)	(135.257)	(160.258)	(135.257)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	43	(9)	16.269	(21.967)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11	20	26.571	48.538
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	54	11	42.840	26.571

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Banrisul Icatu Participações S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída segundo as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Rua Siqueira Campos, n.º 1163, 6º andar, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia tem como objetivo participar como sócia ou acionista de outras sociedades e suas controladas atuam nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta e nos segmentos de capitalização.

Em 1º de outubro de 2023, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., controladora da Companhia, foi incorporada à Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A..

A Companhia é uma controlada direta da Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. e em última instância pelo Grupo Icatu, representada pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda., e possui como sócio o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A..

A seguir, é demonstrado a quantidade de ações pertencentes aos acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Composição acionária	ON	%
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	44.429.999	49,99
Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.	44.447.774	50,01
Total	88.877.773	100,00

Nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Demonstrações), a Banrisul Icatu Participações S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo" é usado para tratar o conjunto formado pela Banrisul Icatu Participações S.A., pela suas controladas e os fundos de investimentos dos quais essas empresas são as únicas cotistas, denominados "Fundos Exclusivos".

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações são preparadas conforme os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), homologadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Estas incluem os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados, as demonstrações dos resultados abrangentes, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e as demonstrações dos fluxos de caixa.

Esse é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo, no qual o IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguros e o IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. As mudanças relacionadas as políticas contábeis estão descritas na nota "3.13. Adoção de novas normas e interpretações".

A Administração considera que o Grupo possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2024.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalente de caixa;
- Aplicações financeiras mensuradas pelo Valor Justo por meio do Resultado (notas 5.3. e 5.4.);
- Aplicações financeiras mensuradas pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (notas 5.2. e 5.4.);
- Passivos de contratos de seguro (notas 6.1. e 6.2.); e
- Passivos financeiros - capitalização (nota 17).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades do Grupo são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondadas em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Consolidação

As práticas contábeis e de consolidação foram adotadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As Demonstrações incluem as informações da Companhia, das controladas diretas Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A., todas com o investimento de 100% do capital e dos fundos exclusivos que as companhias possuem.

As principais práticas contábeis utilizadas para elaboração das Demonstrações, estão descritas a seguir:

- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as empresas e fundos exclusivos, bem como os saldos das contas mantidas entre as controladas e fundos;
- Eliminação dos investimentos da controladora nas empresas controladas, bem como dos investimentos entre as controladas; e
- Consolidação dos fundos de investimentos exclusivos.

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

O Grupo adotou as alterações do IAS 1/CPC 26 – Divulgação de Políticas Contábeis a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota.

3.1. Segregação entre circulante e não circulante

O Grupo efetua a revisão dos valores registrados no ativo circulante e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

- Os títulos e valores mobiliários a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) são classificados de acordo com o Modelo de Negócios;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Instrumentos financeiros

3.3.1. Mensuração e classificação

O Grupo determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como o Grupo faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.3.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.3.1.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.3.1.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.3.2. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por nível de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; e
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo.

3.3.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

3.3.3.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, o Grupo deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, o Grupo deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, o Grupo deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

3.3.3.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente.

As perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

3.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas” Os depósitos referentes a processos cíveis e trabalhistas são atualizados monetariamente pela taxa referencial (TR) + 0,5% ao mês e os fiscais atualizados monetariamente pela taxa Selic.

3.5. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica “Outros valores e bens”, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida na rubrica “Outros débitos” no passivo circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para a seguradoras, pelas limitações específicas do negócio, fica-se com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizar como *rating*, um grau de investimento, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA;
- Utilizar o *capital rate* do imóvel da matriz como *spread*; e
- Levantar em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.6. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.6.1. IRPJ e CSLL diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

3.6.2. PIS e COFINS diferidos

Para fins estatutários, o Grupo constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente dos passivos financeiros de seguros, que são provisões que serão pagas futuramente. Essa constituição foi realizada conforme legislação em vigor.

3.7. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados conforme os conceitos estabelecidos pelo IAS 37/CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda “provável”, “possível” e “remota”. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno do Grupo, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo esse ser revisto a qualquer momento, mediante qualquer alteração, segundo a fase processual e as decisões dos tribunais. O valor das provisões é atualizado conforme a tabela aplicada pelo respectivo tribunal, cuja ação encontra-se tramitando.

O Grupo adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada “provável” exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais, que são provisionados independentes da probabilidade de perda. As provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, mas as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas nos “Passivo de sinistros incorridos – Judicial”, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial são atualizadas monetariamente pela taxa Selic e os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros, historicamente determinados às causas, considerando-se sua natureza, tribunal e região nos quais a causa está sendo avaliada.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos do Grupo e dos consultores legais independentes, e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas, são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, tribunal e região as quais a causa está sendo avaliada. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente ao Grupo em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.8. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.9. Classificação de contratos

A controlada Rio Grande Seguros e Previdência S.A avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsecamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação. Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota explicativa 3.5.

3.10. Passivos financeiros – capitalização

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único e mensal. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

3.10.1. Provisão Matemática para Capitalização (PMC)

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente de taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.10.2. Provisão para Resgates (PR)

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até data das demonstrações financeiras. Incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos.

3.10.3. Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

3.10.4. Provisão de Sorteios a Pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.10.5. Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

3.10.6. Provisão para Despesas Administrativas (PDA)

A provisão corresponde a diferença entre o valor presente esperado das parcelas referentes aos carregamentos dos pagamentos futuros dos títulos e o valor presente esperado das despesas administrativas futuras, e será constituída quando o resultado da diferença for negativo. A metodologia considera todos os títulos ativos vigentes na data-base do cálculo.

3.10.7. Prescrição à pagar

Os títulos prescritos em cinco anos são baixados das provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar atendendo as disposições previstas no código civil brasileiro.

3.11. Resultado com operações de capitalização

De acordo com o IFRS 9/CPC 48, o reconhecimento da receita é:

- (I) O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
 - (II) O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela Companhia de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.
- Os correspondentes passivos financeiros de capitalização são constituídos simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como “custo de aquisição”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

3.12. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como:

- (I) Instrumentos financeiros (nota 3.3);
 - (II) Valor recuperável (*impairment*) dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado (nota 3.3.3);
 - (III) Valor recuperável dos créditos tributários (nota 3.6.1);
 - (IV) Valor das provisões judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (“possível”, “provável” e “remota”) (nota 3.7);
 - (V) Passivo dos contratos de capitalização (nota 3.10); e
 - (VI) Passivos de contratos de seguro (nota 3.13.2).
- Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício.

3.13. Adoção de novas normas e interpretações

3.13.1. IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O IFRS 9/CPC 48 substituiu o IAS 39/CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e tem como data de adoção em 1º de janeiro de 2023, com ajustes retrospectivos nos comparativos. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares:

- (I) Classificação e mensuração de ativos financeiros;
- (II) Redução ao valor recuperável (*impairment*); e
- (III) Contabilização de *hedge*.

A adoção do normativo pelo Grupo trouxe mudanças na apresentação das informações relacionadas aos instrumentos financeiros e sobre a avaliação do valor recuperável, porém não teve efeito sobre o modelo de contabilização do Grupo não gerando efeito retrospectivo nos saldos contábeis.

3.13.2. IFRS 17/CPC 50 – Contratos de Seguro

O IFRS 17/CPC 50 substituiu o IFRS4/CPC 11 – Contratos de Seguros e tem como data de adoção em 1º de janeiro de 2023, com ajustes retrospectivos nos comparativos. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo.

Como resultado desta adoção, houve a adequação da transição dos saldos entre as normas IFRS4/CPC 11 e IFRS17/CPC 50, de modo que o impacto possa ser compreendido pelo usuário da demonstração financeira do Grupo.

As novas políticas relacionadas a esta norma estão destacadas a seguir:

3.13.2.1. Avaliação dos contratos de seguro e resseguro

O IFRS17/CPC 50 é aplicável a todos os contratos de seguro, incluindo contratos de resseguro, contratos de seguro mantidos e contratos de investimentos com características de participação discricionária que sejam emitidos por uma seguradora. O Grupo avaliou os seus contratos de seguros emitidos, resseguro mantidos e considerou que esses encontram-se dentro do alcance do novo normativo, com exceção dos produtos de capitalização.

Os produtos de capitalização não estão incluídos no escopo de aplicação do IFRS 17/CPC 50, uma vez que não apresentam um risco segregado significativo de uma outra parte, no qual aceita compensar o segurado no caso de um evento futuro incerto afetar de modo negativo o segurado. Esses produtos estão no escopo do IFRS 9/CPC48.

Um contrato de seguro é aquele em que uma parte aceita risco de seguro significativo de outra parte. O risco de seguro é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.

Um contrato de investimento com participação discricionária é um contrato segundo o qual o detentor recebe um pagamento adicional, cujo valor ou prazo fica contratualmente um critério do emissor.

3.13.2.2. Separação de componentes

O IFRS 17/CPC 50 define que, após classificar os contratos em seu escopo, a entidade deve avaliar se esses possuem:

- (I) Algum derivativo embutido;
 - (II) Componentes distintos de investimento; ou
 - (III) Um bem distinto ou serviço não relacionado a seguro.
- Um componente de investimento é distinto se o fluxo de caixa não estiver altamente interrelacionado com o contrato de seguro e se o titular da apólice puder comprar um contrato com termos e condições equivalentes na mesma jurisdição. Um bem ou serviço não relacionado a seguro é distinto se o titular da apólice puder se beneficiar do bem ou serviço sozinho ou em conjunto com outros recursos prontamente disponíveis para o titular da apólice. O Grupo avaliou os contratos no escopo do novo normativo e concluiu não haver componentes a serem separados.

3.13.2.3. Nível de agregação

Para fins de mensuração, o IFRS 17/CPC 50 exige que os contratos de seguro emitidos e resseguro mantidos sejam agregados com base em riscos semelhantes e administrados em conjunto, os quais devem ser segregados por safras, ou seja, por um intervalo máximo de 12 meses e depois divididos em três categorias:

- (I) Grupos de contratos onerosos no reconhecimento inicial;
- (II) Grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro; e
- (III) Grupos de contratos remanescentes na carteira, se houver.

Essas agregações são denominadas grupos de contratos.

Cada contrato dentro do escopo da norma foi avaliado com o intuito de se classificar os grupos conforme as definições do novo normativo. Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos do Grupo e não foi identificado contratos com a possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro, na análise de onerosidade avaliamos indicadores de contratos potencialmente onerosos no reconhecimento inicial, ou seja, se o contrato possuía uma saída líquida de caixa. Além disso, os grupos de contratos do Grupo são segregados por safras anuais.

A seguir apresentamos um resumo dos produtos do Grupo que estão sob o alcance do IFRS 17/CPC 50:

1. A carteira Vida foi dividida em quatro grupos: carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual e Vida em Grupo.
 - (I) Grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro; e
 - (II) Grupos de contratos remanescentes na carteira, se houver.
2. A carteira Risco Previdência contempla produtos que garantem diversificação do nível de tolerância ao risco do negócio da seguradora. Essas agregações são denominadas grupos de contratos. Cada contrato dentro do escopo da norma foi avaliado com o intuito de se classificar os grupos conforme as definições do novo normativo. Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos do Grupo e não foi identificado contratos com a possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro, na análise de onerosidade avaliamos indicadores de contratos potencialmente onerosos no reconhecimento inicial, ou seja, se o contrato possuía uma saída líquida de caixa. Além disso, os grupos de contratos do Grupo são segregados por safras anuais.
3. A seguir apresentamos um resumo dos produtos do Grupo que estão sob o alcance do IFRS 17/CPC 50:
 - (I) A carteira Vida foi dividida em quatro grupos: carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual e Vida em Grupo.
 - (I) Grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro; e
 - (II) Grupos de contratos remanescentes na carteira, se houver.
 2. A carteira Risco Previdência contempla produtos que garantem diversificação do nível de tolerância ao risco do negócio da seguradora. Essas agregações são denominadas grupos de contratos. Cada contrato dentro do escopo da norma foi avaliado com o intuito de se classificar os grupos conforme as definições do novo normativo. Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos do Grupo e não foi identificado contratos com a possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro, na análise de onerosidade avaliamos indicadores de contratos potencialmente onerosos no reconhecimento inicial, ou seja, se o contrato possuía uma saída líquida de caixa. Além disso, os grupos de contratos do Grupo são segregados por safras anuais.

2. A carteira Risco Previdência contempla produtos que garantem diversificação do nível de tolerância ao risco do negócio da seguradora. Essas agregações são denominadas grupos de contratos. Cada contrato dentro do escopo da norma foi avaliado com o intuito de se classificar os grupos conforme as definições do novo normativo. Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos do Grupo e não foi identificado contratos com a possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro, na análise de onerosidade avaliamos indicadores de contratos potencialmente onerosos no reconhecimento inicial, ou seja, se o contrato possuía uma saída líquida de caixa. Além disso, os grupos de contratos do Grupo são segregados por safras anuais.

1. A carteira Risco Previdência contempla produtos que garantem diversificação do nível de tolerância ao risco do negócio da seguradora. Essas agregações são denominadas grupos de contratos. Cada contrato dentro do escopo da norma foi avaliado com o intuito de se classificar os grupos conforme as definições do novo normativo. Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos do Grupo e não foi identificado contratos com a possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro, na análise de onerosidade avaliamos indicadores de contratos potencialmente onerosos no reconhecimento inicial, ou seja, se o contrato possuía uma saída líquida de caixa. Além disso, os grupos de contratos do Grupo são segregados por safras anuais.
2. A carteira Risco Previdência contempla produtos que garantem diversificação do nível de tolerância ao risco do negócio da seguradora. Essas agregações são denominadas grupos de contratos. Cada contrato dentro do escopo da norma foi avaliado com o intuito de se classificar os grupos conforme as definições do novo normativo. Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos do Grupo e não foi identificado contratos com a possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro, na análise de onerosidade avaliamos indicadores de contratos potencialmente onerosos no reconhecimento inicial, ou seja, se o contrato possuía uma saída líquida de caixa. Além disso, os grupos de contratos do Grupo são segregados por safras anuais.

3. A seguir apresentamos um resumo dos produtos do Grupo que estão sob o alcance do IFRS 17/CPC 50:

1. A carteira Vida foi dividida em quatro grupos: carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual e Vida em Grupo.
 - (I) Grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro; e
 - (II) Grupos de contratos remanescentes na carteira, se houver.
2. A carteira Risco Previdência contempla produtos que garantem diversificação do nível de tolerância ao risco do negócio da seguradora. Essas agregações são denominadas grupos de contratos. Cada contrato dentro do escopo da norma foi avaliado com o intuito de se classificar os grupos conforme as definições do novo normativo. Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos do Grupo e não foi identificado contratos com a possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro, na análise de onerosidade avaliamos indicadores de contratos potencialmente onerosos no reconhecimento inicial, ou seja, se o contrato possuía uma saída líquida de caixa. Além disso, os grupos de contratos do Grupo são segregados por safras anuais.

3. A seguir apresentamos um resumo dos produtos do Grupo que estão sob o alcance do IFRS 17/CPC 50:

1. A carteira Vida foi dividida em quatro grupos: carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual e Vida em Grupo.
 - (I) Grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro; e
 - (II) Grupos de contratos remanescentes na carteira, se houver.
2. A carteira Risco Previdência contempla produtos que garantem diversificação do nível de tolerância ao risco do negócio da seguradora. Essas agregações são denominadas grupos de contratos. Cada contrato dentro do escopo da norma foi avaliado com o intuito de se classificar os grupos conforme as definições do novo normativo. Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos do Grupo e não foi identificado contratos com a possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro, na análise de onerosidade avaliamos indicadores de contratos potencialmente onerosos no reconhecimento inicial, ou seja, se o contrato possuía uma saída líquida de caixa. Além disso, os grupos de contratos do Grupo são segregados por safras anuais.

3. A seguir apresentamos um resumo dos produtos do Grupo que estão sob o alcance do IFRS 17/CPC 50:

1. A carteira Vida foi dividida em quatro grupos: carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual e Vida em Grupo.
 - (I) Grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro; e
 - (II) Grupos de contratos remanescentes na carteira, se houver.
2. A carteira Risco Previdência contempla produtos que garantem diversificação do nível de tolerância ao risco do negócio da seguradora. Essas agregações são denominadas grupos de contratos. Cada contrato dentro do escopo da norma foi avaliado com o intuito de se classificar os grupos conforme as definições do novo normativo. Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos do Grupo e não foi identificado contratos com a possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro, na análise de onerosidade avaliamos indicadores de contratos potencialmente onerosos no reconhecimento inicial, ou seja, se o contrato possuía uma saída líquida de caixa. Além disso, os grupos de contratos do Grupo são segregados por safras anuais.

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

seguros substancialmente relacionados a investimentos. Além disso, nesses tipos de contratos, a responsabilidade para com os segurados está vinculada aos itens subjacentes. Itens subjacentes são definidos como itens que determinam alguns dos valores a pagar a um tomador de seguro como, por exemplo, carteira de referência de ativos, ativos líquidos da entidade ou subconjunto específicos dos ativos líquidos da entidade.

Para a carteira de PGBL/VGBL elaboramos um estudo qualitativo e quantitativo que confirmou a classificação destes contratos como contratos de seguros com características de participação direta substancialmente relacionados a um investimento, sendo mensurados pelo modelo VFA.

Além do BBA e do VFA, o IFRS 17/CPC 50 disponibiliza, como forma de simplificar o processo de mensuração, o modelo de alocação de prêmios (PAA). Esse modelo simplificado é aplicável a contratos com limite contratual de um ano ou menos e a contratos para os quais o Grupo, razoavelmente, espera-se que o passivo de cobertura remanescente não difira materialmente daquela sob o BBA. Embora o Grupo não emita contratos de resseguro, esse possui contratos cedidos a resseguradoras e aplica o modelo de mensuração PAA, por esses contratos atenderem os critérios supracitados.

3.13.2.7. Método de mensuração e avaliação dos fluxos de caixa de cumprimento

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um grupo de contratos de seguros como o total:

(I) Dos fluxos de caixa do cumprimento contratual, que compreendem as estimativas dos fluxos de caixa futuros, ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo, e o ajuste de risco não financeiro; e

(II) Da margem de serviço contratual – CSM.

Os fluxos de caixa futuros projetados consideram a expectativa média de entradas e saídas de caixa relacionadas ao grupo de contratos de seguro dentro do limite de cada contrato no grupo em cada data de avaliação. Os principais fluxos considerados nos fluxos de entrada são: as contribuições, os aportes e prêmios; e nos fluxos de saída, os resgates, os benefícios, os sinistros e despesas.

Para a projeção desses fluxos são definidas premissas com base na experiência passada do Grupo e com base em referência e parâmetros de mercado. Dentre as principais premissas utilizadas estão: a taxa de conversão em renda, a taxa de resgate e portabilidade, novas contribuições para planos de previdência, a taxa de cancelamento, a sinistralidade e a taxa de sobrevivência.

O Grupo reconhece a responsabilidade por sinistros incorridos de um grupo de contratos de seguro pelo valor dos fluxos de caixa de cumprimento contratual relacionados a sinistros ocorridos.

Na mensuração subsequente, os fluxos de caixa de cumprimento dos grupos de contratos de seguro são mensurados na data do balanço utilizando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais do ajuste de risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento são reconhecidas como seguem:

(I) Alterações relacionadas aos serviços futuros: ajustadas em relação à CSM;

(II) Alterações relacionadas aos serviços atuais ou passados: reconhecidas na prestação de serviços de seguro com impacto no resultado; e

(III) Efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e mudanças nos fluxos de caixa futuros estimados: reconhecidos como receitas ou despesas financeiras de seguro.

As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento contratual que se referem a serviços futuros compreendem:

(I) Ajustes de experiência decorrentes de prêmios recebidos, relacionados a serviços futuros e respectivos fluxos de caixa;

(II) Mudanças nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente; e

(III) Mudanças no ajuste de risco não financeiro que se relacionam aos serviços futuros.

Na mensuração subsequente, o valor contábil de um grupo de contratos de seguro em cada data base é a soma da responsabilidade pela cobertura remanescente e pelos sinistros incorridos.

(I) O passivo para a cobertura remanescente inclui:

1. Os fluxos de caixa do cumprimento contratual que correspondem os serviços que serão prestados nos termos contratuais em períodos futuros; e

2. Qualquer CSM remanescente nessa data.

(II) O passivo de sinistros incorridos inclui a realização de fluxos de caixa para sinistros incorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros ocorridos, mas não avisados.

3.13.2.8. Taxa de desconto

A taxa de desconto é a taxa utilizada para refletir o valor do dinheiro no tempo. Essa pode ser construída a partir de duas metodologias: *top-down* ou *bottom-up*. A metodologia utilizada pelo Grupo é a *bottom-up*.

O cálculo da taxa de desconto é realizado a partir de uma taxa livre de risco, considera-se a ETTJ prefixada, sobre a qual se acrescenta o prêmio de iliquidez para os grupos de contratos de seguro que não apresentam liquidez elevada. Os efeitos da taxa de desconto são registrados no resultado do exercício.

As taxas de desconto utilizadas pelo Grupo para descontar os fluxos de caixa no fechamento destas Demonstrações são:

	1 ano		3 anos		5 anos		10 anos		20 anos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
BBA	0,84%	1,13%	0,95%	1,12%	0,98%	1,14%	0,97%	1,15%	0,95%	1,15%
VFA	0,76%	1,05%	0,87%	1,05%	0,90%	1,07%	0,90%	1,07%	0,88%	1,07%
PAA	0,76%	1,05%	0,87%	1,05%	0,90%	1,07%	0,90%	1,07%	-	-

(* Os contratos mensurados pelo PAA só possuem saldos maiores que um ano no passivo de sinistros incorridos.

3.13.2.9. Ajuste de Risco não financeiro (RA)

O ajuste de risco não financeiro (RA) é o ajuste feito pelo Grupo na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a compensação que ela exigiria para arcar com o risco da incerteza no valor e tempestividade dos fluxos de caixa decorrentes de riscos não financeiros. O Grupo optou pela metodologia do nível de confiança para todas as carteiras.

A metodologia do nível de confiança é baseada em recalcular os fluxos de caixa do contrato em um cenário de estresse definido. Nesse caso, o ajuste de risco será a diferença entre os fluxos de caixa do seguro no cenário de estresse definido e o fluxo de caixa do seguro no cenário base. O percentil equivalente ao ajuste de risco não financeiro é de 75% para todas as carteiras em todos os períodos apurados.

3.13.2.10. Reconhecimento da margem contratual de seguros (CSM)

A margem contratual de seguros (CSM) de um grupo de contratos de seguro representa o lucro não realizado que o Grupo reconhecerá conforme ocorra a prestação dos serviços. No reconhecimento inicial, o resultado dos nossos fluxos de caixa de cumprimento contratual representou uma entrada líquida, portanto o Grupo não tem contratos onerosos.

O valor da CSM para cada grupo de contratos de seguro deve ser reconhecido no resultado em cada período para refletir a prestação das coberturas dos contratos de seguro. O valor é determinado identificando as unidades de cobertura, alocando à CSM no final do período, igualmente para cada unidade de cobertura fornecida no período corrente e que se espera que seja fornecida no futuro e reconhecendo no resultado o valor alocado a unidades de cobertura fornecidas no período.

Para os grupos de contratos medidos pelo modelo de mensuração geral (BBA) e pelo modelo de taxa variável (VFA), a alocação da CSM é calculada ao longo da vida do grupo de contratos de forma que reflita sistematicamente a transferência dos benefícios do seguro e/ou investimento ao longo de vigência do contrato, levando em consideração os seguintes componentes:

(I) Vida: Capital segurado para contratos com coberturas de capital segurado fixo; Quantidade de ativos para contratos com coberturas de capital variável/vinculado;

(II) Previdência: Acumulação - saldo acumulado; concessão - renda; pecúlio e renda.

O Grupo aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar as coberturas de contratos de seguros prestados para cada grupo de contratos e, portanto, as unidades de cobertura. As unidades de cobertura são revisadas e atualizadas a cada data de balanço.

A CSM em cada data base é o valor contábil no início do exercício, ajustado por:

(I) CSM de novos contratos que sejam adicionados ao grupo no exercício;

(II) Juros acumulados sobre o valor contábil da CSM durante o exercício;

(III) Mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento contratual relacionados a serviços futuros; e

(IV) O valor reconhecido como receita de seguro em função dos serviços prestados no exercício.

3.13.2.11. Abordagem de transição

Segundo o IFRS 17/CPC 50, a entidade deve aplicar a abordagem retrospectiva total para os grupos de contratos de seguro na data de transição, a menos que essa seja impraticável. Nesse caso, a entidade necessita escolher entre a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem ao valor justo. Entretanto, caso a entidade não possua informações razoáveis e sustentáveis para mensurar os contratos a partir da abordagem retrospectiva modificada, ela deve, obrigatoriamente, utilizar a abordagem ao valor justo.

O Grupo determinou que a abordagem retrospectiva completa foi adotada para contratos de seguros que serão mensurados de acordo com o PAA, correspondente à carteira: Resseguro Mantido.

Para os contratos mensurados pelo BBA e VFA, o Grupo utilizou a abordagem de transição ao valor justo para os contratos nas carteiras: Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual, Vida em Grupo, PGVL/VGBL e Risco Previdência.

A decisão de utilizar a abordagem ao valor justo foi baseada na indisponibilidade de informações na granularidade necessária para a utilização da abordagem de transição retrospectiva completa nessas carteiras.

Sob a abordagem ao valor justo, a margem contratual de seguros (CSM) na data de transição representa a diferença entre o valor justo determinado pelo Grupo e os fluxos de caixa de cumprimento, que são uma estimativa ajustada ao risco, explícita, imparcial e ponderada pela probabilidade do valor presente dos fluxos de caixa futuros que surgirão à medida que a entidade cumprir os contratos.

3.13.2.12. Reconhecimento da receita de seguros

O Grupo emite contratos de seguros e no reconhecimento da receita proveniente desses contratos, reduz seu passivo de cobertura remanescente (LRC) e reconhece a receita de seguros, que é mensurada pelo valor que o Grupo espera receber em troca da prestação das coberturas dos contratos de seguro.

Para grupos de contratos de seguro mensurados pelo modelo de mensuração geral (BBA) e pelo modelo de taxa variável (VFA), a receita de seguros é composta pela soma das mudanças no LRC devido a:

(I) Despesas com cobertura de seguros incorridas no período;

(II) Mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro;

(III) O valor a ser liberado da margem contratual de seguros (CSM) pelas coberturas prestadas no período; e

(IV) Outros valores, como ajustes de experiência para recebimentos de prêmios, sinistros e despesas relacionados ao período atual ou passado, se houver.

A receita de seguros também inclui a parcela de prêmios relacionada à recuperação dos fluxos caixa de aquisição de seguros incluídos nas despesas com cobertura de seguros em cada período. Ambos os valores são medidos de forma sistemática com base na passagem do tempo.

Aplicar o modelo de alocação de prêmios (PAA), o Grupo mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no período de relatório para o Grupo; mais qualquer ajuste ao componente de financiamento, quando aplicável; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no período; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, o Grupo estima a LIC como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

3.13.2.13. Despesas de contratos de seguro e resseguro

As despesas com cobertura de seguros decorrentes de um grupo de contratos de seguro emitidos são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas, compreendendo os seguintes itens:

(I) Alterações nas estimativas do passivo de sinistros incorridos (LIC - *Liability for Incurred Claims*) relacionadas a sinistros e despesas incorridas no período, excluindo o reembolso de componentes de investimento;

(II) Alterações nas estimativas do passivo de sinistros incorridos (LIC) relacionadas a sinistros e despesas incorridas em períodos anteriores, relacionadas a coberturas passadas;

(III) Outras despesas de cobertura de seguro diretamente atribuíveis incorridas no período;

(IV) Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros;

(V) Componente de perda de grupos onerosos de contratos inicialmente reconhecidos no período; e

(VI) Mudanças no passivo de cobertura remanescente (LRC) relacionadas a cobertura futura que não ajustam a margem contratual de seguros (CSM), pois são mudanças no componente de perda nos grupos de contratos onerosos.

As despesas líquidas com contratos de resseguro compreendem alocação de prêmios de resseguro pagos deduzidos dos valores recuperados junto às resseguradoras. O Grupo reconhece uma alocação de prêmios de resseguro pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de resseguro. Para esses contratos que são mensurados pelo modelo PAA, a alocação de prêmios de resseguro pagos por cada período é o valor dos pagamentos esperados de prêmios referentes ao recebimento dos serviços prestado.

3.13.2.14. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras de seguros compreendem as variações nos valores contábeis dos contratos de seguro e resseguro dos efeitos do valor do dinheiro no tempo e do risco financeiro.

Para as carteiras mensuradas de acordo com o modelo de mensuração geral (BBA) e de alocação de prêmios (PAA), o Grupo optou pela desagregação das receitas e despesas financeiras de seguros em valores apresentados no resultado do período e valores apresentados em resultados abrangentes, segundo o IFRS 17/CPC 50.

Os valores apresentados em resultados abrangentes são aqueles decorrentes da diferença entre o fluxo de cumprimento contratual descontado a valor presente pela taxa corrente e o mesmo fluxo descontado pela taxa do reconhecimento inicial do grupo de contratos de seguro.

3.13.15. Representação para fins de comparabilidade

Segundo o IASB/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a entidade deve alterar sua política contábil resultante da adoção de novo pronunciamento contábil. O IFRS 17/CPC 50 traz como regra de transição a aplicação retrospectiva dos seus efeitos, dessa forma, apresentamos a seguir a reconciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado com os efeitos da adoção inicial:

	Consolidado		
	Saldo em 01/01/2022	Efeitos do IFRS 17/CPC 50	Saldo em 01/01/2022 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	3.091.997	(70.840)	3.021.157
Disponível:	48.538	-	48.538
Caixa e bancos	4.523	-	4.523
Equivalentes de caixa	44.015	-	44.015
Aplicações financeiras	2.882.834	-	2.882.834
Créditos das operações com seguro e resseguro:	45.796	(45.796)	-
Prêmios a receber	26.862	(26.862)	-
Operações com seguradoras	9.487	(9.487)	-
Operações com resseguradoras	9.447	(9.447)	-
Créditos das operações com previdência complementar	70	(70)	-
Provisões técnicas – ativos de resseguro	9.389	(9.389)	-
Custos de aquisição diferidos:	31.710	(31.710)	-
Seguros	31.676	(31.676)	-
Previdência	34	(34)	-
Ativos de contratos de resseguro	-	16.125	16.125
Ativos financeiros – capitalização	17	-	17
Outros créditos operacionais	66.450	-	66.450
Títulos e créditos a receber:	7.191	-	7.191
Títulos e créditos a receber	1.803	-	1.803
Créditos tributários e previdenciários	5.388	-	5.388
Despesas antecipadas	2	-	2
Não circulante	811.064	(34.862)	776.202
Aplicações financeiras	748.770	-	748.770
Provisões técnicas – ativos de resseguro	3.347	(3.347)	-
Custos de aquisição diferidos:	31.515	(31.515)	-
Seguros	31.439	(31.439)	-
Previdência	76	(76)	-
Títulos e créditos a receber:	26.744	-	26.744
Créditos tributários e previdenciários	15.294	-	15.294
Depósitos judiciais e fiscais	11.450	-	11.450
Outros valores e bens	448	-	448
Imobilizado	231	-	231
Intangível	9	-	9
Total do ativo	3.903.061	(105.702)	3.797.359

	Consolidado		
	Saldo em 01/01/2022	Efeitos do IFRS 17/CPC 50	Saldo em 01/01/2022 (Reapresentado)
Passivo			
Circulante	1.795.464	(133.251)	1.662.213
Contas a pagar:	75.778	(1.815)	73.963
Obrigações a pagar	67.171	-	67.171
Impostos e encargos sociais a recolher	3.111	-	3.111
Impostos e contribuições	5.496	(1.815)	3.681
Débitos das operações com seguros e resseguros:	40.553	(40.553)	-
Prêmios a restituir	-	-	-
Operações com seguradoras e resseguradoras	10.639	(10.639)	-
Corretores de seguros e resseguros	29.914	(29.914)	-
Débitos das operações com previdência complementar	156	(156)	-
Provisões técnicas – seguros	640.701	(640.701)	-
Provisões técnicas – previdência complementar	42.096	(42.096)	-
Passivos de contratos de seguro	-	592.070	592.070
Passivos financeiros – capitalização	826	-	826
Depósitos de terceiros	1.471	-	1.471
Passivos financeiros atuariais – capitalização	993.201	-	993.201
Outros débitos	682	-	682
Não circulante	1.861.672	(39.589)	1.822.083
Contas a pagar:	9.351	-	9.351
Outras contas a pagar – obrigações fiscais	9.351	-	9.351
Provisões técnicas – seguros	1.712.911	(1.712.911)	-
Provisões técnicas – previdência complementar	138.989	(138.989)	-
Passivos de contratos de seguro	-	1.767.552	1.767.552
Outros débitos – provisões judiciais	421	-	421
Tributos diferidos	-	44.759	44.759
Patrimônio líquido	245.925	67.138	313.063
Capital social	91.024	-	91.024
Reserva de lucros	162.033	67.138	229.171
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.132)	-	(7.132)
Total do passivo e patrimônio líquido	3.903.061	(105.702)	3.797.359

Abaixo demonstramos os efeitos de reapresentação em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2022	Efeitos do IFRS 17/CPC 50	Saldo em 31/12/2022 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	4.669.901	(70.960)	4.598.941
Disponível:	28.571	-	28.571
Caixa e bancos	13.934	-	13.934
Equivalentes de caixa	12.637	-	12.637
Aplicações financeiras	4.534.491	-	4.534.491
Créditos das operações com seguro e resseguro:	48.477	(48.477)	-
Prêmios a receber	29.001	(29.001)	-
Operações com seguradoras	7.404	(7.404)	-
Operações com resseguradoras	12.072	(12.072)	-
Créditos das operações com previdência complementar	82	(82)	-
Provisões técnicas – ativos de resseguro	8.797	(8.797)	-
Custos de aquisição diferidos:	30.800	(30.800)	-
Seguros	30.763	(30.763)	-
Previdência	37	(37)	-
Ativos de contratos de resseguro	-	17.196	17.196
Ativos financeiros – capitalização	34	-	34
Outros créditos operacionais	13.131	-	13.131
Títulos e créditos a receber:	6.692	-	6.692
Títulos e créditos a receber	2.168	-	2.168
Créditos tributários e previdenciários	4.422	-	4.422
Outros créditos a receber	82	-	82
Despesas antecipadas	826	-	826
Não circulante	474.580	(33.739)	440.841
Aplicações financeiras	410.106		

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2022	Efeitos do IFRS 17/CPC 50	Saldo em 31/12/2022 (Reapresentado)
Prêmios ganhos	691.552	(691.552)	-
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	339.637	(339.637)	-
Receita de contratos de seguro	-	660.565	660.565
Receita de contratos de seguro	1.031.189	(307.624)	(660.565)
Sinistros ocorridos	(161.599)	161.599	-
Varição de outras provisões técnicas	(339.981)	339.981	-
Custo de aquisição	(237.985)	237.985	-
Outras receitas/(despesas) operacionais	(16.144)	16.144	-
Despesas de contratos de seguro	-	(496.538)	(496.538)
Despesas de contratos de seguro	(755.709)	259.171	(496.538)
Resultado com operações de resseguro	(229)	229	-
Receita/(despesas) líquidas com contratos de resseguro	-	-	918
Receita/(Despesas) de contratos de resseguro	(229)	1.147	918
Resultado de contratos de seguro e resseguro	275.251	(110.306)	164.945
Receita líquida com títulos de capitalização	109.941	-	109.941
Resultado com sorteios	(17.974)	-	(17.974)
Custo de aquisição	(28.235)	-	(28.235)
Outras receitas/(despesas) operacionais de capitalização	14.597	-	14.597
Resultado com operações de capitalização	78.329	-	78.329
Resultado financeiro	97.633	(97.633)	-
Receita/(despesas) financeiras líquidas de contratos de seguro	-	4.196	4.196
Receita/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	-	(1.872)	(1.872)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas	-	77.263	77.263
Resultado financeiro líquido	97.633	(18.046)	79.587
Despesas administrativas	(194.583)	104.423	(90.160)
Despesas com tributos	(37.813)	37.813	-
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	(15.973)	(15.973)
Resultado operacional	218.817	(2.089)	216.728
Ganhos/(perdas) com ativos não correntes	307	-	307
Resultado antes dos tributos	219.124	(2.089)	217.035
Imposto de renda e contribuição social corrente	(87.462)	-	(87.462)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	836	836
Lucro líquido do exercício	131.662	(1.253)	130.409

3.14. Informações por linhas de negócio operacionais

O Grupo oferece produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil, predominantemente na região sul. Embora não haja uma obrigação regulatória de divulgar informações por segmento de acordo com o IFRS 8/CPC 22, o Grupo optou por estruturar suas operações comerciais com base nesse referencial. Tal decisão visa adequar suas linhas de negócio operacionais por meio de critérios qualitativos e quantitativos, levando em consideração as semelhanças entre os serviços e produtos oferecidos. Isso possibilita a determinação de segmentos reportáveis que melhor refletem a estrutura e a diversidade das atividades do Grupo:

- (I) Vida: considera os produtos das carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual, Vida em Grupo e Resseguro (nota 3.13.3);
- (II) Previdência: considera os produtos das carteiras PGBL/VGBL e Risco Previdência (nota 3.13.3);
- (III) Capitalização: considera os produtos da carteira de capitalização de pagamento único (PU) e mensal (PM); e
- (IV) Outros: considera os ativos, passivos, receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização.

O detalhamento está apresentado na nota explicativa nº 21.

4. Gestão de riscos

Em decorrência da natureza do negócio em que o Grupo atua, existe uma exposição natural a riscos específicos. Por essa razão, há a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado.

Apesar dos riscos como quaisquer efeitos de insegurança nos seus objetivos, o Grupo adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. Com o propósito de desenvolver um modelo eficaz de gestão desses riscos, alinhada às melhores práticas de mercado, o Grupo dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio desses que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- (I) Primeira linha de defesa: composta pelas áreas que executam as atividades relacionadas as entregas de produtos e serviços do Grupo, incluindo aquelas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos;
- (II) Segunda linha de defesa: composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo; e
- (III) Terceira linha de defesa: composta pela área de auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas supracitadas.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o comitê de gestão de risco, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o apetite ao risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas do Grupo, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, a determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos do Grupo tem por objetivo dar suporte na venda e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Ao controlar o risco de subscrição com políticas, regras e diretrizes existentes, o Grupo visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como estratégias de transferência de risco.

O Grupo subscrive seguros, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, visando obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para as carteiras, é adotada política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. Destaca-se que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos nos quais são formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, o Grupo cede riscos por meio de contratos de resseguro para limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre conforme a política de resseguro e diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo possui contratos de resseguro específicos.

4.1.1. Principais riscos associados aos seguros de vida

Os principais riscos associados aos seguros de pessoas são: risco de mortalidade; de morbidade e de invalidez. Eles representam desafios significativos e tem implicações financeiras substanciais e podem afetar diretamente a saúde financeira e a solidez do Grupo. A seguir, verifica-se uma análise dos riscos associados a esses eventos e as estratégias de mitigação adotadas pelo Grupo:

- (I) Risco de mortalidade: refere-se à probabilidade de um segurado falecer durante o período de cobertura estabelecido. Esse é um risco relevante, pois pode impactar diretamente as obrigações futuras do Grupo;
- (II) Risco de morbidade: refere-se à probabilidade de um segurado apresentar alguma doença ou lesão durante o período de cobertura, resultando em custos médicos e/ou incapacidade laboral; e
- (III) Risco de invalidez: refere-se à probabilidade de um segurado se tornar incapacitado permanentemente e de exercer atividades laborais devido à doença ou lesão, resultando em perda de renda e necessidade de benefícios por incapacidade.

- Dentre as estratégias para a mitigação dos riscos adotadas pelo Grupo, cita-se:
 - a) A diversificação da carteira a fim de mitigar a exposição a riscos concentrados, ao diversificar por idade, sexo, histórico médico e outras características a ampla base de segurados;
 - b) As reavaliações atuariais periódicas para atualização de premissas a fim de refletir com precisão as tendências das carteiras do Grupo;
 - c) A adoção de contratos de resseguro com a finalidade de transferir parte dos riscos supracitados para limitar a exposição financeira do Grupo a eventos extremos; e
 - d) A adequação do passivo para cobrir as obrigações futuras relacionadas a benefícios por morte e invalidez, levando em consideração os custos de indenizações e despesas administrativas.

4.1.2. Principais riscos associados aos planos de previdência

Os principais riscos associados aos planos de previdência que oferecem coberturas por sobrevivência (PGBL/VGBL) e de risco por morte e invalidez (Risco Previdência) são: risco biométrico, comportamental e de mercado.

- A seguir, verifica-se uma análise dos riscos associados a esses eventos e as estratégias de mitigação adotadas pelo Grupo:
 - (I) Risco biométrico: refere-se à ocorrência de desvios entre as hipóteses demográficas utilizadas nas avaliações atuariais como, as probabilidades de mortalidade, invalidez e morbidade e as ocorrências efetivas nos planos de previdência complementar;
 - (II) Risco comportamental: refere-se quanto à experiência de persistência do participante. Um elevado nível de desistência pode impactar significativamente o resultado do Grupo; e
 - (III) Risco de mercado: refere-se às flutuações do mercado financeiro que podem prejudicar os produtos com garantia de rentabilidade pré-estabelecida.

- Dentre as estratégias para a mitigação dos riscos adotadas pelo Grupo, cita-se:
 - a) A diversificação da carteira a fim de mitigar a exposição a riscos concentrados;
 - b) As reavaliações atuariais periódicas para atualização de premissas a fim de refletir com precisão as tendências das carteiras do Grupo;
 - c) Utilização de tábuas biométricas atualizadas periodicamente para acompanhar a evolução da experiência de mortalidade do mercado segurador;
 - d) A adoção de contratos de resseguro com finalidade de transferir parte dos riscos supracitados para limitar a exposição financeira do Grupo a eventos extremos; e
 - e) A adequação do passivo para cobrir as obrigações futuras relacionadas aos benefícios, levando em consideração os pagamentos desses e despesas administrativas.

4.1.3. Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir analisam como o resultado e o patrimônio líquido teriam aumentado ou diminuído se as mudanças nas variáveis dos riscos de subscrição e de mercado, que eram razoavelmente possíveis na data das Demonstrações, tivessem ocorrido. A análise apresenta as sensibilidades tanto antes como após a mitigação do risco através de resseguro e assume que todas as outras variáveis se mantenham constantes:

Variáveis	Premissas	Consolidado			
		31/12/2023		Patrimônio líquido	
		Resultado	Líquido	Bruto	Líquida
Sinistralidade	Aumento de 5%	(5.756)	(4.925)	6.163	5.332
Sinistralidade	Redução de 5%	5.756	4.925	(5.936)	(5.104)
Longevidade	Aumento de 10%	(129)	(129)	129	129
Longevidade	Redução de 10%	148	148	(148)	(148)
Taxa de juros	Aumento de 1%	(546)	(546)	(282)	(282)
Taxa de juros	Redução de 1%	530	530	490	490
Conversão em renda	Aumento de 5%	277	277	(277)	(277)
Conversão de renda	Redução de 5%	(270)	(270)	270	270

Variáveis	Premissas	Consolidado			
		31/12/2022		Patrimônio líquido	
		Resultado	Líquido	Bruto	Líquida
Sinistralidade	Aumento de 5%	(6.462)	(5.373)	5.937	4.848
Sinistralidade	Redução de 5%	6.461	5.373	(5.934)	(4.845)
Longevidade	Aumento de 10%	(796)	(796)	796	796
Longevidade	Redução de 10%	878	878	(878)	(878)
Taxa de juros	Aumento de 1%	318	318	(616)	(616)
Taxa de juros	Redução de 1%	(357)	(357)	784	784
Conversão em renda	Aumento de 5%	955	955	(955)	(955)
Conversão de renda	Redução de 5%	(955)	(955)	955	955

4.2. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência do descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com o Grupo, bem como à desvalorização de contratos, decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte.

4.2.1. Principais riscos associados as aplicações financeiras

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos através de política de investimento do Grupo. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em investimentos de alto e baixo risco, conforme classificação nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de risco como *Standard & Poor's*, *Fitch* e *Moody's*. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências consideradas, essa será apontada, automaticamente, como de alto risco.

Em 31 de dezembro de 2023, R\$1.528.081 / 93,38% (R\$1.399.433 / 94,48% em 31 de dezembro de 2022) estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos de menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo a melhores práticas de mercado. O volume em aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$95.230 (R\$77.988 em 31 de dezembro de 2022).

O Grupo não possui aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida, ou seja, sem garantias contratuais, o risco de crédito é do participante do plano. Em 31 de dezembro de 2023, o volume dessas aplicações em fundos exclusivos era de R\$5.493.673 (R\$3.476.061 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, as quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizaram R\$2.661 (R\$3.752 em 31 de dezembro de 2022). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos a suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

4.2.2. Principais riscos associados ao resseguro

Apesar das exigências definidas pela legislação vigente para a compra de resseguro no Brasil, o Grupo adota procedimentos criteriosos na escolha das resseguradoras que participam do seu programa de resseguro, conforme procedimentos e requisitos definidos na sua política de resseguro.

Observa-se, também, que o Grupo possui estudo específico sobre a redução ao valor recuperável de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com resseguradoras, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito.

O Grupo opera contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, automáticos ou facultativos. O principal contrato de resseguro é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado as carteiras de Vida em Grupo e Vida Individual, bem como a carteira de Risco Previdência.

Abaixo, demonstra-se a exposição ao risco de crédito em operações de resseguro:

Tipo ressegurador	Rating	Consolidado			
		31/12/2023		31/12/2022	
		Exposição (R\$)	Exposição (%)	Exposição (R\$)	Exposição (%)
Admitida	A+ pela <i>Standard & Poor's</i>	-	-	9	0,04
Admitida	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	8.335	36,65	4.679	18,32
Eventual	A+ pela <i>Standard & Poor's</i>	11	0,05	11	0,04
Eventual	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	380	1,67	1.585	6,21
Local	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	5.786	25,44	12.401	48,56
Local	A- pela <i>A. M. Best Company</i>	2.697	11,86	4.778	18,71
Local	B++ pela <i>A. M. Best Company</i>	5.536	24,34	2.072	8,11
Total		22.745	100,00	25.535	100,00

4.3. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros de mercado dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo, uma vez que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamento de montantes, prazos e indexadores.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida, o risco de mercado é do participante do plano.

4.3.1. Análise de sensibilidade

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* – VaR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado período dada uma probabilidade de ocorrência.

O Grupo realiza análises periódicas de suas carteiras de investimentos com o intuito de avaliar as suas volatilidades, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

As análises de sensibilidade das aplicações financeiras são elaboradas levando em consideração:

- (I) VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em determinado período. O período do VaR é de um mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas – EWMA para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco.
 - (II) *Dollar Value One Basis Point* – DV01: medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de *basis point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.
- No quadro a seguir são apresentadas:
- a) A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico;
 - b) A perda com a oscilação de um *basis point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01; e
 - c) O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

Fatores de risco	DV01	31/12/2023		31/12/2022				
		EWMA	VaR	EWMA	VaR			
Pré-fixado – DI	(39)	0,95	4.072	188.733	(46)	0,95	4.358	181.045
Taxa referencial	-	0,95	-	-	-	0,95	-	-
IGPM	-	0,95	-	-	-	0,95	-	-
IPCA	(160)	0,95	8.972	573.081	(27)	0,95	1.799	114.179
Ações	-	0,95	-	-	-	0,95	-	-

4.4. Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de o Grupo não responder aos seus compromissos de pagamento em função do descasamento de prazo entre seus ativos ou passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez desses no mercado. A administração do Grupo possui visibilidade diária da carteira e, periodicamente, realiza ajustes na posição dos investimentos, para adequar essa com a demanda de liquidez de cada companhia do Grupo.

Os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características do Grupo. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio da metodologia *Assets and Liabilities Management* – ALM em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em Comitê de Investimentos.

As tabelas a seguir demonstram os principais ativos e passivos financeiros do Grupo, segregados por prazo, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	31/12/2023			
	Até 1 ano	1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Ativo:	1.206.908	1.187.547	4.778.875	7.173.330
Caixa e bancos	8.053	-	-	8.053
Equivalentes de caixa	34.787	-	-	34.787
Aplicações financeiras	1.142.406	1.163.577	4.778.875	7.084.858
Ativos de contratos de resseguro	14.684	-	-	14.684
Ativos financeiros - capitalização	53	-	-	53
Títulos e créditos a receber	6.925	23.970	-	30.895
Passivo:	487.777	339.117	402.438	1.229.332
Contas a pagar	61.438	11.971	-	73.409
Passivos financeiros - capitalização	2.147	-	-	2.147
Passivos financeiros atuariais - capitalização	424.019	327.146	402.438	1.153.603
Depósitos de terceiros	173	-	-	173

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

	Consolidado			
	31/12/2022			
	Até 1 ano	1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Ativo:	994.484	673.525	3.357.467	5.025.476
Caixa e bancos	13.934	-	-	13.934
Equivalentes de caixa	12.637	-	-	12.637
Aplicações financeiras	943.991	643.139	3.357.467	4.944.597
Ativos financeiros - capitalização	34	-	-	34
Ativos de contratos de resseguro	17.196	-	-	17.196
Títulos e créditos a receber	6.692	30.386	-	37.078
Passivo:	485.914	296.055	331.383	1.113.352
Contas a pagar	47.652	10.934	-	58.586
Passivos financeiros - capitalização	2.500	-	-	2.500
Passivos financeiros atuariais - capitalização	435.718	285.121	331.383	1.052.222
Depósitos de terceiros	44	-	-	44

As tabelas a seguir fornecem uma análise de vencimento dos contratos de seguro do Grupo, refletindo as datas em que os fluxos de caixa futuros são esperados:

	Consolidado				
	31/12/2023				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Acima de 5 anos
Total	1.813.170	550.614	479.214	417.242	2.129.645

	Consolidado				
	31/12/2022				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Acima de 5 anos
Total	1.300.241	432.117	363.398	288.829	1.044.931

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no vencimento não representa risco.

4.5. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal e o risco de compliance.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica à utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de controles internos. O gestor de risco reporta esses resultados a diretoria e ao conselho de administração, caso necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializam ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas no Grupo e identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica do Grupo, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais.

Para os riscos de compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo possui uma estrutura de compliance, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.6. Risco estratégico

Os riscos estratégicos são parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, avaliadas e tratadas conforme os níveis de criticidade apontados.

4.7. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar, significativamente, o seu negócio. Para tanto, esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e a SUSEP.

5. Equivalente de caixa e aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, a composição da carteira de ativos financeiros contempla os investimentos financeiros classificados como "Equivalentes de caixa" no valor de R\$34.787 (R\$12.637 em 31 de dezembro de 2022). A seguir, a abertura carteira por categoria de mensuração:

5.1. Ao custo amortizado

A Companhia não possui aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado. A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado para o consolidado:

	Consolidado			
	Taxas contratadas	Vencimento	31/12/2023	
			Valor contábil	Valor justo
Fundos exclusivos:			232.335	215.428
Notas do Tesouro Nacional – PRE	6,63%	Em até 5 anos	232.335	215.428
Total			232.335	215.428
Circulante			-	-
Não circulante			232.335	215.428

	Consolidado			
	Taxas contratadas	Vencimento	31/12/2022	
			Valor contábil	Valor justo
Fundos exclusivos:			237.636	198.817
Notas do Tesouro Nacional – PRE	6,62%	Em até 5 anos	237.636	198.817
Total			237.636	198.817
Circulante			-	-
Não circulante			237.636	198.817

5.2. Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

A Companhia não possui aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes para o consolidado:

	Consolidado			
	Taxas contratadas	Vencimento	31/12/2023	
			Valor contábil	Valor de curva
Fundos exclusivos:			615.367	622.314
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 4,94%		535.853	536.767
Notas do Tesouro Nacional – PRE	6,70%		79.514	85.547
Total			615.367	622.314
Circulante			83.035	84.708
Não circulante			532.332	537.606

	Consolidado			
	Taxas contratadas	Vencimento	31/12/2022	
			Valor contábil	Valor de curva
Fundos exclusivos:			172.245	195.439
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 3,20%		79.017	82.971
Notas do Tesouro Nacional – PRE	6,77%		93.228	112.468
Total			172.245	195.439
Circulante			-	-
Não circulante			172.245	195.439

	Consolidado			
	Taxas contratadas	Vencimento	31/12/2022	
			Valor contábil	Valor de curva
Fundos exclusivos:			172.245	195.439
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA + 3,20%		79.017	82.971
Notas do Tesouro Nacional – PRE	6,77%		93.228	112.468
Total			172.245	195.439
Circulante			-	-
Não circulante			172.245	195.439

Vencimento em até um ano 83.035 -

Vencimento em até cinco anos 507.371 152.400

Vencimento acima de cinco anos 24.961 19.845

Total 615.367 172.245

5.3. Ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio do Resultado:

	Controladora				Consolidado	
	Taxas contratadas	31/12/2023		31/12/2023		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Fundos exclusivos:				6.234.495	6.234.495	
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)	-	-	-	5.493.673	5.493.673	
Letras do Tesouro Nacional	Selic	-	-	643.786	643.786	
Notas do Tesouro Nacional	IPCA + 2,91%	-	-	36.593	36.593	
Operações compromissadas	Selic	-	-	60.443	60.443	
Fundos não exclusivos	-	1.585	1.585	2.661	2.661	
Fundos não exclusivos – bloqueio judicial	-	-	-	-	-	
Operações compromissadas	Selic	-	-	34.787	34.787	
Total		1.585	1.585	6.271.943	6.271.943	
Circulante		1.585	1.585	6.271.943	6.271.943	
Não circulante		-	-	-	-	

	Controladora				Consolidado	
	Taxas contratadas	31/12/2022		31/12/2022		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Fundos exclusivos:				4.530.964	4.530.964	
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)	-	-	-	3.476.061	3.476.061	
Letras do Tesouro Nacional	Selic	-	-	954.685	954.685	
Notas do Tesouro Nacional	IPCA + 2,90%	-	-	34.867	34.867	
Operações compromissadas	Selic	-	-	65.351	65.351	
Fundos não exclusivos		2.799	2.799	3.527	3.527	
Fundos não exclusivos – bloqueio judicial		-	-	225	225	
Operações compromissadas	Selic	-	-	12.637	12.637	
Total		2.799	2.799	4.547.353	4.547.353	
Circulante		2.799	2.799	4.547.128	4.547.128	
Não circulante		-	-	225	225	

	Controladora				Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	
					Valor contábil	Valor justo
Sem vencimento	1.585	2.799	5.496.334	3.479.813		
Vencimento em até um ano	-	-	190.640	264.645		
Vencimento em até cinco anos	-	-	584.969	756.735		
Vencimento acima de cinco anos	-	-	-	46.160		
Total	1.585	2.799	6.271.943	4.547.353		

5.4. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	Controladora	
	Ao VJR	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	32	32
(+) Aplicações	97.884	97.884
(-) Resgates	(96.814)	(96.814)
(+) Rendimentos	1.697	1.697
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.799	2.799
(+) Aplicações	60.000	60.000
(-) Resgates	(61.705)	(61.705)
(+) Rendimentos	491	491
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.585	1.585

	Consolidado			
	Ao custo amortizado	Ao VJORA	Ao VJR	Total
				31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro de 2022	427.470	349.132	2.899.017	3.675.619
(+) Aplicações	-	146.620	2.814.978	2.961.598
(-) Resgates	(209.841)	(352.791)	(1.577.917)	(2.140.549)
(+) Rendimentos	20.007	40.591	411.275	471.873
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(11.307)	-	(11.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	237.636	172.245	4.547.353	4.957.234
(+) Aplicações	-	871.820	3.649.111	4.520.931
(-) Resgates	(19.963)	(467.692)	(2.579.554)	(3.067.209)
(+) Rendimentos	14.662	22.746	655.033	692.441
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	16.248	-	16.248
Saldo em 31 de dezembro de 2023	232.335	615.367	6.271.943	7.119.645

5.5. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas aos instrumentos financeiros derivativos são realizadas por meio de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e visam a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco de exposição desses ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. A Controladora não possui instrumentos financeiros derivativos.

	Consolidado				
	31/12/2023				
	Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade
	DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	1.410
	Exposição (notional) total 106.792				

	Consolidado				
	31/12/2022				
	Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade
	DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	1.790
	Exposição (notional) total 111.369				

5.6. Determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições.

Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

(I) Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio de que as partes são independentes.

(II) Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	Controladora						
	Ao VJR:	31/12/2023			31/12/2022		
		Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos não exclusivos	-	1.585	1.585	-	2.799	2.799	
Total	-	1.585	1.585	-	2.799	2.799	

	Consolidado						
	Ao custo amortizado:	31/12/2023			31/12/2022		
		Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos:	232.335	-	232.335	237.636	-	237.636	
Notas do Tesouro Nacional – PRE	232.335	-	232.335	237.636	-	237.636	
Ao VJORA:	615.367	-	615.367	172.245	-	172.245	
Fundos exclusivos:	615.367	-	615.367	172.245	-	172.245	

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

	Consolidado		
	31/12/2023		
	Passivo de cobertura remanescente	Passivo de sinistros incorridos	Total
	Excluindo componente de perda		
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2023	15.192	115.663	130.855
Circulante	3.556	27.073	30.629
Não circulante	11.636	88.590	100.226
Receita de seguros:	(610.182)	-	(610.182)
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(345.993)	-	(345.993)
Outros contratos	(264.189)	-	(264.189)
Despesas de contratos de seguro:	126.421	237.165	363.586
Sinistros e outras despesas incorridas	-	129.643	129.643
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	126.421	-	126.421
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	-	107.522	107.522
Resultado de contratos de seguro	(483.761)	237.165	(246.596)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	7.988	8.616	16.604
Total das variações na demonstração de resultado	(475.773)	245.781	(229.992)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro - ORA	(2.268)	2.565	297
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	(478.041)	248.346	(229.695)
Fluxos de caixa:	486.550	(266.350)	220.200
Prêmios recebidos	704.338	-	704.338
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(217.788)	-	(217.788)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	-	(266.350)	(266.350)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2023	23.701	97.659	121.360
Circulante	4.892	20.159	25.051
Não circulante	18.809	77.500	96.309

	Consolidado		
	31/12/2022		
	Passivo de cobertura remanescente	Passivo de sinistros incorridos	Total
	Excluindo componente de perda		
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2022	(19.802)	131.777	111.975
Circulante	(4.969)	33.065	28.096
Não circulante	(14.833)	98.712	83.879
Ajuste ao valor justo do passivo de sinistros incorridos (*)	-	1.216	1.216
Receita de seguros:	(645.041)	-	(645.041)
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(513.877)	-	(513.877)
Outros contratos	(131.164)	-	(131.164)
Despesas de contratos de seguro:	177.960	307.676	485.636
Sinistros e outras despesas incorridas	-	127.563	127.563
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	177.960	-	177.960
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	-	180.113	180.113
Resultado de contratos de seguro	(467.081)	307.676	(159.405)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	6.704	9.118	15.822
Total das variações na demonstração de resultado	(460.377)	316.794	(143.583)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro - ORA	1.082	(2.134)	(1.052)
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	(459.295)	314.660	(144.635)
Fluxos de caixa:	494.289	(330.774)	163.515
Prêmios recebidos	712.096	-	712.096
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(217.807)	-	(217.807)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	-	(330.774)	(330.774)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 dezembro de 2022	15.192	115.663	130.855
Circulante	3.556	27.073	30.629
Não circulante	11.636	88.590	100.226

(*) Diferença referente ao valor do passivo de sinistros incorridos no fluxo do modelo geral em comparação com o fluxo ao valor justo, considerando um cenário de estresse.

6.1.2. Movimentação de contratos de seguro por componente de mensuração

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação dos saldos iniciais e finais do passivo líquido de contratos de seguros mensurados pelo BBA por componente de mensuração:

	Consolidado				
	31/12/2023				
	Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	CSM		Total
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo			Outros contratos		
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2023	(10.702)	19.483	74.168	47.906	130.855
Circulante	(2.505)	4.560	17.360	11.214	30.629
Não circulante	(8.197)	14.923	56.808	36.692	100.226
Variações relacionadas aos serviços atuais:	(207.017)	(19.893)	(80.554)	(46.654)	(354.118)
CSM reconhecida	-	-	(80.554)	(46.654)	(127.208)
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	-	(12.183)	-	-	(12.183)
Ajustes de experiência	(207.017)	(7.710)	-	-	(214.727)
Variações relacionadas aos serviços futuros:	(97.927)	5.884	53.379	38.664	-
Variações das estimativas que ajustam a CSM	(37.284)	1.268	53.379	(17.363)	-
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(60.643)	4.616	-	56.027	-
Variações relacionadas aos serviços passados:	(104.777)	(2.745)	-	-	(107.522)
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes a sinistros incorridos	(104.777)	(2.745)	-	-	(107.522)
Resultado de contratos de seguro	(200.167)	(11.264)	(27.175)	(7.990)	(246.596)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	(3.080)	2.500	8.116	9.068	16.604
Total das variações na demonstração de resultado	(203.247)	(8.764)	(19.059)	1.078	(229.992)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro - ORA	(358)	655	-	-	297
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	(203.605)	(8.109)	(19.059)	1.078	(229.695)
Fluxos de caixa:	220.200	-	-	-	220.200
Prêmios recebidos	704.338	-	-	-	704.338
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(217.788)	-	-	-	(217.788)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(266.350)	-	-	-	(266.350)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 dezembro de 2023	5.893	11.374	55.109	48.984	121.360
Circulante	1.216	2.348	11.375	10.112	25.051
Não circulante	4.677	9.026	43.734	38.872	96.309

	Consolidado				
	31/12/2022				
	Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	CSM		Total
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo			Outros contratos		
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2022	30.353	14.802	66.820	-	111.975
Circulante	7.616	3.714	16.766	-	28.096
Não circulante	22.737	11.088	50.054	-	83.879
Ajuste ao valor justo do ajuste de risco não financeiro (*)	-	1.216	-	-	1.216
Variações relacionadas aos serviços atuais:	(197.852)	(25.688)	(85.353)	(30.625)	(339.518)
CSM reconhecida	-	-	(85.353)	(30.625)	(115.978)
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	-	(20.025)	-	-	(20.025)
Ajustes de experiência	(197.852)	(5.663)	-	-	(203.515)
Variações relacionadas aos serviços futuros:	(180.245)	21.827	85.199	73.219	-
Variações das estimativas que ajustam a CSM	(112.926)	17.388	85.199	10.339	-
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(67.319)	4.439	-	62.880	-
Variações relacionadas aos serviços passados:	(173.052)	7.061	-	-	(180.113)
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes a sinistros incorridos	(173.052)	7.061	-	-	(180.113)
Resultado de contratos de seguro	(205.045)	3.200	(154)	42.594	(159.405)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	925	2.083	7.501	5.313	15.822
Total das variações na demonstração de resultado	(204.120)	5.283	7.347	47.907	(143.583)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro - ORA	(450)	(602)	-	-	(1.052)
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	(204.570)	4.681	7.347	47.907	(144.635)
Fluxos de caixa:	163.515	-	-	-	163.515
Prêmios recebidos	712.096	-	-	-	712.096
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(217.807)	-	-	-	(217.807)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(330.774)	-	-	-	(330.774)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2022	(10.702)	19.483	74.167	47.907	130.855
Circulante	(2.505)	4.560	17.360	11.214	30.629
Não circulante	(8.197)	14.923	56.807	36.693	100.226

(*) Diferença referente ao valor de ajuste de risco não financeiro no fluxo do modelo geral em comparação com o fluxo ao valor justo considerando um cenário de estresse.

6.1.3. Estimativas dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no exercício

As tabelas a seguir, apresentam uma análise dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no período mensurados pelo BBA:

	Consolidado	
	31/12/2023	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de caixa futuros:	(240.891)	(240.891)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(102.525)	(102.525)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(138.366)	(138.366)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	301.534	301.534
Ajuste de risco não financeiro	(4.616)	(4.616)
CSM	(56.027)	(56.027)
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	-	-

	Consolidado	
	31/12/2022	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de caixa futuros:	(218.627)	(218.627)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(94.106)	(94.106)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(124.521)	(124.521)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	285.946	285.946
Ajuste de risco não financeiro	(4.439)	(4.439)
CSM	(62.880)	(62.880)
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	-	-

6.2. Modelo de taxa variável (VFA)

6.2.1. Movimentação de contratos de seguro por cobertura remanescente e sinistros incorridos

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação entre os saldos iniciais e finais do passivo de cobertura remanescente e do passivo de sinistros incorridos para contratos mensurados pelo VFA:

	Consolidado		
	31/12/2023		
	Passivo de cobertura remanescente	Passivo de sinistros incorridos	Total
	Excluindo componente de perda		
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2023	3.445.124	-	3.445.124
Circulante	806.385	-	806.385
Não circulante	2.638.739	-	2.638.739
Receita de seguros:	2.638.739	-	(33.198)
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(14.394)	-	(14.394)
Outros contratos	(18.804)	-	(18.804)
Despesas de contratos de seguro:	8.966	6.799	15.765
Sinistros e outras despesas incorridas	-	619.985	619.985
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	8.966	-	8.966
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	-	(613.186)	(613.186)
Componentes de investimento	(613.186)	613.186	-
Resultado de contratos de seguro	(637.418)	619.985	(17.433)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	569.391	-	569.391
Total das variações na demonstração de resultado	(68.027)	619.985	551.958
Fluxos de caixa:	2.093.711	(619.985)	1.473.726
Prêmios recebidos	2.103.370	-	2.103.370
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(9.659)	-	(9.659)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	-	(619.985)	(619.985)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2023	5.470.808	-	5.470.808
Circulante	1.129.256	-	1.129.256
Não circulante	4.341.552	-	4.341.552

	Consolidado		
	31/12/2022		
	Passivo de cobertura remanescente	Passivo de sinistros incorridos	Total
	Excluindo componente de perda		
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2022	2.246.431	-	2.246.431
Circulante	563.668	-	563.668
Não circulante	1.682.763	-	1.682.763
Receita de seguros:	(15.524)	-	(15.524)
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(10.529)	-	(10.529)
Outros contratos	(4.995)	-	(4.995)
Despesas de contratos de seguro:	6.795	4.107	10.902
Sinistros e outras despesas incorridas	-	413.459	413.459
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	6.795	-	6.795
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	-	(409.352)	(409.352)
Componentes de investimento	(409.352)	(409.352)	-
Resultado de contratos de seguro	(418.081)	413.459	(4.622)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	323.997	-	323.997
Total das variações na demonstração de resultado	(94.084)	413.459	319.375
Fluxos de caixa:	1.292.777	(413.459)	879.318
Prêmios recebidos	1.299.008	-	1.299.008
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(6.231)	-	(6.231)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	-	(413.459)	(413.459)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2022	3.445.124	-	3.445.124
Circulante	806.385	-	806.385
Não circulante	2.638.739	-	2.638.739

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

6.2.2. Movimentação de contratos de seguro por componente de mensuração

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação dos saldos iniciais e finais do passivo líquido de contratos de seguros mensurados pelo VFA por componente de mensuração:

	Consolidado				
	31/12/2023				
	CSM				
	Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	Contratos de acordo com a abordagem a valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2023	3.419.353	3.969	8.114	13.688	3.445.124
Circulante	800.353	929	1.899	3.204	806.385
Não circulante	2.619.000	3.040	6.215	10.484	2.638.739
Variações relacionadas aos serviços atuais:	614.411	(71)	(7.330)	(11.257)	595.753
CSM reconhecida	-	-	(7.330)	(11.257)	(18.587)
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	-	(71)	-	-	(71)
Ajustes de experiência	614.411	-	-	-	614.411
Variações relacionadas aos serviços futuros:	(95.752)	(1.558)	38.591	58.719	-
Variações das estimativas que ajustam a CSM	(63.308)	(2.240)	38.591	26.957	-
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(32.444)	682	-	31.762	-
Variações relacionadas aos serviços passados:	(613.186)	-	-	-	(613.186)
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes a sinistros incorridos	(613.186)	-	-	-	(613.186)
Resultado de contratos de seguro (Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	569.391	(1.629)	31.261	47.462	(17.433)
Total das variações na demonstração de resultado	474.864	(1.629)	31.261	47.462	551.958
Fluxos de caixa:	1.473.726	-	-	-	1.473.726
Prêmios recebidos	2.103.370	-	-	-	2.103.370
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(9.659)	-	-	-	(9.659)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(619.985)	-	-	-	(619.985)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2023	5.367.943	2.340	39.375	61.150	5.470.808
Circulante	1.108.023	483	8.128	12.622	1.129.256
Não circulante	4.259.920	1.857	31.247	48.528	4.341.552

	Consolidado				
	31/12/2022				
	CSM				
	Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	Contratos de acordo com a abordagem a valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2022	2.241.262	2.079	3.090	-	2.246.431
Circulante	562.371	522	775	-	563.668
Não circulante	1.678.891	1.557	2.315	-	1.682.763
Variações relacionadas aos serviços atuais:	409.308	(59)	(2.123)	(2.396)	404.730
CSM reconhecida	-	-	(2.123)	(2.396)	(4.519)
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	-	(59)	-	-	(59)
Ajustes de experiência	409.308	-	-	-	409.308
Variações relacionadas aos serviços futuros:	(25.180)	1.949	7.147	16.084	-
Variações das estimativas que ajustam a CSM	(12.085)	1.302	7.147	3.636	-
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(13.095)	647	-	12.448	-
Variações relacionadas aos serviços passados:	(409.352)	-	-	-	(409.352)
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes a sinistros incorridos	(409.352)	-	-	-	(409.352)
Resultado de contratos de seguro (Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	323.997	-	5.024	13.688	4.622
Total das variações na demonstração de resultado	298.773	1.890	5.024	13.688	319.375
Fluxos de caixa:	879.318	-	-	-	879.318
Prêmios recebidos	1.299.008	-	-	-	1.299.008
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(6.231)	-	-	-	(6.231)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(413.459)	-	-	-	(413.459)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2022	3.419.353	3.969	8.114	13.688	3.445.124
Circulante	800.353	929	1.899	3.204	806.385
Não circulante	2.619.000	3.040	6.215	10.484	2.638.739

6.2.3. Estimativas dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no exercício

As tabelas a seguir, apresentam uma análise dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no período mensurados pelo VFA:

	Consolidado	
	31/12/2023	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de caixa futuros:	(2.157.231)	(2.157.231)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(17.747)	(17.747)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(2.139.484)	(2.139.484)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	2.189.675	2.189.675
Ajuste de risco não financeiro	(682)	(682)
CSM	(31.762)	(31.762)
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	-	-

	Consolidado	
	31/12/2022	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de caixa futuros:	(1.178.903)	(1.178.903)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(9.117)	(9.117)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(1.169.786)	(1.169.786)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	1.191.998	1.191.998
Ajuste de risco não financeiro	(647)	(647)
CSM	(12.448)	(12.448)
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	-	-

6.3. Margem de serviço contratual (CSM) remanescente

As tabelas a seguir, demonstram o momento em que se espera que a CSM remanescente seja reconhecida no resultado em períodos futuros:

	Consolidado					
	31/12/2023					
	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Modelo de mensuração geral (BBA)	66.224	25.171	2.981	5.030	4.687	104.093
Modelo de taxa variável (VFA)	25.798	31.537	18.474	18.875	5.841	100.525
Total	92.022	56.708	21.455	23.905	10.528	204.618

	Consolidado					
	31/12/2022					
	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Modelo de mensuração geral (BBA)	75.766	35.339	4.663	3.198	3.108	122.074
Modelo de taxa variável (VFA)	5.956	7.322	4.045	3.658	821	21.802
Total	81.722	42.661	8.708	6.856	3.929	143.876

7. Ativos de contratos de resseguro

7.1. Modelo de alocação de prêmio (PAA)

7.1.1. Movimentação de contratos de resseguro por cobertura remanescente e sinistros incorridos

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação entre os saldos iniciais e finais do ativo de cobertura remanescente e do ativo de sinistros incorridos para contratos mensurados pelo PAA:

	Consolidado			
	31/12/2023			
	Ativo de cobertura remanescente	Ativo de sinistros incorridos		
	Excluindo componente de recuperação de perda	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixas futuros	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Saldo de ativos de contratos de resseguro em 1º de janeiro de 2023	(4.571)	20.865	902	17.196
Alocação de prêmios de resseguro pagos	(14.867)	-	-	(14.867)
Valores a recuperar junto a resseguradoras:	-	(9.557)	(326)	(9.883)
Recuperações de sinistros e outras despesas incorridos	-	(9.557)	(326)	(9.883)
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	(14.867)	9.557	326	(4.984)
Receita/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	-	(398)	-	(398)
Total das variações na demonstração de resultado	(14.867)	9.159	326	(5.382)
Fluxos de caixa:	17.497	(13.975)	-	3.522
Prêmios pagos	17.497	(13.975)	-	3.522
Saldos de ativos de contratos de resseguro em 31 de dezembro de 2023	(1.941)	16.049	576	14.684

	Consolidado			
	31/12/2022			
	Ativo de cobertura remanescente	Ativo de sinistros incorridos		
	Excluindo componente de recuperação de perda	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixas futuros	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Saldo de ativos de contratos de resseguro em 1º de janeiro de 2022	(3.761)	19.082	804	16.125
Alocação de prêmios de resseguro pagos	(8.781)	-	-	(8.781)
Valores a recuperar junto a resseguradoras:	-	(8.551)	98	(8.453)
Recuperações de sinistros e outras despesas incorridos	-	(8.551)	98	(8.453)
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	(8.781)	8.551	(98)	(328)
Receita/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	-	72	-	72
Total das variações na demonstração de resultado	(8.781)	8.623	(98)	(256)
Fluxos de caixa:	7.971	(6.840)	-	1.131
Prêmios pagos	7.971	(6.840)	-	1.131
Saldos de ativos de contratos de resseguro em 31 de dezembro de 2022	(4.571)	20.865	902	17.196

8. Desenvolvimento de sinistros

As tabelas a seguir, ilustram como as estimativas de sinistros acumulados se desenvolveram ao longo do tempo, bruto e líquido de resseguro:

	Consolidado										
	Bruto de resseguro										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total	
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados											
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	89.873	95.223	158.997	131.848	125.956	823.995	
Um ano após o aviso	7.399	52.810	59.397	75.249	94.101	101.647	179.205	140.297	-	710.105	
Dois anos após o aviso	6.624	47.856	56.728	73.561	100.576	101.469	180.925	-	-	567.739	
Três anos após o aviso	6.515	46.930	56.278	74.824	98.964	101.932	-	-	-	385.443	
Quatro anos após o aviso	6.440	46.922	56.945	74.760	97.235	-	-	-	-	282.302	
Cinco anos após o aviso	6.434	47.530	56.840	74.585	-	-	-	-	-	185.389	
Seis anos após o aviso	6.431	47.674	56.443	-	-	-	-	-	-	110.548	
Sete anos após o aviso	6.432	48.501	-	-	-	-	-	-	-	54.933	
Oito anos após o aviso	6.420	-	-	-	-	-	-	-	-	6.420	
Estimativa em 31 de dezembro 2023 (a)	6.420	48.501	56.443	74.585	97.235	101.932	180.925	140.297	125.956	832.294	
Pagamentos efetuados (b)	6.419	46.606	56.189	72.973	91.708	98.616	177.406	135.507	97.018	782.442	
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	1	1.895	254	1.612	5.527	3.316	3.519	4.790	28.938	49.852	
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.852	
Créditos com resseguradoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Provisões atuariais complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52.691	
Ajuste ao risco para risco não financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.125	
Efeito financeiro na taxa de desconto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.009)	
Passivos brutos de sinistros incorridos (Nota 6.1.)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97.659	

	Consolidado										
	Líquido de resseguro										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total	
Estimativas de sinistros acumulados líquidos não descontados											
No ano do aviso	8.480	64.989	71.622	74.678	86.986	87.368	145.180	124.516	117.417	781.236	
Um ano após o aviso	7.386	52.697	59.016	73.755	90.346	96.353	168.801	133.190	-	681.544	
Dois anos após o aviso	6.611	47.742	56.339	72.016	93.259	96.026	170.014	-	-	542.007	
Três anos após o aviso	6.502	46.817	55.903	72.661	92.519	96.319	-	-	-	370.721	
Quatro anos após o aviso	6.427	46.808	56.449	72.583	90.969	-	-	-	-	273.236	
Cinco anos após o aviso	6.420	47.349	56.325	72.363	-	-	-	-	-	182.457	
Seis anos após o aviso	6.417	47.428	55.923	-	-	-	-	-	-	109.768	
Sete anos após o aviso	6.418	47.421	-	-	-	-	-	-	-	53.839	
Oito anos após o aviso	6.410	-	-								

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

11.3. Tributos diferidos

11.3.1. Ativo

A seguir, as tabelas com os créditos tributários divulgados na rubrica "Créditos tributários e previdenciários" no ativo não circulante, para o consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ diferido:	3.577	7.221
Diferenças temporárias	1.841	1.424
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	1.736	5.797
CSLL diferido:	2.147	4.333
Diferenças temporárias	1.104	853
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	1.043	3.480
PIS e COFINS diferidos	4.522	5.203
Total	10.246	16.757

Os créditos tributários diferidos de diferenças temporárias são compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, atualização monetária de depósitos judiciais e provisão de fundo de marketing.

	Diferenças temporárias	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para contingências fiscais	72	70
Fundo de marketing	795	2.000
PIS exigibilidade suspensa	1.673	8.754
COFINS exigibilidade suspensa	10.298	2.180
Outras provisões	3.457	1.393
Outras receitas	(4.409)	(3.503)
PIS e COFINS diferidos	(4.522)	(5.203)
Total	7.364	5.691
Alíquota aplicada para IRPJ – 25%	1.841	1.424
Alíquota aplicada para CSLL – 9% e 15%	1.104	853

O Grupo realizou estudo indicando projeção de resultados para apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributáveis diferidos, decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e/ou diferenças temporárias contabilizados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e/ou diferenças temporárias:

13. Investimentos

A seguir, a posição dos investimentos da Companhia:

	Total de ativos		Total de passivos líquidos de provisões judiciais		Provisões judiciais		Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	Investimento		Resultado patrimonial	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	5.917.679	5.690.033	1.810	72.188	230.831	118.502	230.831	118.502	230.831	201.131	117.690	87.335	
Rio Grande Capitalização S.A.	1.282.137	1.168.998	24	90.000	113.116	49.386	113.116	49.386	113.116	100.450	49.385	42.524	
Rio Grande Capitalização S.A. - Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	-	
Total	7.199.816	6.859.031	1.834	162.188	343.947	167.888	343.951	167.888	343.951	301.585	167.075	129.859	

A movimentação dos investimentos é a seguinte:

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2022	Dividendos	Ajuste TVM	ORA IFRS 17/ CPC 50	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	201.131	(90.707)	1.368	1.349	117.690	230.831
Rio Grande Capitalização S.A.	100.450	(45.099)	8.380	-	49.385	113.116
Rio Grande Capitalização S.A. - Ágio	4	-	-	-	-	4
Total	301.585	(135.806)	9.748	1.349	167.075	343.951

	Controladora					
	Saldo em 01/01/2022	Dividendos	Ajuste TVM	ORA IFRS 17/ CPC 50	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	225.627	(110.705)	(74)	(1.052)	87.335	201.131
Rio Grande Capitalização S.A.	84.533	(19.898)	(6.709)	-	42.524	100.450
Rio Grande Capitalização S.A. - Ágio	4	-	-	-	-	4
Total	310.164	(130.603)	(6.783)	(1.052)	129.859	301.585

14. Obrigações a pagar

A composição das obrigações a pagar do Grupo é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	-	-	17.452	-
Dividendos a pagar (a)	-	23.100	-	23.100
Fundos de investimentos	-	-	8.395	-
Pagamentos a realizar (b)	-	-	21.632	-
Provisão para fundo de marketing	-	-	795	2.362
Prestação de serviços compartilhados (c)	-	-	-	10.342
Outras contas a pagar	63	16	389	178
Total	63	23.116	48.663	35.982

(a) Em 2023 os dividendos foram pagos dentro do exercício;

(b) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda.

(c) Estes valores são referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados do Grupo, firmado com a Icatu Assessoria S.A

15. Passivos financeiros - capitalização

Registra-se as obrigações operacionais com vencimentos dentro dos dois meses seguintes à data das demonstrações financeiras. Essas obrigações são compostas de pró-labore e comissões no valor de R\$2.147 (R\$2.500 em 31 de dezembro de 2022).

16. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para o Grupo, cujos títulos encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
1 até 30 dias	-	13
121 até 180 dias	-	11
181 até 365 dias	162	7
Acima de 365 dias	-	24
Total	173	44

(*) Nas datas base de 31 de dezembro de 2023 e 2022 não havia saldos nas faixas de aging de 31 a 120 dias.

17. Passivos financeiros atuariais - capitalização

Os passivos financeiros de capitalização estão classificados no passivo circulante, quando são esperadas exigibilidades dentro dos doze meses seguintes a data das demonstrações financeiras. A seguir, verifica-se a composição e a movimentação desses:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	Constituições	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Provisão para resgates:	980.810	1.136.170	(1.103.264)	74.179	1.087.895
Provisão matemática para capitalização	888.286	576.140	(544.238)	72.401	992.589
Provisão para resgate de títulos antecipados	56.507	272.353	(266.693)	1.063	63.230
Provisão para resgate de títulos vencidos	36.017	287.677	(292.333)	715	32.076
Provisão para sorteios:	12.936	41.071	(40.498)	(313)	13.196
Provisão para sorteios a realizar	8.272	21.239	(21.758)	(403)	7.350
Provisão de sorteios a pagar	4.664	19.832	(18.740)	90	5.846
Outras provisões:	58.476	13.144	(21.918)	2.810	52.512
Provisões para distribuição de bônus	58.442	13.017	(21.906)	2.810	52.363
Provisão para despesas administrativas	34	127	(12)	-	149
Total	1.052.222	1.190.385	(1.165.680)	76.676	1.153.603

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2022	Constituições	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Provisão para resgates:	921.066	860.877	(867.700)	66.567	980.810
Provisão matemática para capitalização	822.043	427.418	(426.137)	64.962	888.286
Provisão para resgate de títulos antecipados	54.602	230.378	(229.383)	910	56.507
Provisão para resgate de títulos vencidos	44.421	203.081	(212.180)	695	36.017
Provisão para sorteios:	16.211	41.062	(44.056)	(281)	12.936
Provisão para sorteios a realizar	10.897	20.827	(23.092)	(360)	8.272
Provisão de sorteios a pagar	5.314	20.235	(20.964)	79	4.664
Outras provisões:	55.924	16.651	(17.295)	3.196	58.476
Provisões para distribuição de bônus	55.924	16.617	(17.295)	3.196	58.442
Provisão para despesas administrativas	-	34	-	-	34
Total	993.201	918.590	(929.051)	69.482	1.052.222

	Valor		%
	2023 (*)	2022	
2023 (*)	669	0,00	
2024	177	6,01	
2025	206	6,99	
2026	236	8,01	
2027	236	8,01	
2028	220	7,47	
2029 a 2033	1.870	63,50	
Total	2.945	100,00	

(*) 2023 não compõe o total das diferenças temporárias

11.3.2. Passivo

A seguir, as tabelas com os tributos diferidos registrado no passivo não circulante, para o consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ diferido:	25.517	27.452
Diferenças temporárias	25.517	27.452
CSLL diferido:	15.311	16.471
Diferenças temporárias	15.311	16.471
Total	40.828	43.923

12. Depósitos judiciais e fiscais

A seguir, a composição da rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" classificada no ativo não circulante, para o consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	309	1.248
Fiscais	13.415	12.381
Total	13.724	13.629

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	12.381	10.499
Adições	-	835
Atualização monetária	1.034	1.047
Saldo final	13.415	12.381

	Controladora		Investimento		Resultado patrimonial	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	1.810	72.188	230.831	118.502	230.831	118.502
Rio Grande Capitalização S.A.	24	90.000	113.116	49.386	113.116	100.450
Rio Grande Capitalização S.A. - Ágio	-	-	-	-	-	4
Total	1.834	162.188	343.947	167.888	343.951	301.585

18. Provisões judiciais

18.1. Passivo de sinistros incorridos - judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas no "Passivo de contratos de seguros", no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização. Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, a composição dos processos relacionados aos sinistros judiciais por probabilidade de perda:

	Consolidado		
	Contingências vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	61	4.270	4.270
Possível	159	16.396	-
Remota	6	212	-
Total	226	20.878	4.270

	Consolidado		
	Contingências vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2022		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	64	6.505	6.505
Possível	151	16.386	-
Remota	8	810	-
Total	223	23.701	6.505

Abaixo, as movimentações das provisões judiciais vinculadas a contratos de seguro:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	6.505	5.246
Adições	2.677	2.187
Baixas	(3.698)	(1.604)
Atualização monetária e juros	(1.214)	676
Saldo final	4.270	6.505

18.2. Outras provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas causas cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

A seguir, a composição da rubrica "Outros débitos - provisões judiciais" por probabilidade de perda:

	Consolidado		
	Contingências não vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	37	1.786	1.786
Possível	242	9.586	-
Remota	5	64	-
Total	284	11.436	1.786

	Consolidado		
	Contingências não vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2022		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	26	360	360
Possível	185	6.193	-
Remota	11	242	-
Total	222	6.795	360

	Consolidado		
	Contingências fiscais		
	31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

Consolidado		
Contingências não vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	335	334
Adições	2.104	461
Baixas	(1.232)	(293)
Atualização monetária e juros	579	(142)
Saldo final	1.786	360

Consolidado		
Contingências fiscais		
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	43	58
Atualização monetária e juros	5	(15)
Saldo final	48	43

18.3. Outras obrigações a pagar - fiscais

No grupo "Outras contas a pagar - fiscais" são registradas as obrigações fiscais referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde o Grupo depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar. A seguir, as obrigações fiscais em discussão judicial conforme a composição:

Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022
PIS - exigibilidade suspensa	1.673	1.529
COFINS - exigibilidade suspensa	10.298	9.405
Total	11.971	10.934

A seguir, verifica-se o resumo dos principais questionamentos oriundos das obrigações fiscais:

Consolidado						
31/12/2023						
		PIS		COFINS		Total
Controladas	Tese	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial
Rio Grande Capitalização S.A.	Alargamento da base (I)	141	141	865	865	1.006
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	Alargamento de base (I)	1.728	1.532	10.637	9.433	12.365
Total		1.869	1.673	11.502	10.298	13.371

Consolidado						
31/12/2022						
		PIS		COFINS		Total
Controladas	Tese	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial
Rio Grande Capitalização S.A.	Alargamento da base (a)	128	127	786	778	914
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	Alargamento de base (a)	1.597	1.402	9.829	8.627	11.426
Total		1.725	1.529	10.615	9.405	12.340

(a) Há as seguintes discussões de PIS/COFINS:

- Lei 9.718/98 (tese ampla) - MS nº 0008694720074025101 - Pasta: 005774-6 - Período: decênio anterior ao ajuizamento da ação (data de janeiro/1997), anterior, portanto, à vigência da Lei nº 9.718/98 - Decisões de primeira e segunda instâncias parcialmente favoráveis. Aguardando julgamento do recurso especial e extraordinário - Suspensão por Recurso Extraordinário com repercussão geral - Tese 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras).
- Lei 12.973/14 - Ativo Garantidor - MS nº 50704548320154047100 - Pasta: 017515-3 - Período: a partir de outubro/2015. Decisões de primeira e segunda instância desfavoráveis. Aguardando julgamento do recurso especial e extraordinário - Suspensão por Recurso Extraordinário com repercussão geral - Tese 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras); e
- Lei 12.973/14 - Ativo Livre - MS nº 50704521620154047100 - Pasta: 017518-8 - Período: a partir de outubro/2015. Decisões de primeira e segunda instância desfavoráveis. Aguardando julgamento do recurso especial e extraordinário - Suspensão por Recurso Extraordinário com repercussão geral - Tese 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras).

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado de R\$118.334 é representado por 88.877.773 ações ordinárias nominativas.

19.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, as reservas de lucros de R\$230.854 (R\$202.759 em 31 de dezembro de 2022) eram compostas por:

- Reserva legal de R\$23.667, constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/1976;
- Reserva estatutária de R\$146.995 (R\$76.307 em 31 de dezembro de 2022), constituída ao final do exercício social, após as destinações legais compulsórias, conforme estatuto social; e
- Outras reservas de R\$60.192 (R\$65.885 em 31 de dezembro de 2022), esta reserva foi constituída inicialmente em 2021 em função do impacto de adoção do IFRS 17/CPC 50 na data de transição.

19.3. Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. O Estatuto Social também prevê a possibilidade de serem declarados e pagos dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do ano	166.047	130.409
Constituição de reserva legal	-	(5.462)
Ajuste efeito IFRS 17/CPC 50	4.641	1.253
Base para a distribuição de dividendos	170.688	131.662
Dividendo declarados e pagos no exercício	100.000	106.411
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	58,59%	80,82%

A Companhia é uma holding de duas empresas operacionais, reguladas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que impõem restrições ao mercado regulado de forma que a adoção das normas IFRS são apenas para aquelas aprovadas pelo regulador. No caso do IFRS17/CPC 50, a SUSEP ainda não aprovou seu uso. Além disso, há uma gestão de capital e solvência que requer um controle maior de liquidez, não praticado em outros mercados. Diante desse cenário, a base de cálculo das destinações do resultado, segue as normas contábeis aplicáveis as seguradoras considerando as diretrizes do órgão regulador SUSEP, uma vez que a Companhia não possui outro fluxo de caixa relevante além daquele proveniente das empresas reguladas por tal órgão.

19.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados ao VJORA, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica "Créditos tributários e previdenciários" e outros resultados abrangentes relativos aos efeitos de taxas de juros dos fluxos do IFRS17/CPC 50. O saldo em 31 de dezembro de 2023 era uma perda de R\$2.819 líquidos de tributos (perda de R\$14.968, líquidos de tributos, em 31 de dezembro de 2022).

20. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Investidora) (a)	-	-	-	11.548
Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. (Controladora) (a)	-	-	-	11.552
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) (b)	-	19.899	-	-
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (b)	-	4.294	-	-
Total	-	24.193	-	23.100

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Receitas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Investidora) (a)	-	-	-	11.548	-	-
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) (c)	-	-	-	14.082	-	-
Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (Controladora) (a)	-	-	-	11.552	-	-
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (e)	-	10.393	-	6.377	(128.818)	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (d)	-	-	-	(2)	-	-
Total	-	10.393	-	43.561	(128.818)	-

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- Dividendos referentes as movimentações oriundas do resultado da Companhia;
- A companhia Rio Grande Seguros e Previdência S.A. adquire títulos de capitalização emitidos pela Rio Grande Capitalização S.A. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido

pela seguradora controlada. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas/ (despesas) operacionais";

(c) Valores referentes a acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmados com a Icatu Assessoria S.A.. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

(d) Valores referentes a taxas de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.; e

(e) Valores referentes a acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros S.A.. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes.

21. Informações por linhas de negócio operacionais

As atividades do Grupo são organizadas da seguinte forma:

	Consolidado					
	Vida	Previdência complementar	Capita-lização	Outros (*)	31/12/2023	31/12/2022
Receita de contratos de seguro	607.179	36.201	-	-	643.380	660.565
Despesas de contratos de seguro	(360.485)	(18.866)	-	-	(379.351)	(496.538)
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	(4.194)	-	-	-	(4.194)	918
Resultado de contratos de seguro e resseguro	242.500	17.335	-	-	259.835	164.945
Receita líquida com títulos de capitalização	-	-	140.161	-	140.161	109.941
Resultado com sorteios	-	-	(19.313)	-	(19.313)	(17.974)
Custo de aquisição	-	-	(30.766)	-	(30.766)	(28.235)
Outras receitas/(despesas) operacionais de capitalização	-	-	19.332	-	19.332	14.597
Resultado com operações de capitalização	-	-	109.414	-	109.414	78.329
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de seguro	4.029	(34.136)	-	-	(30.107)	4.196
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	(2.904)	-	-	-	(2.904)	(1.872)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas	14.011	29.786	43.351	361	87.509	77.263
Resultado financeiro líquido	15.136	(4.350)	43.351	361	54.498	79.587
Despesas administrativas	(4.1903)	(2.996)	(87.646)	(1.390)	(133.935)	(90.160)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(13.135)	(2.109)	-	-	(15.244)	(15.973)
Resultado operacional	202.598	7.880	65.119	(1.029)	274.568	216.728
Ganhos/(perdas) com ativos não correntes	-	-	-	-	-	307
Resultado antes dos tributos	202.598	7.880	65.119	(1.029)	274.568	217.035
Imposto de renda e contribuição social correntes	(74.217)	(5.305)	(32.094)	-	(111.616)	(87.462)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.889	206	-	-	3.095	836
Lucro líquido do exercício	131.270	2.781	33.025	(1.029)	166.047	130.409

(*) Valores referente as receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização.

	Consolidado					
	Vida	Previdência complementar	Capita-lização	Outro (*)	31/12/2023	31/12/2022
Total do ativo	353.430	5.572.643	1.282.137	2.501	7.210.711	5.039.782
Investimentos em coligadas e controladas	38.914	191.921	113.116	-	343.951	301.585
Total do passivo	128.463	5.566.778	1.169.022	79	6.864.342	4.733.657

(*) Valores referente as receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização.

22. Receita de contratos de seguro

A seguir, a análise da receita de contratos de seguro reconhecida no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contratos de seguro mensurados pelo BBA	610.182	645.041
Valores relacionados às alterações de cobertura remanescente:	483.761	467.081
Expectativas de sinistros e outras despesas incorridos	344.370	331.078
Varições do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	12.183	20.025
CSM reconhecida	127.208	115.978
Valores relacionados à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	126.421	177.960
Contratos de seguro mensurados pelo VFA	33.198	15.524
Valores relacionados às alterações de cobertura remanescente:	24.232	8.729
Expectativas de sinistros e outras despesas incorridos	5.574	4.151
Varições do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	71	59
CSM reconhecida	18.587	4.519
Valores relacionados à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	8.966	6.795
Contratos de resseguro mensurados pelo PAA	10.673	9.698
Total de receita de contratos de seguro e resseguro	654.053	670.263

23. Despesas de contratos de seguro

A seguir, a análise das despesas de contratos de seguro reconhecidas no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contratos de seguro mensurados pelo BBA	(363.586)	(485.636)
Sinistros e outras despesas incorridas	(129.643)	(127.563)
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	(126.421)	(177.960)
Varições nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	(107.522)	(180.113)
Contratos de seguro mensurados pelo VFA	(15.765)	(10.902)
Sinistros e outras despesas incorridas	(619.985)	(413.459)
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	(8.966)	(6.795)
Varições nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	613.186	409.352
Contratos de resseguro mensurados pelo PAA	(14.867)	(8.780)
Total de despesas de contratos de seguro e resseguro	(394.218)	(505.318)

24. Resultado com operações de capitalização

A seguir, a análise do resultado com operações de capitalização reconhecido no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida com títulos de capitalização:	140.161	109.941
Resultado com sorteios:	(19.313)	(17.974)
Reversão das provisões para sorteios	21.758	23.092
Constituição para provisões para sorteios	(21.239)	(20.828)
Despesas com títulos de capitalização sorteados	(19.832)	(20.238)
Custo de aquisição diferido:	(30.766)	(28.235)
Despesas de corretagens	(30.587)	(27.972)
Despesas de custeamentos de vendas	(179)	(263)
Outras receitas/(despesas) operacionais:	19.332	14.597
Receita com resgastes de títulos de capitalização	9.363	7.195
Receita com prescrições de títulos de capitalização	12.543	9.869
Despesas com provisões	(2.574)	(2.467)
Total	109.414	78.329

25. Resultado financeiro líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o resultado financeiro líquido da Companhia era de R\$361 (R\$1.696 em 31 de dezembro de 2022). No Grupo era o seguinte:

	Consolidado				
	31/12/2023		31/12/2022		Total
	BBA	VFA	PAA	Não relacionado a contratos de seguro	Total
Receitas financeiras:	15.752	540.137	-	-	167.075
Ao custo amortizado:	-	-	-	-	14.662
Fundos exclusivos	-	-	-	-	14.662
Ao VJORA:	-	-	-	-	

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

	Consolidado				
	31/12/2023				
	Contratos de seguro		Não relacionado a		
	BBA	VFA	PAA contratos de seguro	Total	
Receitas financeiras:	16.017	327.998	-	149.924	493.939
Ao custo amortizado:	-	-	-	20.007	20.007
Fundos exclusivos	-	-	-	20.007	20.007
Ao VJORA:	-	-	-	40.591	40.591
Fundos exclusivos	-	-	-	40.591	40.591
Ao VJR:	16.017	327.998	-	89.326	433.341
Fundos exclusivos	16.017	327.998	-	67.260	411.275
Rendas com taxas de gestão	-	-	-	18.950	18.950
Outras receitas financeiras	-	-	-	3.116	3.116
Despesas financeiras:	(15.822)	(323.997)	(1.872)	(72.661)	(414.352)
Ao VJR:	(15.822)	(323.997)	(1.872)	(72.661)	(414.352)
Fundos exclusivos	-	-	-	(1.758)	(1.758)
Passivos financeiros atuariais - capitalização	-	-	-	(69.482)	(69.482)
Contratos de seguro emitidos	(15.822)	(323.997)	-	-	(339.819)
Contratos de resseguro	-	-	(1.872)	-	(1.872)
Outras despesas financeiras	-	-	-	(1.421)	(1.421)
Total	195	4.001	(1.872)	77.263	79.587

26. Despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de despesas administrativas da Companhia era de R\$1.389 (R\$988 em 31 de dezembro de 2022). No Grupo era o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal próprio	(1.347)	(1.311)
Serviços de terceiros (*)	(103.328)	(65.080)
Localização e funcionamento	(650)	(1.053)
Publicidade e propaganda	(7.630)	(6.875)
Publicações	(822)	(309)
Donativos e contribuições	(3.730)	(2.007)
Despesas administrativas diversas	(536)	(45)
Impostos	(1.771)	(868)
PIS	(1.502)	(1.244)
COFINS	(9.230)	(7.644)
Taxa de fiscalização	(3.299)	(3.652)
Outras despesas com tributos	(90)	(72)
Total	(133.935)	(90.160)

(*) Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A.

27. Outras receitas/(despesas) operacionais

A seguir, a composição de outras receitas e despesas operacionais para o consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com cobrança	(7.688)	(7.660)
Reversão/(provisão) para contingências cíveis	(949)	(208)
Reversão/(constituição) da Provisão para riscos de créditos	(267)	(44)
Demais despesas operacionais	(6.340)	(8.061)
Total	(15.244)	(15.973)

28. Demonstração dos cálculos de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

O IRPJ e a CSLL, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	166.047	166.047	130.567	130.567	274.568	274.568	217.035	217.035
Adições:	-	-	-	-	12.999	12.999	10.422	10.422
Adição permanente	-	-	-	-	1.672	1.672	-	-
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	-	1.431	1.431	1.888	1.888
Doação e patrocínios indedutíveis	-	-	-	-	2.551	2.551	360	360
Outras provisões	-	-	-	-	997	997	441	441
PIS e COFINS diferido	-	-	-	-	5.203	5.203	-	-
Provisões indedutíveis	-	-	-	-	-	-	6.149	6.149
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	-	-	-	-	1.037	1.037	1.584	1.584
Tributos e contribuições em questionamento judicial	-	-	-	-	108	108	-	-
Exclusões:	(167.075)	(167.075)	(129.859)	(129.859)	(7.200)	(7.200)	(7.003)	(7.003)
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	-	(151)	(151)
Equivalência patrimonial	(167.075)	(167.075)	(129.859)	(129.859)	-	-	-	-
Outras provisões	-	-	-	-	(1.664)	(1.664)	(546)	(546)
PIS e COFINS diferidos	-	-	-	-	(4.522)	(4.522)	(5.203)	(5.203)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	-	-	-	-	(1.014)	(1.014)	(1.103)	(1.103)
Resultado ajustado	(1.028)	(1.028)	708	708	280.367	280.367	220.454	220.454
Compensação prejuízos fiscais e bases negativas	-	-	-	-	-	-	(6.684)	(6.684)
Lucro após as compensações	(1.028)	(1.028)	708	708	280.367	280.367	213.770	213.770
Alíquotas oficiais	15% - 10%	15% - 10%	15% - 10%	15% - 10%	15% - 10%	15% - 10%	15% - 10%	15%
Despesas com IRPJ e CSLL	-	-	(100)	(44)	(71.327)	(43.370)	(53.851)	(33.380)
Incentivos fiscais	-	-	-	-	2.413	-	1.888	-
Constituição/(reversão) de créditos tributários	-	-	(9)	(4)	2.352	1.411	(806)	477
Despesas com IRPJ e CSLL	-	-	(110)	(48)	(66.562)	(41.959)	(52.769)	(33.857)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	0,08%	0,04%	24,24%	15,28%	24,31%	15,60%

29. Lucro por ação

A Companhia tem uma estrutura societária simples e não possui diluidores, logo, seus lucros básicos e diluídos são iguais.

29.1. Básico e diluído

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	166.047	130.409
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em unidades)	88.877.773	88.877.773
Lucro básico e diluído por ações (em R\$)	1,87	1,47

Conselho de administração

Presidente: Fernando Guerreiro de Lemos

Demais conselheiros: Ademair Schardong; Artur José de Lemos Júnior; Luciano Soares; Luiz Carlos Caio Tomazeli

Diretoria

Diretor-Presidente: César Luiz Salazar Saut

Diretores: Marcio de Moraes Palmeira; Suzana Flores Cogo

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuária: Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Banrisul Icatu Participações S.A.

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Banrisul Icatu Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Banrisul Icatu Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.


CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6



PUBLICIDADE LEGAL

FUGA COUROS S.A. CNPJ Nº 91.302.349/0001-33 – NIRE Nº 43.300.015.289. **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA:** Convidamos os acionistas para se reunirem em nossa sede social, na Rua José Fuga, 1.155, Vila Constante Fuga em Marau/RS, às 09 (nove) horas do dia 30 de abril de 2024, a fim de tratar: **ORDEM DO DIA:** em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO):** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o balanço patrimonial e demais demonstrações previstas no Art. 176 da Lei nº 6404/76, correspondente ao exercício social findo em 31.12.2023; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; 3. Deliberar acerca das gratificações aos Administradores; e 4) Fixação da Remuneração da Diretoria; em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (AGE):** Criação de uma Filial na cidade de Pintadas - BA. 6) Criação da empresa FUGA LOG LTDA. 7) Alteração de endereço das filiais Fuga SA, filiais Jales e Hidrolândia. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede Companhia os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, relativo ao exercício encerrado em 31.12.2023, onde poderão obter cópia dos mesmos. MARAU, 28 de março de 2024. Constante Caetano Fuga - Presidente do Conselho de Administração. 

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

- Últimas notícias
- Versão para folhear
- Notificações das notícias mais importantes



PUBLICIDADE LEGAL

grupo panvel DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
 CNPJ/MF Nº 92.665.611/0001-77 • NIRE Nº 4330003221 • CVM nº 00934-2 • Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se às 08:30 horas do dia 30/04/2024 em nossa sede social, na Avenida Industrial Belgraf, nº 865, CEP: 92.990-000, em Eldorado do Sul, RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**:

1. Em Assembleia Geral Ordinária: a) Apreciar contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relatório de administração e relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, antes das Participações dos Empregados e dos Administradores e sobre a homologação do pagamento de juros sobre capital próprio imputados ao valor dos dividendos; e, c) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024.

2. Em Assembleia Geral Extraordinária: a) Deliberar acerca do aumento do capital social da Companhia, passando de R\$ 970.115.772,37 (novecentos e setenta milhões, cento e quinze mil, setecentos e setenta e dois reais e trinta e sete centavos) para R\$ 996.221.200,08 (novecentos e noventa e seis milhões, duzentos e vinte e um mil, duzentos reais e oito centavos) mediante a capitalização de reservas, sem emissão de novas ações, com a respectiva alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; b) Deliberar sobre a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, atribuindo à Diretoria a competência para criar, transferir e extinguir filiais, agências, sucursais ou escritórios, no país ou no exterior, consequentemente, removendo a alínea "g", do artigo 19, do referido Estatuto. O Artigo 2º passa a ter a seguinte redação: **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, podendo, por deliberação da Diretoria, criar, transferir e extinguir filiais, agências, sucursais ou escritórios, no país ou no exterior. c) Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações deliberadas nos itens acima.

Informações Gerais para Participação na Assembleia: Participação por voto à distância. A companhia informa que utilizará o processo de voto à distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/22. O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida Instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador, ou diretamente à Companhia. **Participação pessoal ou por representante.** Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, para participarem das Assembleias, deverão observar as disposições previstas no art. 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária. Os instrumentos de procuração para representação na Assembleia ora convocada poderão ser depositados até às 18h de 26 de abril de 2024 no seguinte endereço: Avenida Industrial Belgraf, nº 865, bairro Industrial, CEP: 92.990-000, Eldorado do Sul/RS. **Documentos relacionados à Assembleia.** Os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral encontram-se à disposição no endereço da Companhia acima indicado e nos websites da Companhia (www.grupopanvel.com.br/ri), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO (www.b3.com.br) na internet. Eldorado do Sul/RS, 28 de março de 2024. Julio Ricardo Andrighetto Mottin, Roberto Luiz Weber, Denis Pizzato, Claudio Roberto Ely, Cristiano Gioia Lauretti e Clarice Martins Costa - Conselheiros de Administração

BAIXE O APP JC

DISPONÍVEL NO **Google play** DISPONÍVEL NA **App Store**

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D
 Companhia Aberta
 CNPJ nº 08.467.115/0001-00
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (“Companhia”), na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (<https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/>), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2023.

Porto Alegre, 27 de março de 2024

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

HABITASUL DESENVOLVIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
 CNPJ/MF Nº 03.078.261/0001-12 NIRE Nº 43300038947
AVISO AOS ACIONISTAS
 Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede social da empresa, na Av. Carlos Gomes, 400, sala 504 (parte), em Porto Alegre, RS, CEP: 90.480-900, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.
 Porto Alegre, 28 de março de 2024.
 A Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC